Simone Alexandra Nunes Rei

Rotas da Transumância.

Uma Atividade Agroindustrial de Natureza Física e Cultural.

Dissertação de Mestrado em Ensino de História e Geografia no 3º ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário, orientada pelos Doutores António Campar de Almeida pelo Doutor Fernando Taveira da Fonseca, apresentada ao Departamento de História e ao Departamento de Geografia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

· U C ·

Universidade de Coimbra

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Rotas da Transumância - Uma Atividade Agroindustrial de Natureza Física e Cultural

Ficha Técnica:

Tipo de trabalho	**Relatório de estágio.**
Título	**Rotas da Transumância. Uma atividade agroindustrial de natureza física e cultural.**
Autor	**Simone Alexandra Nunes Rei**
Orientador	**Doutor António Campar de Almeida**
Orientador	**Doutor Fernando Taveira da Fonseca**
Júri	**Presidente: Doutor João Paulo Avelãs Nunes** **Arguente: Doutor Rui Figueiredo** **Arguente: Doutora Margarida Neto**
Identificação do Curso	**2º Ciclo em Ensino de História e Geografia no 3.º Ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário**
Área científica	**Geografia e História**
Especialidade	**Ensino de História e Geografia.**
Data da defesa	**23 de Outubro de 2013**
Classificação	**16 Valores**

Dedicatória

A vida ensinou-me a dizer adeus às pessoas que amo, sem tirá-las do meu coração.

*(*Charles Chaplin)

Ao meu avô António Rebelo

Agradecimentos

Ao concluirmos esta etapa, queremos deixar expresso o nosso reconhecimento a pessoas e instituições pelo auxílio que nos prestaram e que contribuíram para a sua realização. As palavras certamente serão escassas para tanta gratidão e espero não me esquecer de ninguém…

Em primeiro, agradeço ao Doutor António Campar de Almeida, Orientador Científico de Geografia, que sempre nos recebeu amavelmente presenteando-nos com a sua boa disposição e amizade.

Ao Doutor Fernando Taveira da Fonseca, agradeço a paciência, compreensão e disponibilidade enquanto Orientador Científico de História.

Ao Doutor António Rochette Cordeiro, que assistiu à minha primeira aula e que me deu excelentes conselhos que fizeram com que progredisse ao longo do ano, o meu muito obrigada.

Agradeço ao Doutor Lúcio Cunha, que me emprestou uma das obras científicas imprescindível na elaboração deste trabalho.

À Dr.ª Margarida Oliveira agradeço os ensinamentos que me transmitiu ao longo do ano e pela sua dedicação, tornando-me uma pessoa mais empenhada, trabalhadora e profissional.

À Dr.ª Teresa Duarte, obrigada por todo o material que nos dispensou ao longo do ano, indispensáveis ao bom funcionamento das aulas.

Aos colegas de estágio, Céu, Nuno e Rita agradeço o companheirismo, que sei que por vezes não era tarefa fácil.

Um grande obrigado a todos os alunos do 7º e 10º ano, com quem partilhei vivências, com quem aprendi muito ao longo do ano letivo, nunca vos esquecerei.

À Escola Secundária José Falcão agradeço, a todos os professores e funcionários por nos terem acolhido da melhor forma.

Agradeço, sobretudo à minha família, ao meu pai, Álvaro, pelo Homem determinado que é, por ser um lutador e por me ter acompanhado até aqui, sei que não foi tarefa fácil; à minha mãe, Elvira, por ser, sobretudo, uma grande amiga e confidente que tem sempre uma palavra amiga; ao meu irmão, Samuel, por ser um grande amigo e à minha sobrinha, Matilde ("xoneca") pelos seus sorrisos e pelas suas palermices, próprias de uma criança, que me divertem bastante.

Aos que já partiram, mas que não poderia deixar de agradecer, à minha avó Lurdes que me acompanhou em criança, à minha avó Glória que rezou muito por mim e ao meu avô António pelo Homem justo que sempre foi e pela sua amizade até à última hora.

Aos amigos da Faculdade e que levarei sempre no coração, Jazz, Pangaré, Escanchinas, Rita, Kico, Guilherme, Diogo, Ariana e Lúcia, agradeço os momentos de descontração e de amizade.

Por último, mas não menos importante, agradeço ao meu companheiro de todas as horas, Arnaldo, pelo incentivo, motivação, ajuda e amizade que em grande parte contribuíram para que esta etapa fosse concluída, permitindo que muito do tempo que lhe era devido fosse usado em prol do estágio pedagógico.

A todos agradeço profundamente.

Resumo

Para dar como terminado o ano de estágio pedagógico supervisionado do Mestrado de História e Geografia no 3º ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário, surge a necessidade de elaborar um relatório que retrate esta experiência. Desta forma, o presente relatório encontra-se dividido em quatro partes fundamentais.

Na primeira parte apresentamos sumariamente a Escola José Falcão, as turmas com as quais trabalhamos ao longo do ano letivo e ainda a metodologia de trabalho adotada. Concluindo esta primeira parte com o balanço final sobre o Estágio Pedagógico.

A segunda parte é dedicada à área disciplinar de Geografia. Neste contexto o tema fulcral são as rotas da transumância, nomeadamente a Rota entre a Serra da Estrela e as Campinas de Idanha; ao longo do trabalho iremos descrever a geologia e a vegetação que impulsionaram estas rotas culturais.

Na terceira parte falaremos sobre a área disciplinar de História, particularmente sobre a Indústria de Lanifícios da Covilhã e ainda sobre o Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior.

A última parte deste relatório será dedicada à atividade pedagógica – uma visita de estudo à Serra da Estrela e ao Museu de Lanifícios (MUSLAN).

Palavras-Chave: Estágio Pedagógico; Geografia; História; Ensinar; Atividades Pedagógicas.

Abstract

At the end of my pedagogic internship of the Master in geography and history on the high school, begin the need to make a report about this experience. The present work is divided in four parts.

In the first part, we start with the José Falcão School who received us, is introduced the methodology of work that we used with the class assigned is described, ending with a final balance about the supervised internship.

The second part is dedicated to Geography. The foundation theme is the transhumance route, "the route between Serra da Estrela and Campinas de Idanha"; we are going to describe the geology, the relief of the region, the clime and vegetation.

The third part of the theme is about History, we describe the wool factory and the Wool Museum from the Beira Interior University.

The fourth and last part of this report will be dedicated to the pedagogic activity, in this case a school trip to Serra da Estrela and to the Wool Museum.

Keywords: Pedagogic Internship; Geography; History; Teaching; Pedagogic Activities

Índice

Dedicatória 2

Agradecimentos 3

Resumo 5

Abstract 6

Introdução 10

1. Caraterização e análise das atividades realizadas ao longo do Estágio Pedagógico 12

1.1.A Escola Secundária José Falcão 13

1.2.As Turmas 15

1.3.Metodologias de Trabalho 16

1.4.Atividades desenvolvidas no Estágio Pedagógico 18

1.4.1. Atividades Letivas 19

1.4.2. Atividades extraletivas 21

1.5.Balanço Final sobre o Estágio Pedagógico 23

2. Área disciplinar de Geografia 26

2.1.As regiões de Montanha e a Transumância em Portugal 27

2.2.Caso de estudo, da Serra da Estrela às Campinas de Idanha 30

2.3.Caraterização física da área de estudo 40

2.3.1. Geologia e Relevo 40

2.3.2. Clima 48

2.3.3. Vegetação 53

2.4.Os Pastores, Saberes e Sabores 55

2.4.1. As previsões meteorológicas segundo os pastores 58

2.5.Recriar o passado, *Os Chocalhos* 59

3. Área disciplinar de História 63

3.1.A Covilhã como cidade Industrial 64

3.1.1. Enquadramento geográfico e histórico 64

3.2.Contexto Político e fomento industrial: de finais do século XVII a finais do século XIX 66

3.2.1. Fomento Industrial dos finais do século XVII 67

3.2.2. A Política Industrial de Pombal 69

3.2.3. Após Pombal: uma evolução conturbada 71

3.2.4. O caso da Covilhã no contexto nacional 73

3.3. A lã: a excelência de uma matéria-prima 75

3.3.1. A fibra de lã 75

3.3.2. Raças ovinas lanígeras 77

3.3.3. Produção e mercados 78

3.4.As Fábricas da Covilhã: alguns exemplos 79

3.4.1. Real Fábrica de Panos 79

3.5.Manufaturas privadas na Covilhã – evolução no tempo 88

3.5.1. Manufaturas no contexto nacional 90

3.5.2. Dois casos em destaque: a Real Fábrica Veiga e a Fábrica Campos Melo 97

3.6.O Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior (MUSLAN) 101

4. Atividade Pedagógica 106

4.1.Visita de estudo à Serra da Estrela e ao Museu de Lanifícios da Covilhã 107

4.2.A importância da visita de estudo como estratégia pedagógica 109

5. Glossário 112

Considerações Finais 117

Bibliografia 118

Anexo 1 – Caraterização da Turma i

Anexo 2 – Planificações Anuais de Geografia e História ix

Anexo 3 – Dados climáticos xv

Anexo 4 – Dados estatísticos sobre a Indústria de Lanifícios. xviii

Anexo 5 – Guião da visita de estudo à Serra da Estrela e ao Museu de Lanifícios e respetiva planificação. xxii

Introdução

No âmbito do Estágio Pedagógico Supervisionado realizado no ano letivo de 2012/2013 na Escola Secundária José Falcão, é fundamental elaborarmos um relatório, que surge como etapa final do Mestrado em Ensino de História e Geografia no 3º ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário.

A elaboração deste trabalho tem como objetivos principais a caraterização da escola, das turmas e das atividades concretizadas ao longo do ano, bem como a elaboração de um estudo de uma temática ambígua e interdisciplinar que permita construir um trabalho científico e didático nas áreas disciplinares de Geografia e História.

Assim sendo, não poderíamos começar de outra forma senão pela descrição da Escola José Falcão e do espaço envolvente, pela caraterização das turmas com as quais trabalhamos ao longo do ano e quais as metodologias de trabalho adotadas para colocar em prática as atividades curriculares e as atividades extraletivas.

Como sabemos o estágio pedagógico é bidisciplinar, uma vez que abrange a área de Geografia e a área de História, sendo necessário e fundamental existir uma interdisciplinaridade entre ambas, o que não é tarefa fácil, mas também não é impossível.

Ao escolhermos os temas de trabalho nas unidades curriculares de Seminário de Geografia e História, deveríamos ter especial cuidado na escolha destes, uma vez que seria fundamental que houvesse uma ligação entre ambos. Assim sendo, escolhi desde logo o tema em Geografia e só no segundo semestre escolhi o tema de História.

Na área disciplinar de Geografia optei por abordar como assunto a Transumância, os movimentos transumantes entre a Serra da Estrela e as Campinas de Idanha, focando aspetos fisiográficos, climáticos e culturais que contribuíram para a sua existência desde os tempos mais remotos. Tal como é de conhecimento geral, estas Rotas não existem apenas na Serra da Estrela, mas em todos os locais onde as condições assim o exijam. Porém, escolhemos particularmente esta rota pelo principal motivo de

encontrarmos na Serra da Estrela o ponto mais alto de Portugal continental, o que por si só desperta a atenção e curiosidade dos alunos.

Já na área disciplinar de História, o tema escolhido foi a Indústria de Lanifícios da Covilhã. Muito sucintamente, a Covilhã é uma cidade localizada na Cova da Beira, nas encostas da Serra da Estrela que fez uso dos recursos hídricos abundantes na região para instalar diversas indústrias de lanifícios na região. Nesta parte do relatório será feita uma contextualização politica, económica e cultural da época em estudo, assim como a importância da lã no fomento industrial laneiro.

Seguidamente, como estratégia pedagógica será planeada uma visita de estudo à Serra da Estrela e ao Museu de Lanifícios. Nesta parte do trabalho importa referir a importância das visitas de estudo no processo de ensino/aprendizagem e na relação entre o professor e os alunos.

Para finalizar este trabalho será introduzido um glossário que visa enriquecer o trabalho, uma vez que contém algum vocabulário pouco usual e também popular, próprio da região raiana.

1. Caraterização e análise das atividades realizadas ao longo do Estágio Pedagógico.

O ano do Estágio Pedagógico é certamente ao ano mais esperado e também receado por todos aqueles que ambicionam vir um dia a ser Professores. Pois, este é o ano de transição entre o conhecimento académico-científico que fomos adquirindo ao longo dos anos e o conhecimento profissional (MENDES, 2012). Desta forma, não poderíamos começar, sem sendo pela caraterização do núcleo de estágio e do ambiente escolar onde estivemos inseridos bem como pela descrição das atividades realizadas ao longo do ano letivo.

No dia 17 de Setembro de 2012 teve início, na Escola Secundária José Falcão, o período letivo, porém o estágio pedagógico de História e Geografia, no âmbito do curso de Mestrado em Ensino de História e Geografia no 3º ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário, da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, apenas se iniciou em Outubro. O núcleo de estágio, em desempenho na referida escola, reunia como, Orientador Científico de Geografia – Doutor António Campar de Almeida; Orientador Científico de História – Doutor Fernando Taveira da Fonseca; Orientadora de Escola na componente de Geografia – Dra. Margarida Oliveira; Orientadora de Escola na componente de História – Dra. Teresa Duarte; e quatro alunos estagiários, Ana Rita Lopes, Maria do Céu Carrapiço, Nuno André Esteves e Simone Rei.

De seguida, importa apresentar sucintamente a escola e o ambiente que nos envolveu, descrever sumariamente as atividades letivas e extraletivas e fazer um balanço final deste ano letivo.

1.1. A Escola Secundária José Falcão

A Escola Secundária com 3º ciclo José Falcão localiza-se na Avenida Dom Afonso Henriques, na freguesia da Sé Nova do concelho de Coimbra. Trata-se do antigo Liceu D. João III, designado anteriormente por Liceu de Coimbra, fundado em 1836 e que apenas em 1974 adquiriu o nome atual. Nesta escola configuram diversos espaços destinados a unidades curriculares específicas que, embora obsoletos, visam satisfazer as necessidades de alunos e professores. As salas por norma são de grandes dimensões, acolhendo comodamente cerca de 30 alunos. São salas iluminadas onde encontramos

materiais bastante antigos, que datam do século XIX, destacando-se sobretudo a Sala de Geografia e a Sala de História. A Escola conta ainda com uma magnífica Biblioteca com um acervo de milhares de tomos dos séculos XV a XIX.

É de salientar, também, que ainda com o nome de Liceu D. João III foi um dos liceus de Formação de Professores, sendo que entre 1947 e 1956, foi mesmo o único liceu a realizar esta formação. A atual Sala de Francês foi outrora a Sala de Orientação de Estágios. Estas características conferem à Escola José Falcão um estatuto particular no que concerne à Formação de Professores. A Escola tem contribuído em boa parte para a Formação e Educação em Portugal, destacando-se ilustres nomes, ao longo dos seus 177 anos de história. De referir, *João de Deus, Almada Negreiros, Fernando Namora, António Gedeão ou Miguel Torga; o de José Afonso ou de Luís Góis; o de presidentes da República (António José de Almeida, Bernardino Machado, Manuel Teixeira Gomes), o de José Mascarenhas Relvas, que proclamou a República da varanda da Câmara Municipal de Lisboa, o de académicos como Bissaya Barreto, José Gouveia Monteiro ou Rui Alarcão; o de homens de Estado como José Veiga Simão, António de Almeida Santos, Carlos Mota Pinto ou Francisco Lucas Pires. Por centenas se contam estes nomes. Acrescente-se a referência às atuais figuras representativas da vida da nossa cidade: Presidente da Câmara, Reitor da Universidade, Diretora Regional da Educação, Diretor Regional da Cultura* (http://esjf.edu.pt).

Por ser uma Escola centenária e Património do Estado Português as infraestruturas encontram-se bastante degradadas, o pavimento em madeira encontra-se deteriorado, as paredes brancas deram lugar a rabiscos infelizes e desagradáveis o que mostra que realmente seria necessário intervir urgentemente na reabilitação das infraestruturas e alguns equipamentos. Porém, todas as salas de aula dispunham de um computador com ligação à internet, um quadro negro e também um *datashow*, condições que permitiam, ao longo da aula, utilizar uma grande diversidade de recursos.

A Escola José Falcão possuí ainda uma Biblioteca onde os alunos podem aceder à Internet, consultar livros, conviver com os colegas, estudar tranquilamente, fazer leituras mais informais de livros de banda desenha, revistas e jornais; na biblioteca os alunos podiam ainda visitar as exposições que iam decorrendo na Escola. Ainda dentro

do espaço escolar, existe uma sala exclusiva para exposições, um anfiteatro, sala de convívio, ginásio, refeitório, bar, e outros espaços que fomentam o convívio entre os alunos.

Apesar de ser uma Escola bastante antiga, nela podemos encontrar o essencial para que as aulas decorram normalmente, o que no seu conjunto contribuiu para que fosse um ano de estágio pedagógico agradável e, também, desafiante.

1.2. **As Turmas**

Durante o ano letivo o núcleo de estágio teve a possibilidade de contatar com seis turmas de anos de escolaridade diferente. A repartição das turmas esteve dependente das turmas atribuídas a cada uma das Orientadoras de Escola.

Assim, no caso da Geografia, conhecemos a realidade de seis turmas, três turmas de 7º ano e outras três turmas de 10º ano; optou-se por cada estagiário ficar com uma turma de 7º ano, sendo que dois deles acabaram por dividir uma turma, no meu caso em particular fiquei com o 7º ano, turma X (ver **anexo 1**, Caraterização da Turma 7º X), na qual exerci a prática pedagógica supervisionada de Geografia, saliento ainda que, sempre que possível lecionei e assisti a aulas no 10º ano turmas, X, Y e Z. Relativamente à História, uma vez que a Professora Orientadora tinha apenas três turmas, as duas colegas de estágio acabaram por dividir uma turma de 9º ano, o Nuno ficou com o 10º ano e eu fiquei afeta à turma Y do 7º ano.

O contacto com diversas turmas permitiu-nos verificar a existência de dinâmicas e características próprias a cada turma e concluir que não se podem adotar estratégicas similares de transmissão de conhecimentos e de atuação para todas as turmas. Cada turma tem a sua dinâmica, os ritmos de aprendizagem são muito diversificados e heterogéneos, mesmo quando falamos do mesmo ano de escolaridade. Muitas vezes, constatamos que perante o mesmo conteúdo, perante o mesmo ano de escolaridade a mesma estratégia pedagógica não obtinha o mesmo sucesso, sendo necessário fazer adaptações, adotar novas estratégias, de acordo com as caraterísticas específicas da turma.

Em relação à caraterização das turmas, cada aluno estagiário optou por realizar a caraterização de uma turma apenas. Aleatoriamente, realizei a caraterização da turma X do 7º ano de Geografia que entreguei à Diretora de Turma para que mais tarde fosse apresentada na Reunião do Conselho de Turma a todos os Professores do 7º X, representantes dos encarregados de educação e representante dos alunos. Em relação à turma Y do 7º ano de História, a caraterização ficou a cargo do colega estagiário, Nuno Esteves (uma vez, que se tratava da turma de Geografia à qual o colega estava afeto). As caraterizações que cada um elaborou permitiram um contacto mais direto e mais próximo com a realidade de cada aluno e identificar alguns problemas.

Sumariamente, o 7ºY de História, a turma era bastante homogénea e coesa, os alunos eram muito participativos, informados e aplicados. Já a turma X do 7º ano de Geografia a turma era mais heterogénea, com idades bastante diferentes, entre os 12 e os 16 anos, existia um grande número de alunos repetentes, muitos dos alunos tinham necessidades de acompanhamento de estudo individualizado e existia grande dicotomia nos ritmos de aprendizagem. Ainda nesta turma, ao longo do ano, o número de alunos com Necessidades Educativas Especiais foi aumentando, sendo que sete alunos tinham comprovativo atestado pelo médico pediatra. Destacam-se ainda, dois alunos com dificuldades de aprendizagem, de nacionalidade Cabo-Verdiana que tinham dificuldade em escrever / falar e compreender a língua Portuguesa.

1.3. Metodologias de Trabalho

Antes de avançar para as Metodologias de Trabalho adotadas ao longo do Estágio Pedagógico pelo Núcleo de Estágio de História e Geografia na Escola José Falcão, importa referir as condições de trabalho e os meios colocados ao nosso dispor.

Como já referi anteriormente, a Escola Secundária José Falcão dispõe de instalações específicas para a prática das diversas unidades curriculares existentes na escola, como, laboratórios, ginásios, salas de aula, salas de trabalho específicas para os docentes, espaços de convívio e lazer, reprografia, biblioteca, entre outros. Os espaços por norma são de grandes dimensões, todavia, a maior parte destes espaços encontram-

se deteriorados com o passar dos anos, muitas salas tem infiltrações, soalhos desgastados, existem salas onde é possível observar a canalização o que causa incómodo sempre que é despejada água. Todas as salas têm as paredes riscadas com frases inapropriadas, não existem persianas e os cortinados que mais parecem reposteiros são pesados e negros o que torna o ambiente menos acolhedor, sombrio e incomodo; as janelas estão rombas e algumas delas têm vidros partidos. Refiro ainda que, não existem condições que permitam a circulação de pessoas com mobilidade condicionada, nem elevador nem rampa elevatória.

Todas as salas de aula eram apetrechadas de quadros negros, estrato, computador, *datashow* e sempre que solicitado também tínhamos ao nosso dispor, colunas de som, televisão, retroprojetor e leitores de vídeo.

Em relação ao nosso espaço de trabalho, foi facultado ao Núcleo de Estágio de História e Geografia as Salas de Departamento de Geografia e de História. Durante todo o ano, foi nestas salas que reuníamos com as respetivas orientadoras de estágio. Estas salas funcionaram, para nós, como o local de trabalho de Geografia e História, nas quais tínhamos alguns materiais indispensáveis, mapas, manuais escolares, fontes bibliográficas, computador com acesso à Internet, entre outros. Nestes espaços realizavam-se as sessões de orientação pedagógica, planeavam-se aulas, organizavam-se atividades letivas e extracurriculares, eram os locais onde se realizavam as sessões de auto e heteroavaliação das atividades realizadas tal como das sessões de avaliação formativa e sumativa.

As sessões de trabalho de Geografia, apesar de terem um horário fixo acabavam por decorrer diariamente, pois o tempo e as turmas assim o originavam. Já nas sessões de trabalho de História o horário de trabalho era fixo todas as terças-feiras das 14h00 às 16h30, acrescida de mais duas sessões de uma hora à quarta-feira e uma hora à sexta-feira.

As sessões de trabalho tinham como objetivo primordial a planificação de todas as atividades a desenvolver pelos alunos estagiários ao longo do ano letivo e também o esclarecimento de dúvidas. Mais concretamente procedia-se à elaboração de planificações, à calendarização de aulas a lecionar pelo Núcleo de Estágio, à definição

de conteúdos a abordar, à preparação e elaboração de recursos didáticos e de instrumentos de avaliação; elaboração e respetiva correção de fichas de avaliação; organização de visitas de estudos, conferências e exposições.

Para além de todos estes aspetos mencionados, era também nestas sessões de trabalho que se procedia à auto e heteroavaliação das atividades letivas, sendo feita uma análise das aulas lecionadas por cada um dos alunos de estágio; pretendia-se com isto, realçar os aspetos positivos das aulas, debater se as estratégias pedagógicas utilizadas foram ou não eficazes; discutir os aspetos menos positivos com ideias construtivas que tivessem como objetivo melhorar e ultrapassar as dificuldades encontradas.

Ao longo do ano, assistíamos às aulas lecionadas pelas Orientadoras da Escola. Na unidade curricular de Geografia assistíamos a todas as turmas de 7º ano, uma vez que cada um de nós tinha uma turma deste ano de escolaridade; assistíamos também a algumas aulas do 10º ano de Geografia cada vez que fosse oportuno (coincidiam com as sessões de trabalho). Relativamente a História, assistíamos a todas as aulas da Orientadora da Escola e ainda às aulas de 7º, 9º e 10º ano lecionadas pelo Núcleo de Estágio.

De uma forma geral, embora houvesse sobreposição de horários entre Geografia e História havia sempre pelo menos um elemento do Núcleo de Estágio a assistir às aulas.

1.4. Atividades desenvolvidas no Estágio Pedagógico

Durante o Estágio Pedagógico concretizaram-se diversas atividades, umas de caráter obrigatório, outras facultativas, daí ter sido elaborado no início do ano letivo um "Plano Individual de Formação". Neste plano, foram delineados dois conjuntos de atividades, atividades letivas e atividades extraletivas, que passaremos a analisar de seguida.

1.4.1.Atividades letivas

As atividades letivas concretizaram-se nas turmas da responsabilidade dos Orientadores de Escola, nas Áreas Científico-Pedagógicas de Geografia e de História.

Inicialmente, coube a cada um dos alunos estagiários assistir às aulas lecionadas pelos professores Orientadores, quer na área de Geografia quer na área de História. Esta fase permitiu-nos conhecer melhor as turmas, a forma de interagir dos alunos e detetar possíveis problemas relacionados com diferentes ritmos de aprendizagem.

Como o Estágio Pedagógico teve início apenas no mês de Outubro, foi somente no fim do 1º período que tivemos a primeira experiência enquanto docentes, sempre sob a orientação e observação dos Orientadores de Escola e dos colegas estagiários.

Na área disciplinar de Geografia lecionei sempre o 7º X, uma turma constituída por 28 alunos, bastante heterogénea e com ritmos de aprendizagem, motivação e interesses bastante distintos, o que foi um enorme desafio do início ao fim. Ter uma turma deste género obrigou-me a adaptar e diversificar as estratégias pedagógicas para conseguir captar a atenção de todos e sobretudo para conseguir manter todos os alunos motivados, uma vez que, era necessário redobrar-me em explicações devido aos diferentes níveis de apreensão de conhecimentos.

Na área disciplinar de História lecionei no 7ºY, uma turma bastante diferente da turma X de Geografia. A turma era constituída apenas por 20 alunos com ritmos de aprendizagem bastante semelhante, os alunos eram irrequietos por natureza e ansiavam por saber sempre mais, o que me obrigou a adaptar estratégias pedagógicas mais desenvolvidas que os mantivesse motivados. Ao longo do ano, esta turma foi elaborando trabalhos voluntários sobre os temas que estavam a ser lecionados.

Segundo o Plano Geral de Formação, nos Núcleos de Estágios bidisciplinares, que é o caso do nosso, o número mínimo de atividades letivas que cada aluno estagiário teria de lecionar seria entre 14 e 16 de 90 minutos, divididas pelas duas áreas de formação. Deste modo, cada estagiário deveria assegurar 7 aulas de 90 minutos em cada uma das áreas de formação. Na Escola José Falcão não existem aulas de 90 minutos, mas sim de 50 minutos. Assim sendo, na área de Geografia lecionei 12 aulas de 50 minutos no 10º X, Y, Z, e cerca de 35 aulas de 50 minutos no 7º X; na área disciplinar

de História lecionei cerca de 20 aulas no 7º Y (o 1º período foi um pouco conturbado, porque a professora Orientadora esteve hospitalizada) e 1 aula de 50 minutos ao 10ºZ (lecionei apenas uma aula, porque a professora Orientadora tinha apenas esta turma de ensino secundário). Tanto nas aulas lecionadas de Geografia, como nas de História esteve sempre presente a Orientadora da Escola da unidade curricular em questão, bem como pelo menos um dos colegas estagiários. Para além destas frequências habituais, no que diz respeito à disciplina de Geografia, em três aulas, por mim lecionadas, na primeira aula esteve presente o Doutor António Rochette Cordeiro e nas outras duas esteve presente o Orientador Científico e Coordenador do 2º ciclo da via Ensino, o Doutor António Campar de Almeida. Quanto à componente de História, esteve presente, em duas aulas, o Orientador Científico, Doutor Fernando Taveira da Fonseca.

Na lecionação destas aulas, houve uma preparação científica rigorosa e antecipada, procurei utilizar bibliografia variada e adaptada aos anos de escolaridade. Em relação às estratégias de trabalho, procurei levar para a sala de aula materiais diversificados e que fazem parte do nosso quotidiano de forma a estimular o interesse e a curiosidade dos alunos, tornando as aulas mais divertidas e menos monótonas. Antes de todas as aulas lecionadas procurei elaborar uma planificação de forma a ter um fio condutor da aula que iria lecionar. Claro que, antes de mais, foi necessário proceder à elaboração da Planificação a longo prazo e da Planificação a médio prazo. (**Ver Anexo II**)

É de salientar que, as Planificações executadas são diferentes nas duas áreas disciplinares, em primeiro lugar porque o Ministério da Educação assim o define e em segundo lugar porque as planificações são estruturas de trabalho que cada um deve adotar, consoante o seu método de trabalho. A elaboração das planificações implicava um aprofundamento científico dos conteúdos a lecionar, a seleção dos recursos e estratégias a utilizar, no fundo, trata-se de um conjunto de procedimentos morosos e que nos ocupou a maior parte do tempo.

Ainda dentro das atividades letivas, na área de Geografia elaboramos as fichas de avaliação do 7º e 10º ano em parceria com a Orientadora de Escola; na área

disciplinar de História elaborei as fichas de avaliação do 7ºY. A correção das fichas de avaliação ficava também a nosso cargo.

1.4.2.Atividades extraletivas

Para além das atividades letivas que desenvolvemos durante o ano de estágio pedagógico, participamos ativamente nas atividades extraletivas.

Ao longo do ano participamos em reuniões do Departamento de Ciências Sociais e Humanas presidido pelo Dr.º Francisco Manso, em reuniões do grupo de Geografia, em reuniões do grupo de História e ainda a reuniões do Conselho de Turma das turmas a que estávamos afetos. Nestas reuniões estávamos apenas como mero observadores, porém, estas reuniões foram muito importantes e enriquecedoras para a nossa formação enquanto docentes. Saliento ainda que tivemos a possibilidade de perceber o papel do Diretor de Turma através de uma sessão de esclarecimento dada pelo Dr.º José Carlos Alves e pela Dr.ª Graça.

Nas atividades extralectivas, em muitas delas estivemos apenas como observadores, mas também nos foi dada a possibilidade de promovermos e colaborarmos em algumas atividades.

Assim sendo, relativamente às atividades extracurriculares dedicadas aos alunos, colaboramos na organização de:

- **Visitas de Estudo:**
  - Instituto Geofísico em Coimbra promovida pelo Núcleo de Estágio de Geografia e pela professora de Ciências Naturais com os alunos das turmas do 7º ano, dando a conhecer aos alunos a estação meteorológica e os simuladores de sismos;
  - Museu Machado de Castro e ao Paço da Universidade de Coimbra com as turmas de 7º e 10º ano;

- **Conferências:**

- A aplicação da Geografia ao ordenamento do território: estudo de caso – "*A utilização do conhecimento geográfico no planeamento territorial: Estudo comparativo entre a Figueira da Foz e a Areia Branca (Natal, Brasil)*, pelo orador proferida pelo professor Wendson Dantas Medeiros, professor na Universidade do Rio Grande no Norte do Brasil*;*
- "A emigração portuguesa na segunda metade do século XX" – trabalho de investigação universitária, realizado pela Mestre, Isabel Lobato Lopes, Universidade do Minho
- Palestra sobre a *"Igualdade do género";*
- Conferencia sobre "Portugal e o Holocausto" na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, proferida pela Doutora Irene Pimentel;
- Participação na Conferencia Científica, realizada na Escola E.B 2/3 de Briteiros em Guimarães, tendo como oradores a professora Margarida Oliveira e a professora Isabel Lobato Lopes.

Atividades interdisciplinares:

- Comemoração do Dia da Escola, acompanhando as turmas atribuídas aos Orientadores de escola nas várias atividades desenvolvidas durante o dia;
- Participação no "Grande Prémio José Falcão Peddy Papper", organizado pelo Núcleo de Estágio de Educação Física, em colaboração com os Núcleos de Estágio da escola;
- Elaboração e participação na Exposição "Símbolos da Europa", organizada pelo Grupo disciplinar de Geografia em cooperação com a Biblioteca da escola para os alunos do 7º, 8º e 10º ano;

Ações de formação:

- Participação na ação de formação "Prevenção de comportamentos suicida na Escola", desenvolvida pelo Projeto "Tcontigo", e direcionada a todos os professores do 7º ano de escolaridade;
- Participação na ação de sensibilização em Igualdade do Género;
- Participação na ação de formação "Os adolescentes e a Escola", desenvolvida pela psicóloga da Escola Secundária José Falcão;

- Participação na ação de formação sobre o papel dos Diretores de Turma, desenvolvida pelo professor José Carlos;

1.5. Balanço Final sobre o Estágio Pedagógico

O estágio pedagógico é um processo essencial na formação individual de docente. Este é o ano em que deixamos de ser meros estudantes e passamos a ser alunos estagiários e futuros professores. É também um ano que exige muito trabalho, muita dedicação, empenho e energia, pois, é necessário nos adaptarmos a um ritmo de trabalho completamente diferente daquele a que estamos habituados.

Porém, ao fim de tanto esforço e chegada à reta final só posso dizer que foi uma experiência única e imprescindível, na minha formação enquanto professora, que voltaria a repetir sem qualquer dúvida ou hesitação. Ao longo do ano letivo vários foram os obstáculos com que me deparei, com um percurso académico, maioritário em Geografia, lecionar História foi um grande desafio. Todavia, para fazer face às deficiências da formação nesta área científica procurei sempre, tanto para História como para Geografia, aprofundar os meus conhecimentos através da consulta de bibliografia adequada e especializada para conseguir lecionar as aulas convenientemente e sem lacunas. Se senti que deveria aprofundar os meus conhecimentos científicos, certamente, que também apreendi que todos os professores ao longo da sua carreira profissional deverão realizar esta tarefa de pesquisa e estar a par e passo das novidades científicas introduzindo-as nas suas aulas. O professor deve ser um constante investigador.

Caraterizando de uma forma geral o ano de estágio, descrevê-lo-ia como um positivo, trabalhoso, desgastante, emocionante, que me fez chorar nas horas mais difíceis, que acabei por ultrapassar, e que me fez chorar nos derradeiros minutos em que tive de abandonar a escola e os alunos, deixando muita saudade.

Embora as condições da Escola José Falcão não fossem as mais agradáveis, os espaços são feitos pelas pessoas que por lá passam e por isso os aspetos menos positivos são colocados à parte. Na chegada à Escola a receção não foi a mais acolhedora, pois, o

ano letivo iniciou-se em Setembro e o Núcleo de Estágio chegou apenas em Outubro, porém com o passar dos dias fomos conhecendo Professores e funcionários e começamos a nos sentir como parte integrante da Escola. Claro que as Orientadoras de Escola tiveram um grande papel na nossa integração, fazendo sempre os possíveis para não nos sentirmos como elementos estranhos à escola.

Em relação ao Núcleo de Estágio, o percurso foi feito de altos e baixos, de qualquer forma, de uma maneira geral o ambiente foi agradável, tentei sempre cooperar, ajudar nas tarefas dos meus colegas estagiários, mantendo sempre uma boa relação de companheirismo. Às Orientadoras de Estágio agradeço o esforço e a dedicação com que nos acompanharam durante este processo em que evoluímos enquanto pessoas e enquanto profissionais. À Dr.ª Margarida Oliveira agradeço, em particular, por me ter feito trabalhar arduamente contribuindo para que o meu esforço fosse reconhecido, mostrando assim não só apoio profissional como pessoal.

Quanto ao meu percurso enquanto docente, observei que desde a primeira aula em que a voz fraquejava e o ritmo era desadequado, fui evoluindo, apostei sobretudo em pesquisar mais bibliografia, em adequar as estratégias pedagógicas aos diferentes anos de escolaridade e com isso aprendi que, um professor bem preparado cientificamente nada terá a temer. Claro que, as sessões de trabalho de auto e heteroavaliação em muito contribuíram para o meu crescimento e evolução, pois permitiram-me identificar possíveis erros a nível de estratégias, identificar pontos altos e pontos baixos dentro da sala de aula.

Já em relação à minha postura enquanto professora dentro da sala de aula, comecei por ter uma postura um pouco rude e sisuda motivada pela ansiedade e pelo receio. Todavia, em pouco tempo comecei a saber contornar esta ansiedade e a lidar com os alunos, mostrando-me mais alegre, espontânea, natural e divertida, criando assim um bom ambiente dentro da sala de aula e fomentando um bom relacionamento entre a personagem da professora e os alunos.

Em suma, reconheço que este foi um ano fundamental na minha vida académica e profissional que contribuiu para a minha progressão a nível científico, didático e

pedagógico. Agora que tudo terminou, é com esperança que espero que possa colocar em prática, o quanto antes, tudo aquilo que aprendi ao longo deste ano letivo.

2. Área disciplinar de Geografia

2.1.As Regiões de Montanha e a transumância em Portugal.

"A transumância de gados, e toda a subcultura associada, é uma forma de vida estreitamente ligada à bacia mediterrânica, onde se reúnem condições fisiográficas e climáticas que potenciam esta dinâmica agro-pastoril de aproveitamento complementar dos recursos naturais disponíveis." ***FERREIRA e CUNHA (2006)***

As regiões de montanha, mesmo as de média montanha, que podemos encontrar em Portugal, são por natureza territórios agrestes, impondo múltiplas dificuldades à ocupação humana (FERREIRA, 2008).

O clima mais rigoroso faz com que a vegetação de nível intermédio dê lugar a mato rasteiro ou a superfícies nuas e pedregosas nas áreas de altitudes superiores. Estas áreas, quase, desprovidas de terraços aluvionares tornam assim os solos agrícolas pobres e difíceis de trabalhar. Como refere O. Ribeiro, o clima marca todas as modalidades da atividade agrária, rege também as manifestações e o ritmo da vida pastoril.

As sociedades tradicionais de montanha têm um elevado grau de interligação às atividades agro-pastoris. Impotentes para domar a severidade imposta pela natureza, procurou adaptar-se às possibilidades que esta lhe oferecia: a associação entre a agricultura e a criação de gado representa o ideal de autossubsistência (FERREIRA, 2008).

Nestas áreas predomina o gado miúdo, menos exigente e mais flexível em termos de mobilidade nas encostas da serra, que é necessário alimentar quotidianamente o que nem sempre é fácil. Embora existam áreas de restolhos e prados para satisfazer uma parte das necessidades, há também a necessidade de recorrer às *terras chãs*[1] para alimentar o gado no tempo mais chuvoso que se faz sentir nas áreas de montanha.

Desde os tempos mais remotos que se verificam deslocações sazonais de gado na Europa Mediterrânea. A este movimento alternativo e periódico dos rebanhos designamos de *Transumância*. Como referem SILVA e OLIVEIRA (2000), é uma forma de assegurar a alimentação dos animais e de garantir os rendimentos numa altura do ano em que os criadores não dispunham de recursos, face à escassez de pastagens, como consequência dos rigores do clima.

MORAIS (1998) designa movimentos deste género como, deslocações caminheiras dos gados e distingue-os consoante se trata de uma forma esporádica e de improviso ou se traduz numa forma cíclica e organizada. A primeira forma relaciona-se com o caráter sanitário aquando de epizoóticas.

Quanto à forma cíclica e organizada, MORAIS (1998) divide-a em transumância propriamente dita e *transterminância*. Assim a transumância está relacionada com deslocações de assinalável importância no espaço e no tempo. Já a *transterminância*,

[1] Terras Baixas.

denominação também usada por outros autores (García, Gándaras 2004 e Martín 1991), refere-se a deslocações ocorridas entre "termos" vizinhos ou muito próximos que poderiam incorrer no pagamento do "Imposto de Montado" (Morais, 1998) ou no pascigo desses "termos" de forma gratuita, ou melhor através de acordos.

Em tempos, a transumância foi protegida pelas monarquias feudais, devido à sua importância económica. OLIVEIRA e SILVA (2000) referem essa proteção jurídica e institucional da pastorícia. Salientam ainda, o *Foro de Cuenca*, em 1178 e a *Declaração de Proteção Real* ambas de Afonso VIII e a *Constituição do Honrado Concejo de La Mesta de Pastores* em 1273 por Afonso X, Rei de Leão e Castela. Esta instituição dominou toda a história medieval e moderna do pastoreio em Espanha durante cinco séculos, entrando os movimentos transumantes em declínio desde o século XIX (OLIVEIRA E SILVA, 2000).

Em Portugal surgiram diversas leis que asseguravam os direitos dos pastores transumantes nos reinados de D. João II, D. Manuel I, D. João III, D. Sebastião, D. Henrique, D. Filipe II e D. João IV (OLIVEIRA E SILVA, 2000).

Apesar deste fenómeno nuca ter assumido grande importância económica, política e social evidenciada noutros países, como por exemplo, em Espanha, porém, existem referências documentais ao longo da nossa História que comprovam a sua manifestação

em várias regiões, desde as montanhas do Norte até à Serra Algarvia (O. RIBEIRO, 1940/41).

Imagem 1 - Pastores com os seus rebanhos. Fonte: aervilhacorderosa.com

De uma forma geral, podemos considerar a existência de dois tipos de movimentos transumantes, a ascendente ou de Verão e a descendente ou de Inverno. No movimento transumante de Verão, os gados sobem à montanha em busca de frescas pastagens que despontam após o desaparecimento do gelo e/ou neve. No Inverno, os movimentos transumantes deslocavam-se para regiões de clima mais ameno, procurando nos prados e nos restolhos das menores altitudes o sustento que o alvo manto da Serra lhes nega.

Em tempos mais recuados existem referências que denunciam a presença na Serra da Estrela de gados com origem em Castela. A transumância estival parece ter correspondido apenas a movimentos de curta distância, compostos inteiramente por gados com origem nas faldas da Serra ou nos povoados das *Terras Chãs* situadas a algumas dezenas de quilómetros. (FERREIRA, 2008).

Os movimentos de Inverno por sua vez poderiam dar origem a deslocamentos de várias centenas de quilómetros que, para Norte, Oeste e Sul levavam os gados em

direção ao Vale do Douro, aos Campos do Mondego e às "Campinas de Idanha" ou às planuras de Campo de Ourique, tal como menciona FERREIRA (2000).

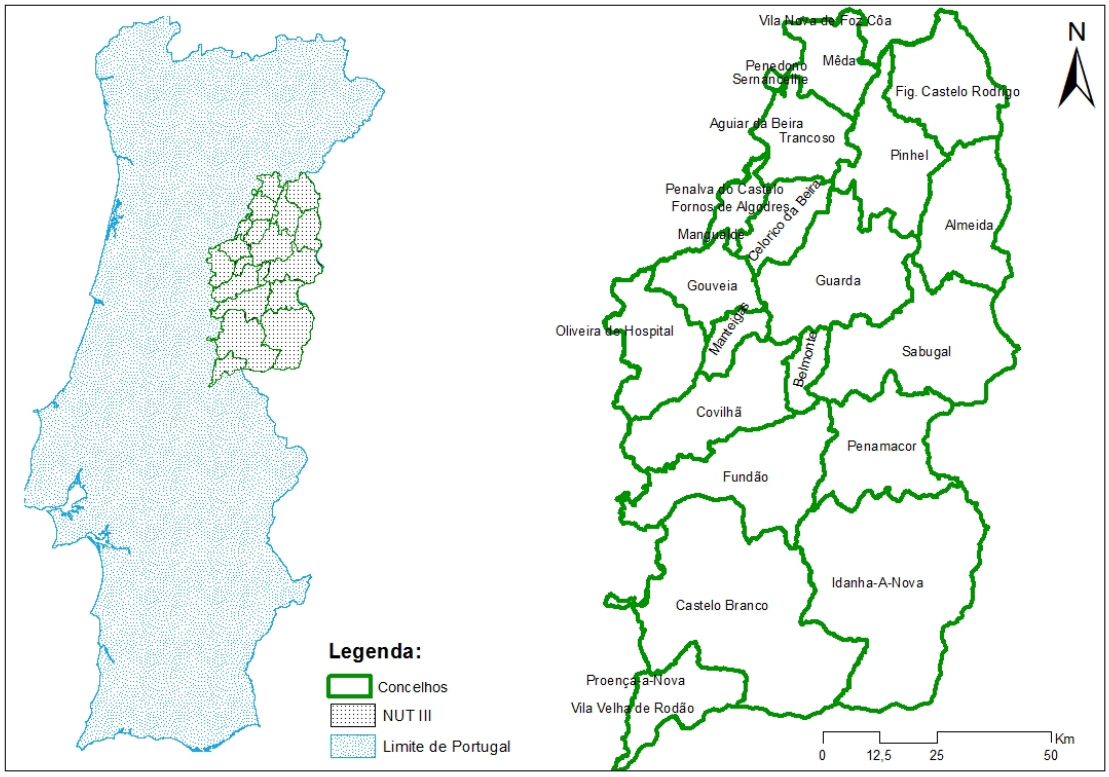
2.2. Caso de Estudo, *Da Serra da Estrela às Campinas de Idanha.*

As características oro-climáticas da Península Ibérica favorecem mais o pastoreio migratório do que o pastoreio sedentário. A transumância, como deslocação periódica dos gados entre regiões diferentes pelas suas características climáticas, é determinada pela existência dos pastos, imprescindíveis para alimentar os animais.

(O. Ribeiro 1940/41)

Em regiões de montanha a densidade de ocupação é geralmente baixa e os povoados tendem a concentrar-se na base ou a meio da vertente e nos setores periféricos dos maciços montanhosos, normalmente associados a vales amplos ou nascentes mais importantes (FERREIRA, 2008). Por norma, a partir dos 1500m. a fixação humana permanente é rara, uma vez que, como já foi mencionado, as culturas agrícolas têm dificuldade em vingar, predominando uma cobertura arbustiva e herbácea que é geralmente aproveitada como pasto natural (Imagem 2)

Assim, as limitações invencíveis do clima e a disposição do relevo criaram os movimentos cíclicos de rebanhos e pastores entre as terras baixas, (Imagem 3) onde a agricultura domina, e os níveis superiores da montanha onde o pasto constitui o único recurso aproveitável, mencionado O. Ribeiro (1940/41), "*Assim a Montanha é, quasi sempre em relação à Ribeira ou Terra Chã, zona desfavorecida. Menos povoada e menos produtiva."* (Mapa 1).



Mapa 1 – Enquadramento Geográfico da área de estudo. Elaboração: Lourenço, Diogo. (Fonte: Atlas do Ambiente)

Imagem 2 - Serra da Estrela na estação Invernal.

(Fonte: olhares.pt)

Imagem 3 - Campinas verdejantes da Idanha.

(Fonte: olhares.pt)

Saliente-se que, os movimentos sazonais de gado resultam também, numa utilização racional, em termos ambientais, de dois ecossistemas separados no espaço. A ausência de rebanhos por determinados períodos de tempo permite uma regeneração desses

mesmos ecossistemas (MORAIS, 1998). Estes movimentos contribuíam não só para a manutenção dos ecossistemas, diversificação e riqueza da paisagem e, preventivamente, ajudaram a combater incêndios em zonas florestais (SOUSA *et al*).

A dinâmica social dos últimos 50 anos alterou profundamente este típico modo de vida. O despovoamento e também o envelhecimento da população intensificaram-se de um modo geral, mas sobretudo na Beira[2], conduzindo a uma redução significativa do número de cabeças de gado, levando muitos costumes e tradições ancestrais a cair em desuso.

Em simultâneo, o abandono dos campos agrícolas libertou espaço para a expansão das culturas forrageiras e, em associação, abriu caminho para uma intensificação do regime de criação de gado, eliminando assim a necessidade de se continuarem a praticar os movimentos transumantes.

Porém, apesar de extinta, a transumância contínua presente na memória das populações locais, sobretudo na memória dos pastores que contactaram diretamente com o fenómeno da transumância.

Um dos movimentos transumante que ficou na lembrança dos pastores foi sem dúvida a Transumância de pastores entre a Serra da Estrela e as *Campinas de Idanha*, no entanto, muitos pastores recordam-se de um outro movimento, mais antigo, que se dirigia ao Alentejo.

*"**Novembro avançava e, com ele, o frio, cada vez mais forte. Já caíra neve na Torre e nas Penhas e as ervagens de Manteigas estavam esgotadas. Era a época em que, anualmente, se iniciava a transumância, levando-se o gado para longínquas campinas, onde a invernia se fizesse sentir menos"*** (Imagem 4)

Lã e Neve, Ferreira de Castro.

[2] Beira significa, antes de mais, o território envolvente da Serra da Estrela, para Este e Oeste, para Norte e para Sul. (CUNHA, 2008).

Imagem 4 - Serra da Estrela com as primeiras neves. (Fonte: pt.letsbonus.com).

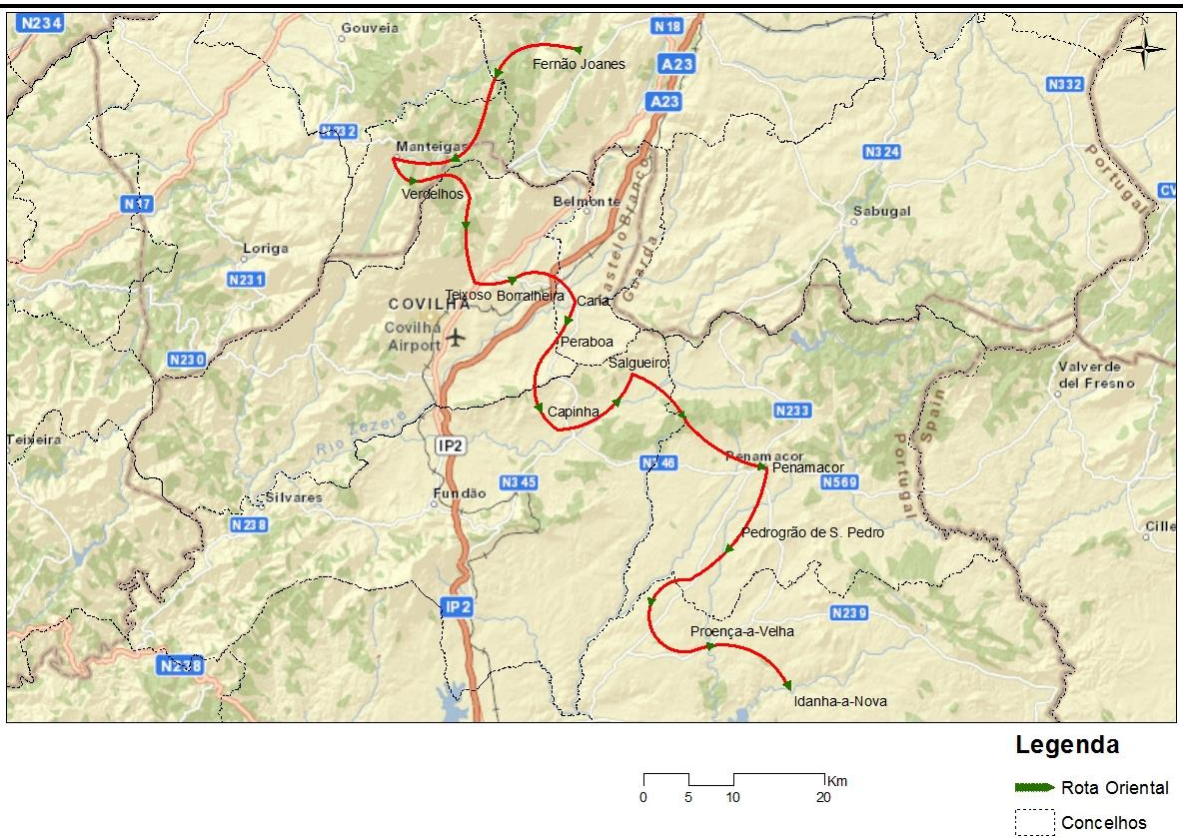
A transumância de Inverno iniciava-se nos finais de Outubro, inícios de Novembro e as condições meteorológicas determinavam a escolha do caminho a seguir. Do mesmo modo, o número total de cabeças de gado e o estado dos animais que compunham o rebanho transumante constituíam também fatores que poderiam condicionar o tipo de caminho percorrido. Por exemplo, quando ocorria um grande número de nascimentos era necessário reduzir a marcha e optar por caminhos menos sinuosos e tortuosos. Outro fator que poderia influenciar a escolha do trajeto era também os acordos estabelecidos entre os pastores de diferentes localidades.

Na reta final da viagem era comum os trajetos sofrerem alterações uma vez que nem sempre os pastores das *Campinas de Idanha* tinham disponibilidade financeira para realizar a manutenção dos pastos em anos consecutivos e nesse caso era necessário os rebanhos deslocarem-se para outros locais. Os rebanhos permaneciam na Beira Baixa ao longo de cinco meses (Imagem 5).

Imagem 5 - Ovelhas a pastarem nos campos de Idanha. (Fonte: cm-idanha)

Podemos distinguir a existência de duas Rotas da Serra da Estrela para as Campinas de Idanha, uma Rota a Nordeste e uma outra Rota a Sudeste.

A Rota mais oriental era utilizada pelos gados do setor Nordeste da Serra provenientes das freguesias de Fernão Joanes, Videmonte e Manteigas. Por norma os rebanhos eram de vários pastores que se juntavam num local estratégico e daí prosseguiam caminho (Mapa 2).



Mapa 2 - Rota Nordeste da Serra da Estrela às Campinas de Idanha. Elaboração de Loureço, Diogo. (Fonte: Atlas do Ambientes)

Os pastores de Fernão Joanes e de Manteigas no primeiro dia de viagem pernoitavam num espaço aberto junto à estrada, num local onde hoje não se evidencia qualquer vestígio. Claro que o facto de pernoitarem junto à estrada não era um problema nesta época, uma vez que os automóveis eram escassos e a velocidade que atingiam era muito reduzida.

No segundo dia, rebanhos e pastores faziam a travessia da ponte sobre o Rio Zêzere e imediatamente seguiam em direção a Belmonte, através de uma canada que hoje também já é praticamente impossível de vislumbrar.

Em Belmonte os pastores aproveitavam para adquirirem a documentação necessária à circulação dos gados, as "guias de estrada" e as "guias de destino", estes documentos eram obtidos na Guarda Nacional Republicana.

A jornada continuava em direção a Caria. Os pastores de Manteigas nem sempre optavam por este caminho uma vez que tinham caminhos alternativos. Um deles iniciava-se em S. Gabriel à saída de Manteigas, implicava atravessar o Rio Zêzere e fazer um percurso mais acidentado em direção a Verdelhos. Aí poderiam escolher dois possíveis percursos, seguir em direção a Teixoso contornando o Cabeço Alto ou, em alternativa, subir pela vertente ocidental do Cabeço Alto em direção à Covilhã, passando pela Aldeia do Carvalho e integrando depois a Rota que provinha do setor ocidental da Serra (FERREIRA, 2008).

Quanto às distâncias estas eram praticamente as mesmas. No primeiro caso, o atravessar da ponte de Caria poderia obrigar os pastores a dividir os rebanhos para que a passagem pudesse ser feita em segurança. No segundo caso, a passagem pela cidade da Covilhã, implicava percorrer 3 quilómetros no interior da cidade.

Um outro percurso de ligação alternativo entre Belmonte e Penamacor foi descrito por um pastor de Manteigas (FERREIRA, 2008), a passagem fazia-se pelo Casteleiro, Terreiro das Bruxas e Meimoa, este percurso tornava o trajeto muito mais extenso.

A rota da transumância mais frequente utilizada pelos gados do setor Nordeste da Serra da Estrela era a que atravessava Caria e que percorria as freguesias de Peraboa, Capinha, Salgueiro em direção a Penamacor.

No terceiro dia os rebanhos chegavam à herdade da Quinta da Ferreira (entre a Capinha e Penamacor). Seguiam direção de Penamacor ou de Pedrogão de S. Pedro dependendo das condições meteorológicas que influenciavam o caudal das ribeiras que tinham de ser transpostas. Os pastores passavam a noite em Pedrogão de S. Pedro independentemente do caminho escolhido.

No quarto dia de viagem, os rebanhos tinham como destino as imediações de Idanha à Nova. Passavam em Proença à Velha e tomavam a estrada nessa direção e a meio da tarde chegavam ao destino. Por norma os rebanhos ficavam nos terrenos onde hoje é a albufeira da Barragem Marechal Carmona, por norma os rebanhos ficavam na herdade da Quinta do Torrão ou em Cabeço do Monteiro. Atualmente a Quinta do Torrão

encontra-se submersa pelas águas da barragem e o Cabeço do Monteiro localiza-se junto ao paredão da barragem.

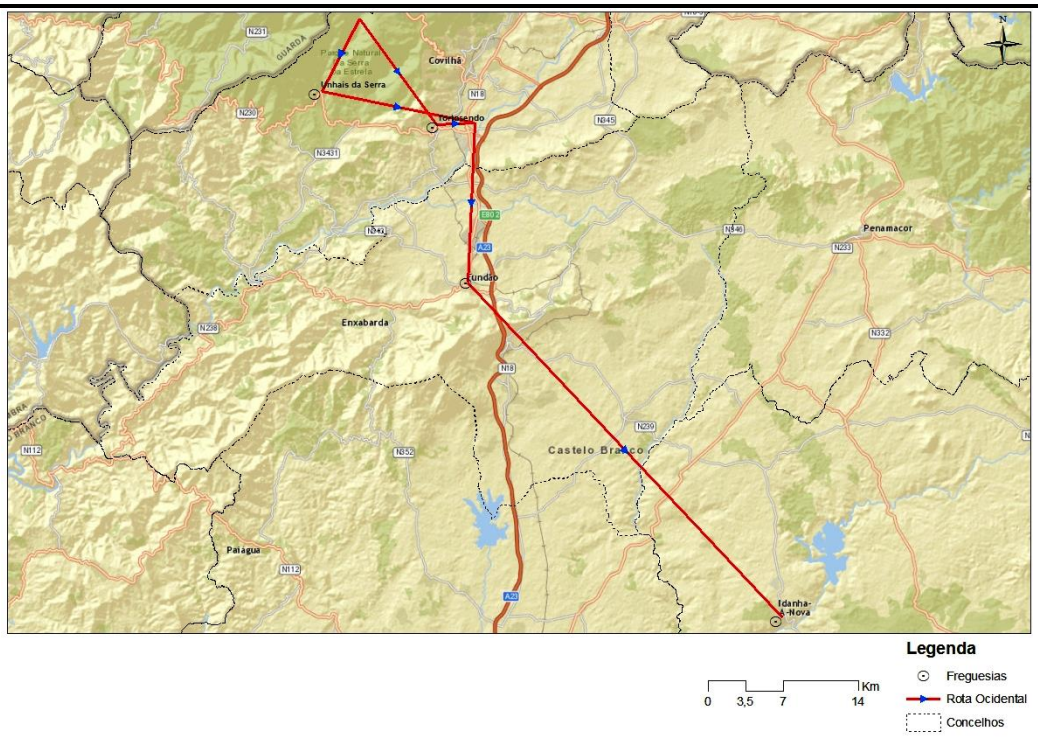
Idanha à Nova era o ponto de confluência das duas Rotas serranas com destino à Beira Baixa. Era também aqui, mais precisamente na escarpa da Idanha junto à Senhora da Graça, que os gados tinham como destino pastagens mais longínquas, no extremo Sul da Beira Baixa, caso assim fosse, os gados pernoitavam uma noite em Idanha e seguiam caminho no dia a seguir.

No quinto dia seguiam caminho até à freguesia do Rosmaninhal e terminavam no lugar de Alares, localizado na margem direita do Rio Tejo.

Depois de instalado o gado, os pastores que tinham guiado o rebanho regressava às terras de origem ficando dois ou três homens a guardar o gado, composto maioritariamente por ovelhas. Os homens que guardavam o gado mantinham-se no local até à Primavera, altura em que era tempo de regressar.

A vida do pastor era dura e muito limitada. Para além do isolamento relativamente à família, a alimentação era fraca e pouco variada, geralmente comiam-se migas de leite de algumas cabras existentes. De uma forma geral existiam abrigos para os pastores, todavia, na falta de abrigos os pastores dormiam ao relento enfrentando durante o Inverno condições muito adversas.

A Rota de Sudeste da Serra era percorrida por pastores do setor mais Ocidental provenientes das freguesias do Sabugueiro, S. Romão, Lapa dos Dinheiros, Valezim, Loriga, Alvoco da Serra e Unhais da Serra (Mapa 3).



Mapa 3 – Rota Sudeste da Serra da Estrela às Campinas de Idanha. Elaboração de Clemente, Arnaldo (Fonte: Atlas do Ambiente.)

O ponto inicial desta Rota situava-se na aldeia do Sabugueiro. Daqui, se as condições climáticas o permitissem seguia-se pelo caminho mais curto através do planalto central até à Torre e depois descendo para Unhais, Covilhã ou Tortosendo, era utilizado um caminho sobranceiro ao Rio Alva (FERREIRA, 2008) que vinha convergir na atual EN 231 em Lapa dos Dinheiros.

A partir daqui os gados seguiam para Valezim, contornando a Serra da Estrela pelo flanco Sul, seguiam-se caminhos marginais e atalhos para encurtar a distância. A distância podia encurtar, mas, a dificuldade do trajeto é bem notória, com sucessivas subidas e descidas em que o declive é bastante acentuado.

A seguir a Valezim seguia-se até à Malhada da Engenha. Os gados desciam até Loriga através de uma calçada romana e era aí que passavam a primeira noite nas proximidades desta localidade.

Na manha seguinte retomavam o troço pela calçada romana e seguiam até ao Talegre, onde voltavam à estrada nacional para chegar a Alvoco da Serra. Nesta localidade era feita mais uma vereda em direção ao vértice geodésico da Muralha, reduzindo assim a distância até Unhais da Serra.

Num terceiro dia e vencidos os caminhos sinuosos e ingremes da Serra, era necessário transpor o Rio Zêzere, o que obrigava os pastores a procurarem um local seguro para se fazer a travessia com os rebanhos.

A partir de Unhais da Serra, os rebanhos seguiam o seu trajeto em direção a Ponte Pedrinha, infletindo depois para Sul, com rumo ao Fundão.

Chegados ao Fundão seguiam direção de Alcongosta (onde permaneciam a terceira noite) por onde seguiam até à Serra da Gardunha.

No quarto dia, ultrapassada a Serra da Gardunha na área da Portela seguindo uma via romana que ainda hoje evidencia alguns troços bem conservados, os gados rumavam até Alpedrinha e daí dirigiam-se para a Orca, atravessando a freguesia de Vale Prazeres. Junto à freguesia da Orca os pastores e o gado passavam mais uma noite.

Já no quinto dia era tempo de chegar a S. Miguel de Acha e, daí, seguiam para Oledo através de caminhos secundários, atravessavam a ribeira da Caniça e saíam na atual EN 353 através de uma canada que atravessa caminhos agrícolas e que ainda hoje existe e se encontra bem preservada.

A partir daqui segue-se até aos pastos, previamente adquiridos, em Idanha à Nova, encontrando-se muito próximos dos pastos arrendados pelos pastores que utilizavam a Rota Oriental.

Em suma, a Rota da Serra da Estrela às Campinas de Idanha fazia-se durante o Inverno em que a Serra ficava coberta de neve e os rebanhos buscam abrigo e alimento nas planícies e nos vales.

Chegada a época estival, é tempo de regressar às origens e voltar com o gado à Serra. Durante o Verão, a erva seca nas terras baixas e há que procurar pastagens frescas na montanha (O. RIBEIRO) (Imagem 6 e 7)

Citando Orlando Ribeiro, é um *modo de vida moldado com a terra, ajustado ao clima, entranhado nos hábitos e tendências de uma parte da população, renasce nos períodos de crise para se apagar nos de prosperidade*.

Imagem 6 - Campos secos das Terras Baixas no Verão. (Fonte: olhares.com)

Imagem 7 - Campos verdejantes da Serra da Estrela na época estival. (Fonte: olhares.com)

2.3. Caraterização física da Área de Estudo.

2.3.1 Geologia e Relevo.

"A Montanha é quasi sempre em relação à Terra Chã, zona desfavorecida. Menos povoada e menos produtiva"

Orlando Ribeiro (1940/41)

"*Há rios na Beira? Descem da Estrela*

Há queijo na Beira? Faz-se na Estrela

Há roupa na Beira? Faz-se na Estrela

Há vento na Beira? Sopra-o a Estrela

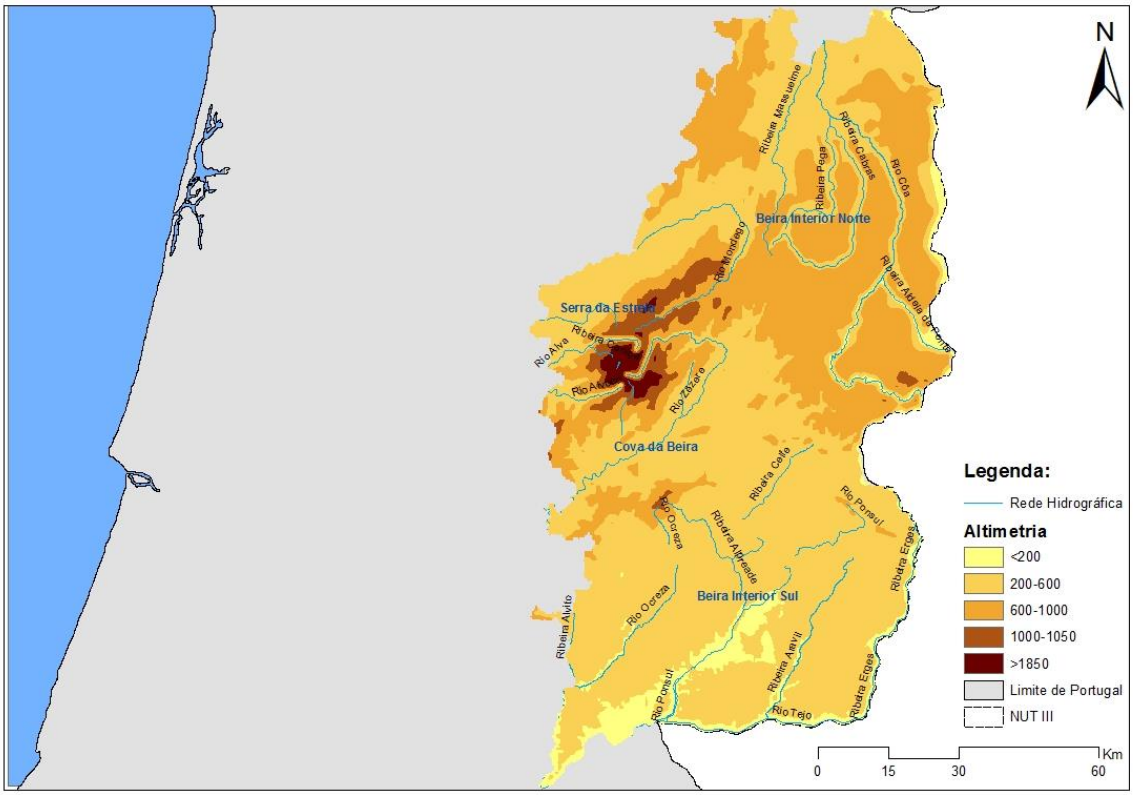
Há energia eléctrica na Beira? Gera-se na Estrela"

Miguel Torga (1950)

A Rota em estudo, da Serra da Estrela às Campinas de Idanha, insere-se no território da chamada Raia Central ou Beira Interior. O nome Beira sugere todo o território da Serra da Estrela para Este e Oeste, para Norte e para Sul (CUNHA, 2008).

Beira é a terra de entre Douro e Tejo, naturalmente dividida pela maior Cordilheira que atravessa o nosso país, reservando-se a designação de Baixa não à sua parte menos montuosa mas à de posição menos elevada em latitude, isto é, meridional.

Orlando Ribeiro (1944).



Mapa 4 – Mapa hipsométrico da área de estudo. Elaboração: Lourenço, Diogo. (Fonte: Atlas do Ambiente).

Miguel Torga distingue claramente a importância da Serra da Estrela, considerando-a não um fator de divisão do território, antes um fator de unidade e organização do território, "A Serra da Estrela não divide, concentra".

A referência principal deste estudo será a Cordilheira Central, mais concretamente a Serra da Estrela e a fronteira luso-espanhola entre os rios Douro e Tejo. Assim sendo a área de estudo corresponde à NUT III que integra a Beira Interior Norte, Beira Interior Sul, Serra da Estrela e Cova da Beira, o que corresponde aos distritos de Castelo Branco e da Guarda.

Esta área de transição entre o Norte e o Sul tem bem vincado nas suas paisagens fatores físicos e naturais que tornam esta área imponente. Do ponto de vista paisagístico, a Serra da Estrela destaca-se pelo seu relevo majestoso, pelas formas que a erosão caprichosamente esculpiu na rocha e pela singularidade notável que constitui o conjunto de testemunhos geomorfológicos legados pelos períodos glaciares que afetaram a região. Os atributos da Serra da Estrela conferem-lhe valor paisagístico e o estatuto de paisagem patrimonial.

Do ponto de vista estrutural, esta área insere-se no Maciço Hespérico ou Maciço Antigo, sendo a Serra da Estrela a mais alta serra de Portugal, do conjunto de blocos tectónicos que formam a Cordilheira Central, atingindo uma altitude de 1993m o que a torna invulgar, podendo-se destacar vigorosamente das terras baixas envolventes (DAVEAU e FEIO 2004), (Mapa 4 na página anterior).

A Cordilheira Central é constituída por três conjuntos montanhosos principais que se dispõem na direção NE-SW, sucessivamente: Estrela, Açor (1342m.) e Lousã (1205m.). A profunda e estreita depressão *intramontanhosa* conhecida por "Fosso do médio Zêzere" (O. Ribeiro, 1949) com a mesma direção (NE-SW), individualiza ainda para Sueste um alinhamento de relevos constituídos pelas Serras da Gardunha (1227m.), Muradal (1861m.) e Cabeço da Rainha (1108m.). Estes maciços erguem-se com desníveis de várias centenas de metros, acima de dois planaltos principais: a Plataforma do Mondego, a noroeste e a Plataforma de Castelo Branco, a Sueste (MEDEIROS).

As rochas que suportam esta paisagem são, na sua maior parte, rochas antigas, paleozóicas e ante-paleozóicas, deformadas por vários ciclos tectónicos relacionadas com as orogenias hercínica e alpina (CUNHA, 2008). Encontramos ainda afloramentos de metassedimentos do Complexo Xisto-Grauváquico ante Ordovícico, Xistos do Ordovícico e do Silúrico e quartzitos que evidenciam relevos de dureza.

Litologicamente resta acrescentar os depósitos superficiais centrados na Nave de Haver e no compartimento tectonicamente rebaixado das *Campinas de Idanha*, que testemunham a evolução tectónica e erosiva nos tempos cenozoico (CUNHA, 2008), (Figura 1). Em relação, ainda, à tectónica, esta é bem visível no traçado da rede hidrográfica, é o caso do rio Mondego na Plataforma com o mesmo nome; do rio Alva no sopé da Cordilheira e do rio Zêzere na citada depressão *intramontanhosa* e ainda uma série de cursos de água que sulcam a Plataforma de Castelo Branco (MEDEIROS).

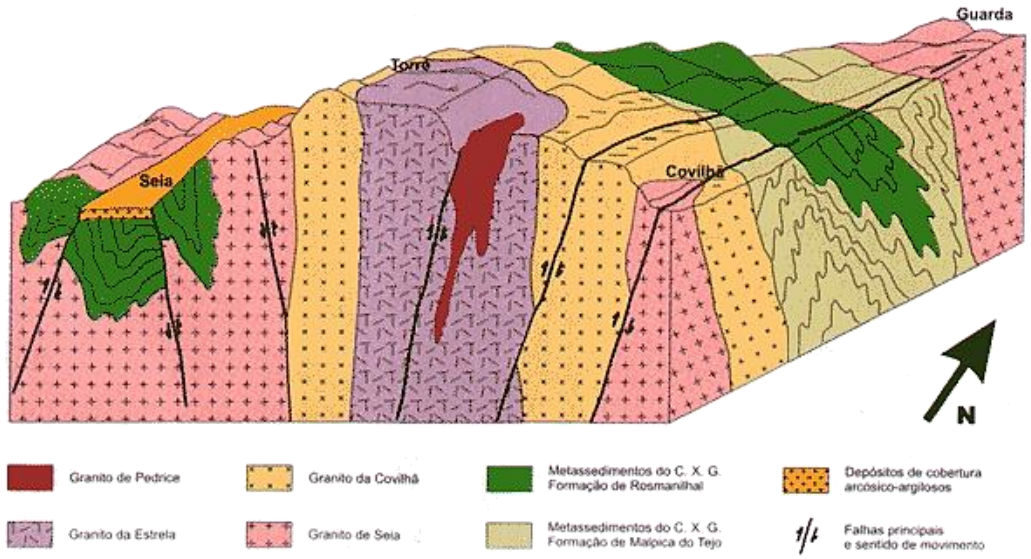


Figura 1 – Bloco diagrama esquemático da Geologia da Serra da Estrela. (Fonte: Parque Natural da Serra da Estrela.

Para além desta diversidade litológica, também podemos observar na paisagem deformações tectónicas que se relacionam com a tectónica de fracturação imposta pelas fases finais da orogenia hercínica, cujos acidentes virão a ser, mais tarde, durante a orogenia alpina. Destacam-se as falhas de direção NE-SO ou ENE-OSO que demarcam o grande *Horst* da Cordilheira Central e que são responsáveis pelas Serras da Estrela, Serra da Gardunha. Fosso da Cova da Beira e pela Superfície de Castelo Branco para as Campinas de Idanha; a falha de direção NNE-SSO é responsável pelo alinhamento secundário do relevo, como é o caso do vale superior do Zêzere na Serra da Estrela (CUNHA, 2008), (Figura 2).

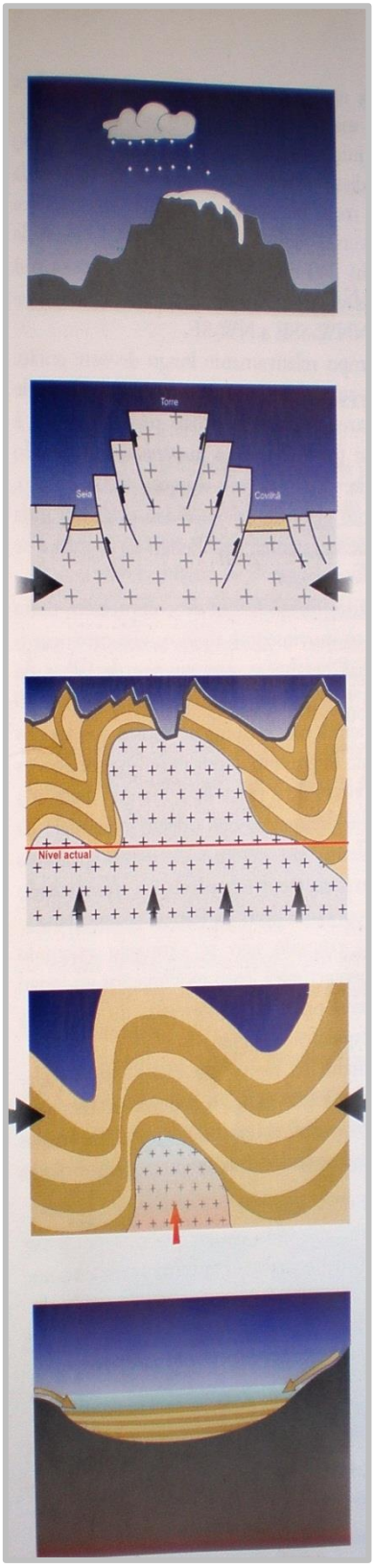


Figura 2 – Síntese de acontecimentos geológicos. (Fonte P.N.S.E)

Assim sendo a evolução litológica e tectónica assim como as condições paleoclimáticas e paleoambientais são responsáveis pelo relevo diversificado que podemos encontrar nesta área. Encontramos suaves e arredondadas lombas e colinas xistosas, que contrastam com a rigidez e aspereza dos

quartzitos e com as superfícies aplanadas, talhadas por retilíneos vales de adaptação às fraturas ou com caóticos relevos graníticos. (CUNHA, 2008).

Na fisionomia geral, que parece relativamente simples, existe uma acentuada diversidade geomorfológica, pois distinguem-se pelo menos duas superfícies de aplanamento embutidas e várias escarpas de falha que as deslocam. As áreas de maior altitude são constituídas por rochas graníticas, enquanto as Serras do Açor e da Lousã são de natureza xistenta.

Na área da Beira Interior podemos observar as mais diversas montanhas, a Serra da Estrela, a Serra da Gardunha (Cordilheira Central) a Serra da Malcata ou ainda as cristas quartzíticas de Marofa, Penha Garcia e Portas de Rodão.

A maior parte do território, no entanto, corresponde a extensas superfícies e aplanamento, praticamente desde o Vale do Douro até à Cova da Beira, são os restos da chamada *Superfície de Meseta* que ocorre entre os 700 e 800m; daí para Sul encontramos a *Superfície de Castelo Branco* que é limitada pelas ribeiras afluentes do Zêzere, Ponsul e do Erges a cerca de 400 a 500m., nesta superfície erguem-se pequenos relevos, *inselbergs*, como é o caso de Monsanto, a *aldeia mais Portuguesa de Portugal* (Imagem 11).

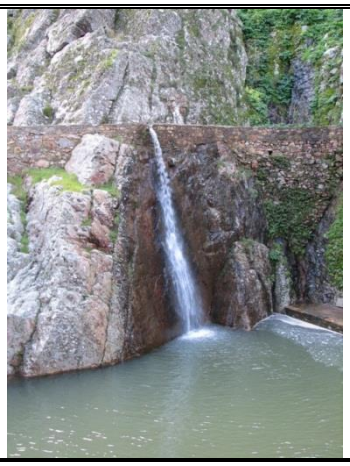
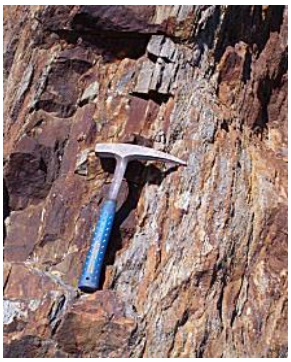
9 

Imagem 8 – Granitos da Serra da Estrela, *Cântaro Magro*. **Imagem 9** – Quartzitos de Penha Garcia. **Imagem 10** – Complexo Xisto-Grauváquico de Malpica do Tejo.	10 

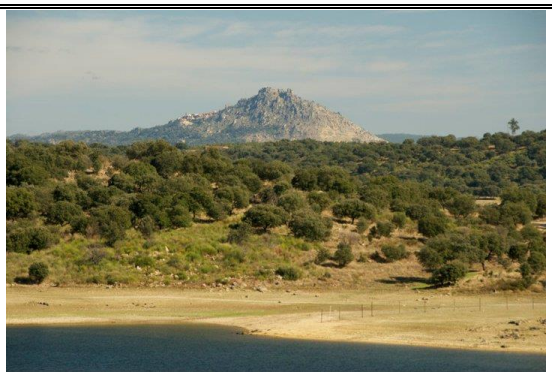


Imagem11 – *Inselberg* – Monsanto. (Fonte: geologianaoesocalhaus.blogspot.com)

A tectónica de fracturação é a responsável pelo levantamento das Serras da Cordilheira Central e está na origem de algumas áreas deprimidas, como é o caso da Cova da Beira, que se encontra entre as Serras da Estrela e Gardunha e que tem por isso uma posição privilegiada, encontrando-se abrigada dos ventos oceânicos, sendo por isso um local com grandes apetências agrícolas, sobretudo no cultivo de árvores de fruto.

Em suma, a Serra da Estrela corresponde a um vasto maciço tectónico com orientação Nordeste para Sudoeste, talhado em rochas xistentas e graníticas. Simbolicamente, associamos à imagem Serra da Estrela a sua altitude, sendo o ponto mais alto de Portugal Continental. Porém associamos também à atividade pastoril da sociedade que dela vive.

Outro aspeto, que podemos observar na Serra da Estrela são os vestígios deixados pela última glaciação. Como refere VIEIRA, nos finais do Quaternário, durante o *Würm*, existiu um importante glaciar de planalto no nível culminante da Serra da Estrela; teria atingido 80 metros de espessura e emitia línguas glaciares que desciam por vales pré-existentes instalados nas vertentes da Serra. Ao longo do seu curso o Zêzere sofre várias inflecções de traçado, desde o alto da Serra da Estrela percorre um vale glaciário que é também um vale de falha, instalado ao longo do desligamento NNE-SSW de Bragança-Unhais da Serra. O rio ao penetrar na depressão da Cova da Beira corre quase ao rés do solo. A glaciação arrastou consigo, ao longo de vários quilómetros, diversos materiais que podemos observar por todo o maciço. Do ponto de vista litológico, a cordilheira, é constituída essencialmente por granitos, sendo bem visível o contraste entre as superfícies lisas e rochosas, sem mantos de alteração os quais foram varridos pelos glaciares, e as superfícies eriçadas de blocos ou amontoados de blocos *in situ*, com rególitos conservados típicos da paisagem granítica (MEDEIROS). A morfologia glaciária evidencia-se nos circos e nos vales glaciários. Os circos glaciários são depressões nos flancos das montanhas, geralmente em forma de anfiteatro, que são locais de acumulação de neves e formação de gelo. Por toda a serra encontramos lagoas, covões e saliências rochosas polidas pelo gelo (idem).

Segundo alguns estudos realizados sobre a glaciação na Serra da Estrela, nos quais se destaca Lautensach (década de 40) e Daveau (década de 70), supõe-se que existiria no topo da Serra um glaciar, com 80 metros de espessura, do qual divergiam línguas glaciares que escoavam pelos profundos vales periféricos. A maior parte da neve e do gelo acumulava-se na parte Oriental da montanha. Daveau, em 1971, elaborou um esboço cartográfico da glaciação. Assim, o maior glaciar era o do Vale do Zêzere, atingindo 13 km de comprimento e descendo até aos 680m. de altitude, na parte Leste da Serra; destaca-se o vale glaciar de Loriga com 7 km e ainda os restantes cinco glaciares, com menor comprimento, Alforfa, Estrela, Alvoco, Covão Grande e Covão do Urso (MEDEIROS) (figura 3).

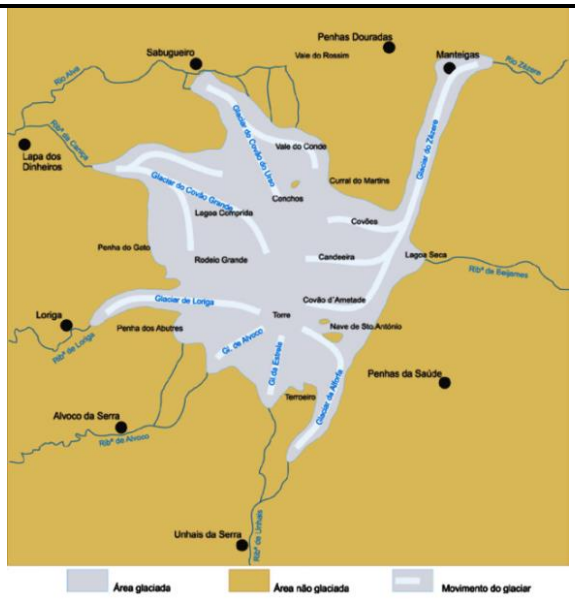


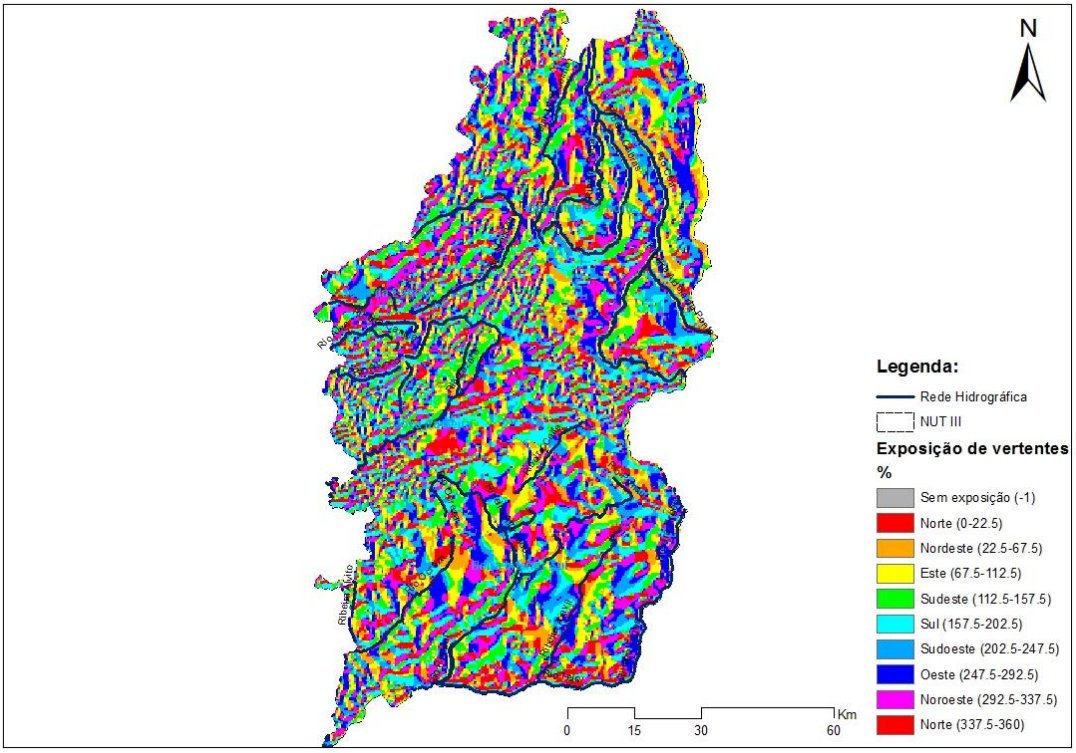
Figura 3 – Vales glaciares da Serra da Estrela. (Fonte: www.turismo.guarda.pt)

2.3.2 Clima

Há dois tipos de bioclimas, na Serra da Estrela: Temperado (nas encostas expostas a oeste e norte e nas partes mais altas) e Mediterrânico (nas encostas mais baixas expostas a este e em alguns vales). O clima Mediterrânico marca a Serra pelas suas irregularidades: Invernos frios e húmidos e Verões secos e amenos (mas com forte insolação).

(Retirado de http://www.uc.pt/grasses/geologia_e_vegetacao/clima)

O clima mediterrâneo carateriza o território português, já que apresenta um Verão quente e seco que se opõe a um Inverno moderado, com um total de precipitações atmosféricas relativamente baixo. Contudo, devido à distribuição do país em latitude, o maior ou menor afastamento em relação ao oceano e, sobretudo devido a distribuição espacial do relevo justificam comportamentos diferenciados dos elementos climáticos e são responsáveis por variações regionais muito significativas (CUNHA, 2008), Mapa 5.



Mapa 5 – Mapa de exposição de vertentes. Elaboração de Lourenço, Diogo. (Fonte: Atlas do Ambiente.)

Assim, tendo em conta a área de estudo podemos encontrar situações bem distintas. Na montanha, particularmente na Serra da Estrela encontramos temperaturas muito baixas e negativas, registam-se elevados níveis de precipitação que, no Inverno, podem ocorrer sob a forma de neve. Facilmente ocorrem mais de 90 dias por ano com temperaturas abaixo dos 0ºC, enquanto os valores médios de precipitação podem chegar aos 2500mm anuais nos setores mais elevados da Serra.

Por outro lado, as extensas áreas aplanadas que circundam a Cordilheira Central são mais secas e muito mais contrastantes do ponto de vista térmico (CUNHA, 2008). Na Superfície de Castelo Branco, nas Campinas de Idanha, os Verões são mais quentes, com temperaturas acima dos 29ºC e os Invernos frios ou frescos com temperaturas a rondarem os 4ºC, no entanto, também se registam cerca de 30 dias anuais com temperaturas negativas. Quanto à precipitação esta ocorre em menor quantidade, com valores entre os 600 e os 1200mm (Figura 5 e Imagens 12 e 13).

Figura 5 – Imagem satélite onde é possível observar a Serra da Estrela coberta de Neve. Imgaem retirada a 28/01/2013. (Fonte*: Gooogle maps*).

Imagem 12 – Serra da Estrela com neve. (Fonte: olhares.pt).

Imagem 13 – Campos da Idanha. (Fonte: olhares.pt).

Como podemos constatar, o clima é um dos principais fatores que motivaram os movimentos transumantes, assim sendo, achamos pertinente estudar o clima entre os anos 1931 e 1960. Desta forma, recorremos às normais climatológicas onde podemos observar dados sobre a precipitação e a temperatura destas regiões. Por uma questão de serem representativas das duas realidades contrastantes que justificam as deambulações dos gados, foram escolhidas as estações meteorológicas de Castelo Branco e de Penhas da Saúde. Ao elaborarmos os gráficos termopluviométricos, podemos concluir que, nas Penhas da Saúde, onde a altitude atinge os 1510m, os quantitativos de precipitação

atingem valores muito elevados, no mês de Novembro registaram-se 406mm de precipitação, que durante os meses de Inverno ocorre sob a forma de neve. A temperatura média anual ronda os 7,6ºC, sendo que o mês mais quente foi o de Julho com 17,2ºC, tendo-se registado apenas dois meses secos; a cidade de Castelo Branco encontra-se a 390m de altitude, próxima das campinas de Idanha, o clima é, claramente, mais ameno, a temperatura média anual é de 15,7ºC, o mês mais quente foi o de Julho com 24,6ºC; o mês mais chuvoso registou-se em Janeiro com 123,1mm de precipitação, ao longo do ano podemos observar quatro meses secos.

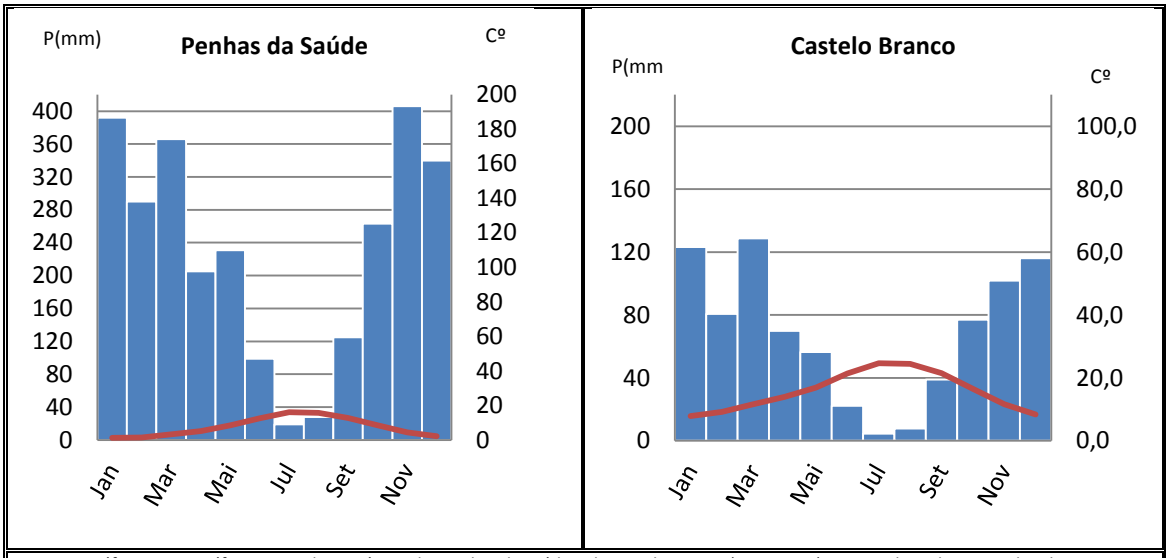


Gráfico 1 e 2 - Gráfico Termopluviométrico das Penhas da Saúde e de Castelo Branco (1971-2001). Fonte: *Clima de Portugal, Vol. 13.*

Tais dados levam-nos a concluir que a Transumância era impulsionada, e continua a ser, sobretudo pelas condições meteorológicas. Durante o Verão o clima seco da Beira Baixa não permite que o gado aí permaneça, devido à escassez de recursos hídricos e consequentemente de pastagens verdejantes, daí os pastores subirem a Serra à procura de alimento para o gado. Já durante o Inverno a ocorrência de precipitação sob a forma de neve, devido à altitude elevada e as temperaturas negativas tornam necessário que o gado desça a Serra e procure locais menos agrestes e com temperaturas mais agradáveis.

Se a elaboração dos gráficos termopluviométricos nos permitem retirar algumas conclusões, o cálculo do balanço hídrico é fundamental na caraterização do clima

regional, além de ser uma importante ferramenta para a gestão e planeamento do uso do solo.

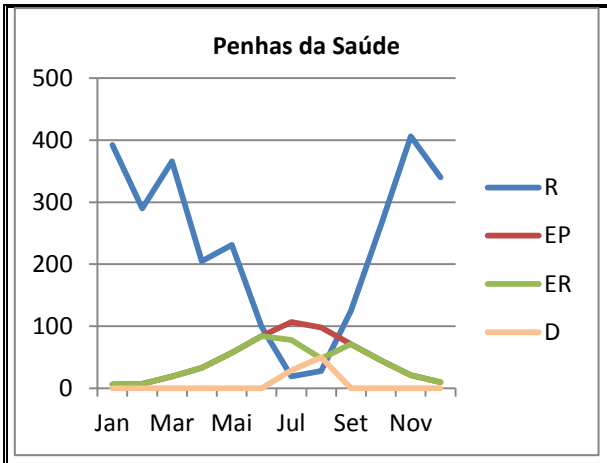
A partir dos dados de precipitação e temperatura é possível precisar a quantidade de água que entra no solo através da precipitação, a quantidade que é retirada via evapotranspiração e, partindo desta relação, chega-se à quantidade de água que fica em excesso e pode escoar (*superavit*) e a quantidade que o solo necessitaria para anular esta diferença entre a evapotranspiração potencial e a real, expressa em forma de déficit hídrico (BARBOSA).

Como já vimos anteriormente, na análise dos gráficos termopluviométricos é bem visível a dicotomia existente entre os valores de temperatura e de precipitação entre as duas estações meteorológicas representativas do estudo de caso. Se a temperatura média em Castelo Branco ultrapassa os 15ºC, nas Penhas da Saúde fica pelos 8ºC aproximadamente. Os níveis de precipitação também são bastante elucidativos em relação a esta dicotomia regional, em Castelo Branco a precipitação anual chega aos 828mm, já nas Penhas da Saúde atinge os 2700mm de precipitação anual. A precipitação aparenta, sobretudo, ser controlada pela altitude e pela orientação da Serra em relação aos fluxos dominantes das massas de ar. VIEIRA e MORA (1998) verificaram que a temperatura média mensal medida nas estações meteorológicas das Penhas Douradas, Lagoa Comprida e Penhas da Saúde revelam que a Serra da Estrela é caracterizada por um regime térmico simples. O mês mais quente é Julho e o mais frio é Janeiro. A temperatura média anual é inferior a 8ºC na maior parte da área dos planaltos, sendo, no Alto da Torre, inferior a 4ºC. A distribuição espacial da precipitação na Serra da Estrela é complexa e os padrões são variáveis de ano para ano.

Desta forma, concluímos que nas Penhas da Saúde existe uma grande disponibilidade hidrológica, tendo em conta os valores de precipitação, que como já referimos, acontece, a maior parte do ano, sob forma de neve, o que contribui para o aumento da infiltração e recarga dos aquíferos. Ao longo do ano registam-se apenas dois meses de déficit hidrológico, Julho, Agosto e Setembro, revelando desta forma que durante este tempo a Evapotranspiração Potencial (EVP) atingiu valores superiores em relação à Precipitação (R) e não houve compensação dos excedentes anteriores. Como

já mencionado anteriormente, à medida que subimos em altitude temos um aumento exponencial da humidade, o que contribui para que a vegetação de pascigo seja verdejante no período estival.

Em Castelo Branco assistimos a uma realidade completamente díspar, ao longo do ano contabilizam-se vários meses secos, fruto da precipitação escassa e das temperaturas (T) altas. Durante cinco meses, de Maio a Setembro, a evapotranspiração potencial é superior à precipitação, ocorrendo assim um enorme deficit hídrico; registam-se apenas cinco meses de excedente hidrológico. Assim sendo, podemos concluir que os movimentos transumantes são fundamentais para a sobrevivência dos animais, uma vez que os solos se encontram secos e sem alimento para o gado, que durante o período estival se vê obrigado a subir a serra a procurar condições mais propícias à sua subsistência.



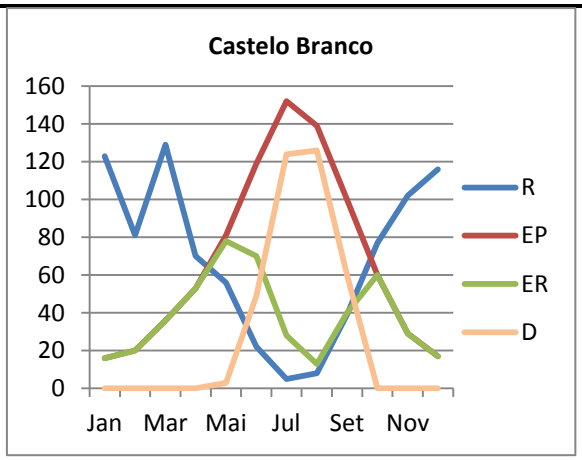


Gráfico 3 e 4 - Representação gráfica do Balanco Hídrico – Castelo Branco e Penhas da Saúde. Fonte: *Clima de Portugal, vol. 24.*

2.3.3 Vegetação.

Após a última glaciação, carvalhos, sobreiros e azinheiras ocuparam toda a região da Cordilheira Central, no entanto, hoje em dia pouco resta desta vegetação.

Uma evolução histórica e agrária marcada por arroteamentos progressivos para a prática da agricultura levou a que fossem feitas várias queimadas ligadas a atividade da pastorícia. Fizeram-se derrubes de árvores por necessidade de madeira e como não

podia deixar de ser, os incêndios das últimas décadas que assolaram toda esta região contribuíram para as modificações na estrutura e composição da vegetação.

Assim, hoje, da vegetação natural da região pouco resta, encontramos tufos de carvalho negral, castanheiros, azinheiras muito dispersos. A vegetação predominante nos terrenos de cultivo abandonados são as urzes, giestas e carquejas. A continuidade das manchas florestais é assegurada por matas de pinheiros e eucaliptos.

Nos relevos superiores da Serra da Estrela, afetados pela glaciação configuram à serra vastos planaltos glaciários constituídos por uma alternância de bossas rochosas polidas e estriadas e de bacias cobertas de água ou ocupadas por turfeiras (MEDEIROS). A partir dos 1600 metros a vegetação é escassa e rasteira; entre os 900 a 1600 metros predomínio de (giestais, urgeirais, piornais) castinçais, o zimbro e ainda dois tipos de cervunais: os cervunais secos, cuja espécie dominante é *o cervum*, onde podem ocorrer outras espécies, como as campainhas amarelas e os cervunais húmidos, que se distinguem dos primeiros pela riqueza em musgos; altitude entre 0 a 900 metros predomínio de carvalhais, comunidades de azereiro e azinhais (Imagem 14 e 17).

Quanto aos espaços agrícolas, estes têm vindo a desaparecer progressivamente dando lugar a espaços de matos e incultos e a espaços florestais, que não aumentam mais a sua extensão devido aos incêndios florestais.

Junto aos centros urbanos a vegetação é quase inexistente devido ao aumento das áreas construídas impulsionadas pela qualidade de vias de comunicação existentes dentre Castelo Branco, Covilhã e Guarda, nomeadamente pela construção da A23.

Ao descer a Serra, na Cova da Beira, por ser uma área resguardada e extremamente fértil, proliferam árvores de fruto variado, nomeadamente, pessegueiros e cerejeiras (imagem 15.

Nas Campinas de Idanha, os solos são mais férteis e menos rochosos para a prática da agricultura. *Trigo, pasto, montado e olival, são as bases em que assenta a economia deste trato da Beira Baixa* (RIBEIRO, 1943), (Imagem 16).

Imagem 14 – Urzes e giestas na Serra da Estrela. (Fonte: P.N.S.E)

Imagem 15 – Cerejeiras na Cova da Beira. (Fonte: cm-Fundão)

Imagem 16 – Olival em Idanha à Nova. (Fonte: cm-idanha)

Imagem 17– Ausência de vegetação no topo da Serra junto à Torre. (Fonte: Olhares.pt)

2.4. Os Pastores, Saberes e Sabores.

"Um pastor sem cajado é como um professor sem caneta ou um canhão sem vara"

Joaquim Caldeira, pastor reformado, Capinha.

Apesar destas Rotas serem feitas devido aos constrangimentos provocados pela mãe natureza temos de ostentar os Homens que calcorreavam centenas de quilómetros para alimentar os seus gados, que passavam frio, dormindo ao relento, suportando o frio

e as "russas[3]". A profissão de pastor começava em tenra idade e passava de geração em geração. O pastor passava quase todo o seu tempo isolado, comendo pão de centeio e bebendo leite que diariamente ordenha. Estes homens caraterizam-se por serem ágeis, frugais e espadaúdos. Os seus fiéis companheiros eram os cães, com quem o pastor não temia enfrentar alcateias de lobos.

É um homem que nada teme, a não ser as tempestades, de que se esconde num qualquer abrigo improvisado se bem que existiam abrigos próprios para os pastores, como as "choças" e também havia quem oferecesse casa em troca de queijos e leite. Pernoita no sítio onde o dia terminou não se preocupando minimamente com isso, apenas descansa um pouco, aquece-se ao lume e toca flauta para melhor passar o tempo e depois de cear recosta-se, confiando aos cães o acordar do deu sono leve, se houver algum perigo.

O pastor é um homem que veste pelica, safões de pele de ovelha e botas brochadas. Não larga o seu cajado, nem a ferrada. Quanto à sua higiene, esta era pouca, há mesmo pastores que referem que os seus cabelos nunca viram um pente.

O pastor é um homem religioso, desconfiado e supersticioso acredita em qualquer sinal vindo do céu.

Assim sendo, e para melhor conhecermos estes homens sofridos, iremos citar algumas frases por eles proferidas:

"A mim nasceram-me os dentes atrás dos gados."

Albano Coxo, Rosmaninhal.

"Tinha eu sete anos e já andava com uma cabrada de duzentas e tal, o meu pai padecia muito do estomago, tinha de ser eu a andar com o gado. Nem à escola me mandaram!"

Manuel Pires, Torre.

[3] O termo "Russas" ainda hoje é utilizado pelo povo das aldeias da Raia, significa geadas.

"*Aprendi a assobiar e a bradar o gado com o meu pai. Eu tinha dois assobios, um quando era para voltar e outro para chamar o cão. Às cabras bradava de uma maneira e às ovelhas de outra. As cabras têm outro dom que não tem a ovelha.*"

José Nogueira, Toulões.

"Aprendi com os antigos que o cajado do pasto tem que fazer uma curva, porque se for direito ao ser lançado pode aleijar as ovelhas. O cajado é a arma do pastor, para se defender dos bichos do campo"

Zé Manel, Zebreira.

"Hoje falta aqui gado! Eu quando olho para o bardo, quando é para recolhe-las, sei logo se falta alguma ou não. Hoje ficou alguma para trás. Amanhã logo aparece. Olha, esta ontem ficou para lá! Ontem ficaste para lá sua tonta!

Ti Augusto, Rosmaninhal.

"A minha merenda era muitas vezes migas de leite. Ordenhava uma cabra e comia o leite com pão num cocho de cortiça."

Ti Zé Tripa, Rosmaninhal.

"Antigamente agente só comia uma poquetechinha de travia, leite cozido, queijo com pão e azeitonas. A carne não era para todos, era só de vez em quando. Era uma miséria, hoje a gente já tem de tudo, aquilo que não há no povo, vem cá os marchantes a vender".

João Chambino, Rosmaninhal.

"A vida no campo também era aborrecida, no Verão, com o calor, as ovelhas acarram e a gente para se entreter fazia trasgas, colheres, badalos, eu sei lá!"

Ti Zé Tarzan, Rosmaninhal.

"Eu tinha uma corna pequenina que era para o queijo, tinha outra que levava os gatchos de uvas, era para não se esborrancharem, tinha outro para o conduto."

Manuel Caldeira, Rosmaninhal

"A gente na horta tinha cabaças, arrancava-as e punha-as a secar, depois eram bem limpas e serviam para os homens levarem vinho e a água."

Emília Lobato, Rosmaninhal.

"A lua tem muita influência nos animais, quando a lua vai cheia é quando elas cobrem, adiantam e atrasam, se por acaso se cobrirem no quarto crescente, adiantam-se, se é no quarto minguante, atrasam."

João Chambino, Rosmaninhal.

"*Sempre tive bons cães, sou eu quem os ensina, agora tenho aí dois para virar o gado, é a "Macaca" e a "Lasse". Quando quero que vire o gado brado-lhe: Macaca vá, anda vira, vai, anda lá*!"

João Pires, Idanha-a-Velha.

2.4.1. As previsões meteorologias segundo os Pastores:

"*Pelo achocalhar das cabras à noite a gente sabe que vai chover no outro dia. Isto acontece quando elas se abanam muito à noite. O gado quando anda muito acarrado também adivinha chuva. A lua quando vai turva e leva circulo, a água anda longe, quando anda perto só se vê uma névoa lá no meio, é sinal de chuva."*

António Santos " Cacarne", Idanha-a-Nova

"O gado adivinha a água, quando está para chover abana mais os chocalhos, a gente nota pelo som dos chocalhos. Também dizem quando a lua vai voltada a baixo temos água. O piquençaro-bacorero também adivinha a água, é quando começa a cantar muito."

João Pires, Idanha-a-Velha

"As garças quando saem do rio ou trazem água ou frio. Este ano têm saído muitas vezes, mas só tem vindo frio. A lua quando vai voltada ao Tejo é sinal que vem água."

Clementina Magro, Soalheiras.

"Quando a lua vai torta água bota, quando vai dereta água deta. Quando o mocho real anda pelas lombas chove ou se a cotovia está em cima das azinheiras, adivinham água."

Ti Marcos, Cegonhas.

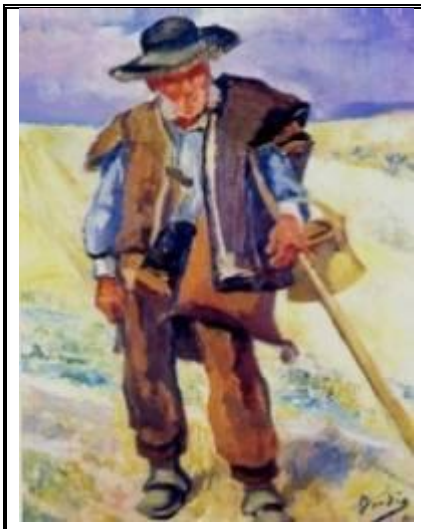


Imagem 18- Pastor (cm-fundão)

Imagem 19- Chocalhos (cm-Fundão)

Imagem 20 – Choça dos pastores. (Fonte: cm-Fundão)

2.5. Recriar o passado, *Os Chocalhos.*

Tradições e costumes ligados à pastorícia ganham, desde há dez anos, vida no cada vez mais concorrido e afamado "*Chocalhos – Festival dos Caminhos da Transumância*". Todos os anos, no mês de Setembro, a Vila de Alpedrinha, freguesia do Fundão, considerada a "*Sintra da Beira*", viaja no tempo em celebração da Transumância – que como já foi referido no início deste trabalho, *trata-se de um movimento sazonal realizado pelos pastores. Os pastores da Serra da Estrela que viviam com os rebanhos nas planícies da Beira Baixa durante o Inverno regressavam à montanha no Verão – unificando geografias, costumes e gentes de diferentes regiões* (cit. SANTOS, 2010).

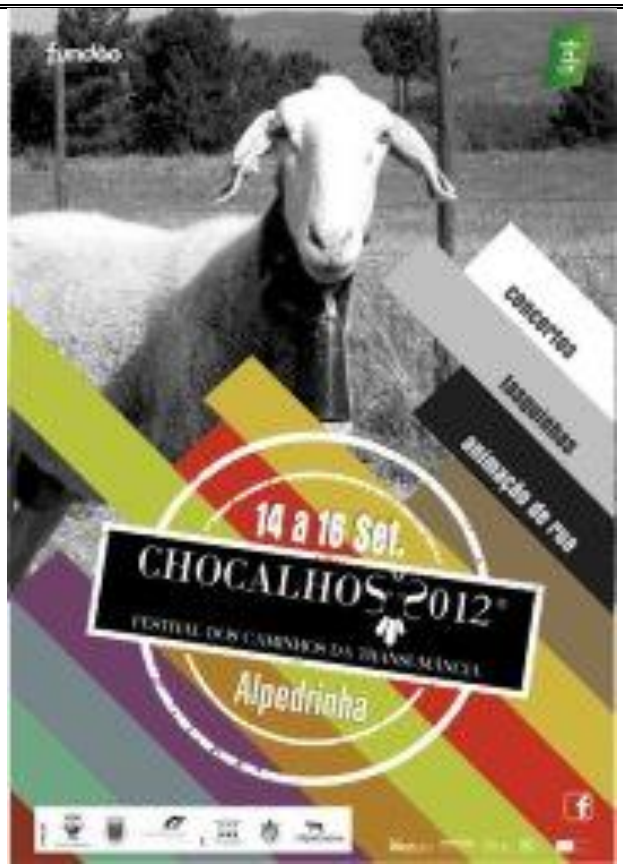


Imagem 21 – Cartaz "Chocalhos, Festa da Transumância, 2012" (Fonte:destinoslusos.com)

A edição de 2012 decorreu de 14 a 16 de Setembro. Os habitantes desta pequena vila com engenho e primor transformaram as casas e "lojas" das ruas estreitas, quase mouriscas (SANTOS, 2010), da zona histórica da vila, em lojas de artesanato, tasquinhas, cafés, *pubs* e pastelarias que deliciam quem por ali passa. Na rua sentem-se os aromas dos doces convencionais, das comidas da região feitas por mãos sábias que o tempo doutorou (SANTOS, 2010). Durante a noite, a festa é maioritariamente dos mais novos, as ruas ficam apinhadas de gente, para percorrer, literalmente, todas as casas da Vila, provando os doces da região, chanfana, pão com chouriço, enchidos da região, queijos tradicionais variados, empadas e rissóis caseiros, bons vinhos da região, licores tradicionais como a jeropiga e a ginja. A diversão, o contentamento e a alegria são uma constante nesta festa do *Chocalhos*, que a cada ano que passa tem mais visitantes, de

todo o país e até mesmo do estrangeiro, recebendo milhares de pessoas durante os dois dias de festa.

É uma festa sem idade ou estatuto social, o programa é abraçado transversalmente. Durante toda a noite e dia, ouvem-se chocalheiros, grupos de música popular, figuras típicas, tocadores de gaita-de-foles e bombos que animam as ruas.

Ao amanhecer, surgem outras atividades, há espaços dedicados ao Cão da Serra da Estrela, que visam a promoção da raça e dos seus valores. Ainda pela manhã, centenas de pessoas concentram-se na Praça do Município do Fundão e encorajadas pelos chocalheiros de Vila Verde de Ficalho fazem-se acompanhar por exemplares de cães da Serra da Estrela, realizando assim, o tradicional passeio pedestre que conduz o gado pela Serra da Gardunha até Alpedrinha.

O percurso é duro e a subida um pouco assustadora, no entanto, ao longo dos anos são cada vez mais as pessoas que desejam participar. A frescura da paisagem apazigua o calor que se faz sentir nesta área do país. Para muitos, este percurso é um recordar da infância com uma mistura de cores e sabores que brotam dos arvoredos, matas de castanheiros, figueiras, cerejais, silvados com amoras e flores variadas.

Sumariamente, um dos pontos altos dos *Chocalhos* é sem dúvida o poder percorrer os caminhos com o gado e poder ser pastor por um dia. Tal como outrora, o final desta viagem é motivo de folia, na qual não faltam concertos, animação de rua e tasquinhas. Resta acrescentar que podemos ainda visitar o Palácio do Picadeiro, um imponente edifício barroco.

Imagem 22 – Bombos do Fundão nas ruas de Alpedrinha. (Fonte: aguasdosul.blogspot.com)

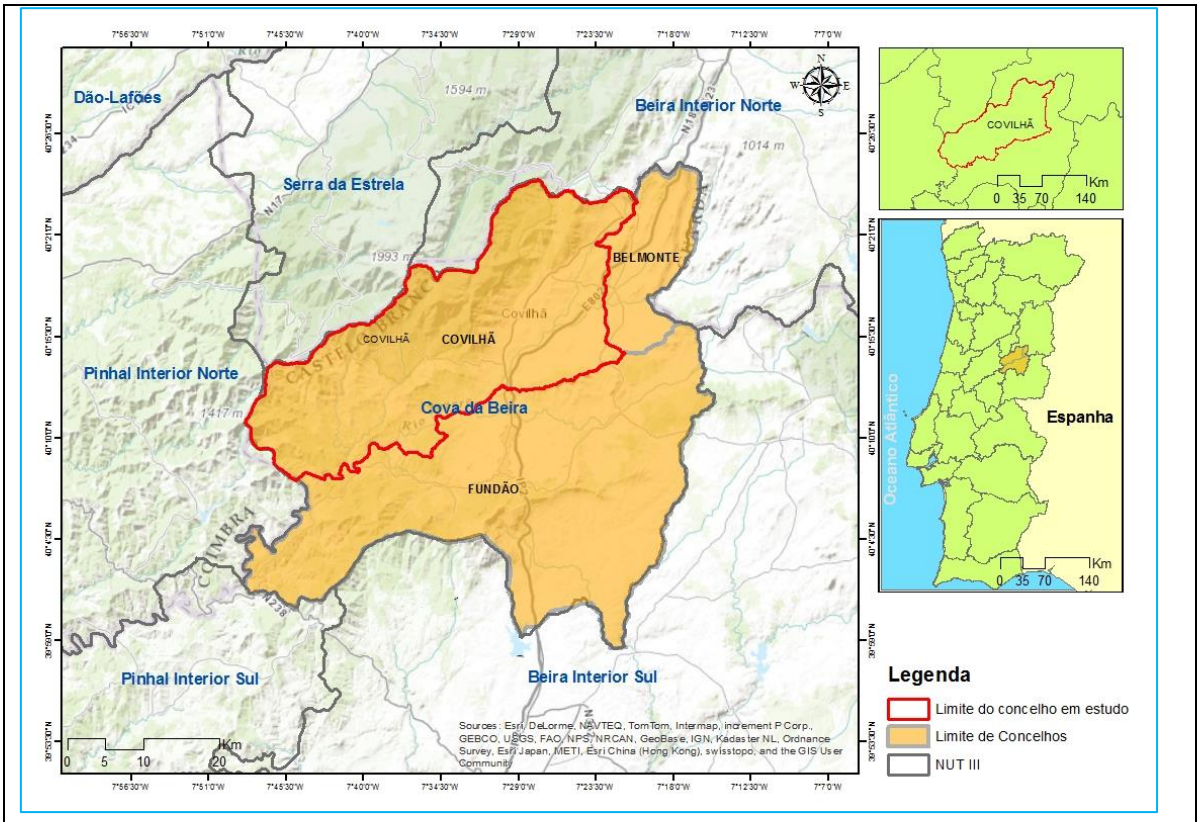
Imagem 23 – Passeio pedestre desde a Serra da Gardunha a Alpedrinha. (Fonte: aguasdosul.blogspot.com)

3. Área disciplinar de História

3.1. A Covilhã como cidade industrial

3.1.1. Enquadramento geográfico e histórico.

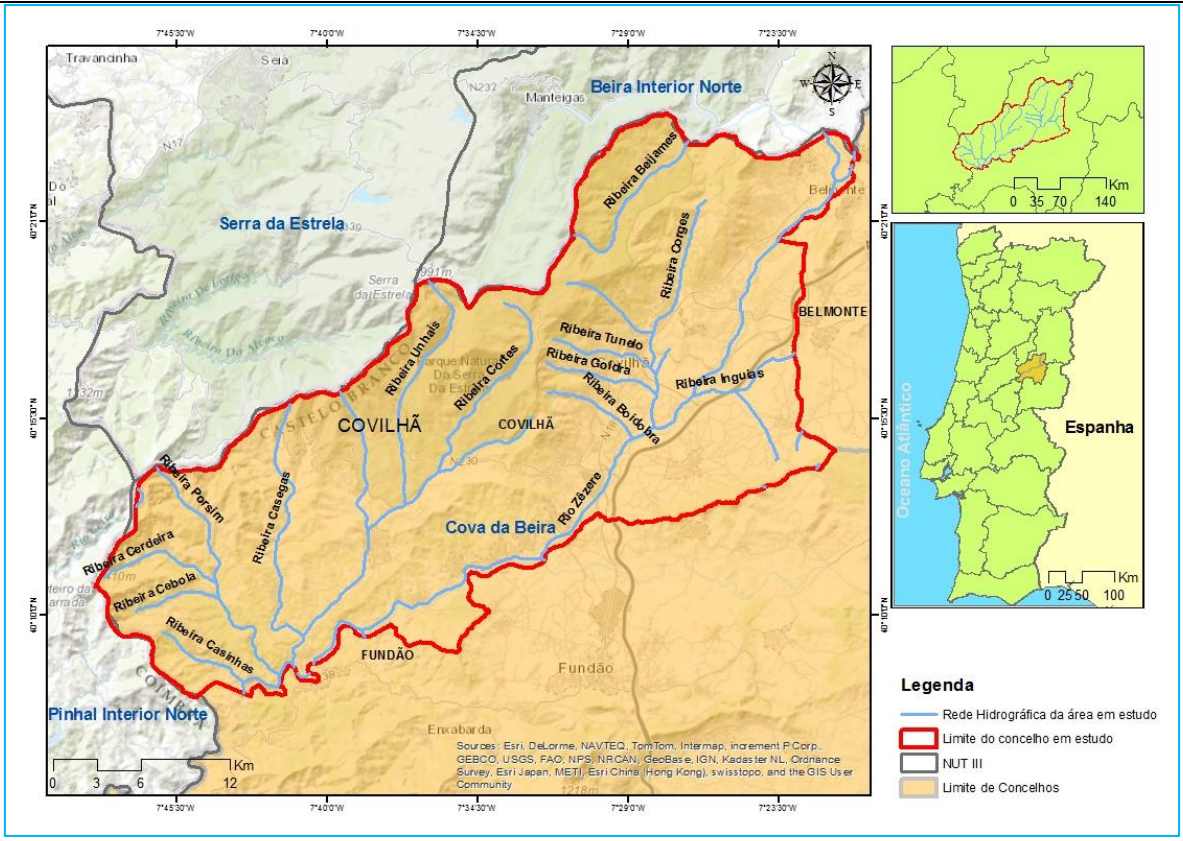
A cidade da Covilhã localizada na vertente Sudeste da Serra da Estrela enquadra-se na NUT III - Centro, na denominada Cova da Beira inserida no distrito de Castelo Branco. Com altitudes compreendidas entre os 450 e os 800m é a cidade mais próxima do ponto mais alto de Portugal continental, a Torre (mapa 1).



Mapa 1 – Localização geográfica da cidade da Covilhã, inserida na NUT III, Centro. Fonte: Atlas de Portugal. Elaboração: Lourenço, Diogo (2013).

Atracada numa das encostas da Serra da Estrela, a Covilhã estruturou-se em função dos lanifícios. A montanha desde sempre ofereceu pastagens verdejantes, frescas, perenes e apetecíveis para o gado lanar, tendo sido procurada pelas canadas transumantes. Esta favorável localização geográfica permitiu à Covilhã o fácil acesso à matéria-prima que contribuiu para o seu desenvolvimento.

O tecido urbano da Covilhã, alimentado pelas férteis várzeas do Rio Zêzere e dos seus afluentes, as Ribeiras da Carpinteira (a Norte) e da Goldra (a Sul), desenvolveu-se por locais que, até hoje, perpetuam as suas mais recuadas memórias laneiras, como a Rua do Peso da Lã e a Travessa do Tinte. O ordenamento territorial da cidade e os seus próprios anéis de crescimento submeteram-se aos condicionalismos resultantes do mais estrito aproveitamento da riqueza da energia hídrica das ribeiras, favorecendo a extensa industrialização da paisagem. Ao longo destes cursos de água proliferam várias oficinas, que atualmente são a memória de outros tempos, em que a Covilhã era considerada a *"Manchester Portuguesa"* a *"cidade-fábrica"* (Giraldes, 1880).



Mapa 2 – Rede Hidrográfica da cidade da Covilhã. Fonte: Atlas de Portugal. Elaboração: Lourenço, Diogo (2013).

Por este conjunto de consideráveis razões de natureza geográfica e também histórica, que veremos mais adiante, a Covilhã, transformou-se, paulatinamente, num dos mais atrativos núcleos da indústria portuguesa, especializado numa mono indústria do subsetor dos lanifícios, que lhe conferiu grande importância na economia regional e nacional.

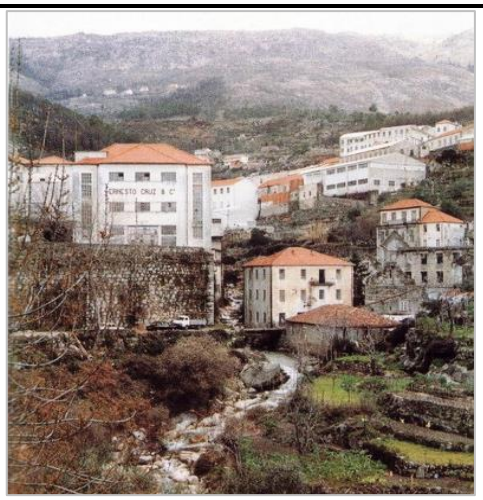


Figura 1 – Vista sobre a cidade da Covilhã. Figura 2 – Algumas fábricas junto à Ribeira da Goldra.

Fonte: *Google imagens.*

3.2. Contexto Político e fomento industrial: de finais do século XVII a finais do século XIX

Antes de apresentar alguns exemplos de fábricas que impulsionaram a economia regional e nacional, será fundamental abordar o contexto político-económico que se vivia no país e no qual se inserem as fases de arranque da indústria dos lanifícios.

Desde a Antiguidade que o setor têxtil constituiu um dos setores-chave no desenvolvimento económico das sociedades. Inicialmente, de base doméstica e familiar, a produção têxtil promoveu, na Europa do Antigo Regime, o aparecimento das manufaturas e, a partir de finais do século XVIII, a dinamização do processo que conduziu à industrialização, assente na mecanização das fábricas (PINHEIRO, 2008).

A industrialização Portuguesa no Antigo Regime surge com uma sequência de arranques e travagens consequentes das flutuações do comércio externo, isto é, a industrialização ter-se-á desenvolvido em conjunturas de depressão comercial ou de preços. De acordo com Godinho (1955) ter-se-á verificado um primeiro impulso industrializador no último quartel do século XVII, abandonado na viragem para o século XVIII, considera-se um *surto intermédio* (MACEDO), pela cronologia e dimensão, localizado pelos anos de 1720-1740, um outro desencadeado por Pombal nos anos de 1760-1770 e prolongado até aos primeiros anos do século XIX.

3.2.2. Fomento Industrial dos finais do século XVII

No último quartel do século XVII, em 1675, ao surto industrial associamos os nomes do Conde da Ericeira, Marquês de Fronteira, os vedores de Fazenda de D. Pedro e Duarte Ribeiro de Macedo, o teorizador da "introdução das artes do Reino", que foram os responsáveis pela execução da política económica. "Essa política constituiu uma resposta à crescente importação de artigos industriais estrangeiros, que havia progredido desde 1640, na sequência de vários tratados firmados com a França, a Holanda e a Inglaterra. Situação que se tornava mais preocupante quando coincidia com uma desesperada carência de meios de pagamento ao exterior, decorrente da difícil conjuntura comercial e monetária que o País atravessava" (SERRÃO, 1993). Posto isto, o principal objetivo seria reduzir as importações que o País não tinha condições de pagar.

Assim sendo, recorreu-se a medidas mercantilistas de inspiração francesa e *colbertista*. "Em termos concretos consistiu num conjunto de legislação restritiva do consumo de produtos importados (as "pragmáticas"), de criação de algumas manufaturas, de importação de técnicos estrangeiros e de concessão de privilégios fiscais e de mercado para certas unidades industriais" (SERRÃO, 1993).

As medidas implementadas limitavam a importação de produtos estrangeiros, logo o objetivo seria promover o fabrico de artigos similares dentro do nosso país. Passou-se então para uma política de instalação de manufaturas, o que já acontecia no País, porém, de forma pouco representativa. Foram criadas unidades deste tipo, nos setores dos lanifícios, sedas, chapéus, baetas, entre outras e vieram técnicos estrangeiros (ingleses, franceses e italianos) para melhorar a nossa indústria têxtil.

Saliente-se que, em 1677, é construída, na cidade da Covilhã, junto à Ribeira da Carpinteira por ordem régia a Fábrica de Sarjas e Baetas, que vestiam o exército e marinha portugueses. As áreas escolhidas para implementar a instalação manufatureira foram as áreas onde já havia uma "tradição e uma base de produção industrial similar, se bem que desenvolvida no quadro da produção doméstica ou oficinal" (SERRÃO, 1993). Não se pretendia com isto, substituir o aparelho industrial tradicional, mas sim, coordená-lo e centralizá-lo, "potenciando as vantagens de uma associação entre a

tradição doméstica/oficinal, a inovação organizacional e a proteção estatal" (SERRÃO, 1993).

Este tipo de política industrial foi mantido até à década de 1690, a partir de então, "o seu próprio fracasso conjugado com a inversão da conjuntura económica e com a assunção de novos compromissos internacionais conduziram ao seu rápido abandono" (SERRÃO, 1993).

A 27 de Dezembro de 1703 a Princesa Ana, Rainha da Grã-Bretanha e D. Pedro, Rei de Portugal, representados por João Methuen e D. Manuel Telles, Marquês de Alegrete respetivamente, assinam o *Tratado de Methuen*, no qual o artigo I refere, "Sua Sagrada Majestade El-Rei de Portugal promete tanto em seu próprio nome, como no de seus sucessores, de admitir para sempre daqui em diante no reino de Portugal, os panos de lã, e mais fábricas de lanifícios de Inglaterra, como era costume até ao tempo em que foram proibidos pelas leis, não obstante qualquer condição em contrário." Considerado por alguns autores políticos – D. Luís da Cunha ou o Marquês de Pombal – como prejudicial ao desenvolvimento da produção industrial Portuguesa, é neste, contexto, por uma linha historiográfica recente, como o consagrar de uma situação de facto, isto é a incapacidade de arranque sustentado da industrialização portuguesa nos finais do século XVII (CARDOSO, 2003; 23). Borges de Macedo encontra a sua explicação para a debilidade da indústria portuguesa no século XVIII no papel do ouro do Brasil. Contudo é inegável que, mesmo sendo imperioso atender a uma multiplicidade de fatores, a abertura aos lanifícios ingleses (que o ouro do Brasil permitia pagar) não pode ser ignorada como dado relevante.

Entre 1720-1740 surge um novo surto manufatureiro (MACEDO, 1963) no qual foram criadas e reconstituídas várias manufaturas, nomeadamente, nos sectores da seda (Real Fábrica do Rato), vidro (manufatura de Coina), ferro (fundição em Lisboa, ferrarias de Tomar e Figueiró), pólvora (Barcarena), couros (Alenquer) e do papel (Lousã).

Serrão considera exagerado falar num surto industrial quando comparado com a linha antecessora seiscentista e a linha sucessora Pombalina, todavia, há que reconhecer

a sua existência quando comparado com a decadência absoluta da indústria que se faz sentir na primeira metade do século XVIII.

Mais tarde, na década de 60 e 70 o País reconhece um novo impulso industrial a que podemos chamar uma "tentativa de arranque industrial" (SERRÃO, 1993). Esta política económica de industrialização surge associada a uma situação de crise e de transformação da economia portuguesa. São vários os setores que entram em colapso financeiro e de produção; destacam-se sobretudo, o vinho, o sal, o açúcar e a própria indústria. As exportações estão em queda, a chegada de ouro entra também em declínio e há muita dificuldade em pagar as importações do país.

3.2.2. A política Industrial de Pombal

Como resposta a esta crise, surge uma política de fomento industrial e a esta associa-se o nome de, Sebastião José de Carvalho e Melo, conhecido por Marquês de Pombal. Os objetivos primordiais delineados por Pombal passavam pela redução das importações, reforçar a economia metropolitana e a economia colonial e recuperar Portugal do marasmo.

Figura 4 – Marquês de Pombal. Fonte: *Google imagens*

Para fomentar a indústria, Pombal criou um organismo semioficial, em 1756, a Junta do Comércio, que congregava os interesses do Estado e dos homens de negócios mais influentes e abastados da época. Fundaram-se inúmeras fábricas, muitas delas de propriedade régia; foi o caso da Real Fábrica de Panos na Covilhã, mandada edificar depois do terramoto de 1755, mais concretamente em 1764 (figura 5). Esta fábrica-

modelo, dependente da Junta de Comércio, propriedade do estado, destinada à aprendizagem e instrução profissional, contava com mestres estrangeiros para ensinarem as suas técnicas. A criação de novas manufaturas visava reduzir as importações mas também, satisfazer as necessidades dos mercados urbanos do litoral – sempre mais consumistas e mais recetivos aos artigos importados. Como já vimos, a estratégia de Pombal passa por intervir mais diretamente na indústria das sedas e dos lanifícios, assim como nos setores dos, vidros, tecidos de algodão, couros, chapéus e refinaria de açúcar.

Quanto ao tipo de organização industrial, é difícil atribuir ao Pombalismo uma preferência bem determinada. É certo que foram criadas e apoiadas algumas grandes manufaturas, mas também é verdade que a maior parte do novo aparelho industrial era composta por dezenas de unidades de pequena dimensão. O número de estabelecimento industriais criados ou reformados ascende a cerca de duas centenas.

A grande inovação da política pombalina foi no tipo de financiamento a que recorreu, maioritariamente proveniente da taxa alfandegária de 4% cobrada sobre as importações. Assim sendo, Pombal conseguiu que a produção interna fosse financiada pelo agravamento dos impostos cobrados às suas concorrentes estrangeiras. "Pombal visava o reforço do Estado, o aumento das suas receitas e a redução dos desequilíbrios da balança comercial" (LAINS, 2005).

Figura 5 – Real Fábrica de Panos da Covilhã. Fonte: *Google imagens.*

No terceiro quartel do século XVIII assiste-se a uma retração relativa da concorrência estrangeira nos mercados interno e colonial, conjugada com o fomento industrial interno e com medidas de apoio às exportações para o Brasil, proporcionando à indústria nacional aquilo de que ela mais necessitava – um mercado. Assim sendo, a política veiculada pelo Marquês de Pombal permitiu que a indústria Portuguesa tivesse uma maior projeção, criando-lhe bases mínimas de autossustentação que possibilitaram a continuação do crescimento por mais algumas décadas.

3.2.3. Após Pombal: uma evolução conturbada

Após 1777, os poderes públicos desviaram os seus interesses e começaram a apostar no investimento privado. Durante este período verifica-se um progresso industrial, aumentam as importações de matérias-primas e materiais semiacabados, há um crescimento das exportações de artigos industriais para o Brasil e até mesmo para o estrangeiro. Outro aspeto importante, é a introdução de novas tecnologias, nomeadamente a nível de maquinaria, importadas da Grã-Bretanha que estava na fase inicial da sua Revolução Industrial (década de 60) nos setores da fiação, da estamparia,

dos têxteis, do papel e das loiças. Exemplo disso é a Real Fábrica Veiga, localizada junto à Ribeira da Goldra na Covilhã, fundada em 1784, que já contava com engenhos de cardar e fiar e ainda duas rodas hidráulicas e uma máquina a vapor que produzia 180.000kg de lã.

Figura 6 – Caldeira a vapor no Museu de Lanifícios – Real Fábrica Veiga. Fotografia da autora.

A indústria continuava em ascensão, e até mesmo as pequenas oficinas artesanais, que ficaram à margem dos apoios estatais, viram o seu negócio em expansão.

Todo este crescimento assentou principalmente numa situação de exclusivo do mercado colonial e num condicionamento político da concorrência externa levado a cabo pelo Estado (SERRÃO, 1993).Estas foram as vias possíveis, nas condições da época, para impulsionar o desenvolvimento industrial a partir de um redimensionamento do mercado. Porém, não tiveram tempo suficiente para gerarem um crescimento endógeno realmente autossustentado (Idem, 1993).

Assim, o efémero desenvolvimento industrial acabou por ruir quase por completo a partir do fim da primeira década do século XIX, perante a abertura dos portos brasileiros em 1808, a destruição material provocada pelas Guerras Peninsulares, o Tratado de Comércio Luso-Britânico de 1810 e ainda a política económica de cariz agrário e livre-cambista.

Em suma, destacam-se em desenvolvimento industrial, as indústrias têxteis (sedas, lanifícios e algodão), a indústria de curtumes, o setor da cerâmica, metalúrgica e serralharia e a fabricação de chapéus. Dentro das indústrias de maior dimensão, todas aquelas que contavam com mais de 50 operários, evidenciam-se duas vidrarias, entre elas, a Fábrica Stephens da Marinha Grande que contava com 515 operários, e uma cordoaria.

3.2.4. O caso da Covilhã no contexto nacional

As regiões da Serra da Estrela (Seia e Manteigas), Cova da Beira (Covilhã e Fundão) e a Beira Baixa (Castelo Branco) constituíam uma área por excelência dos lanifícios, devido à existência da matéria-prima (lã), à disponibilidade de energia hidráulica mas também às dificuldades na prática da agricultura, por ser uma área montanhosa de diferentes declives, que libertavam parcialmente a mão-de-obra rural para as tarefas industriais (SERRÃO, 1993).

Saliente-se ainda que, em 1839/40 os processos utilizados na indústria de lanifícios eram arcaicos. Apenas numa fábrica se introduziram máquinas de cardar, fiar e tosar; a ultimação dos panos era ainda imperfeita.

Passados vinte anos, em 1860, era completamente diferente a situação como refere Fradesso da Silveira (em PEREIRA 2002): "quem entra da Covilhã, vindo de Coimbra pelas Pedras Lavradas, ou de Castelo Branco por Alpedrinha, pasma ao ver funcionar nas fábricas as máquinas aperfeiçoadas dos *Verviers*. Que sacrifícios e esforços, para levar ali os maquinismos pesados e volumosos, que a indústria de panos requer! (…) Quando se souber que a França importou os primeiros pisões aperfeiçoados de Inglaterra em 1838, e que os novos pisões de *Verviers* já existem há anos na Covilhã, ninguém dirá que as fábricas da Beira dormiram à sombra da proteção". Existe uma

panóplia de utensílios e máquinas na Covilhã, distribuídas de forma variável, consoante o tipo de fábrica. Nas 27 fábricas de fiar e cardar existem 39 sortidos com 28 cardas contínuas ou de aparato, nas fiações dominam as máquinas. Poucas eram as cardas manuais e as rodas de fiar. A tecelagem permanecia inteiramente manual e num total de 557 teares apenas 37 eram *Jacquard* (teares mecânicos que surgiram em 1800 na Inglaterra). Segundo a obra, "História dos Lanifícios, 1750 e 1834" de Luiz Dias existiam na Covilhã cerca de 72 teares em 1850.

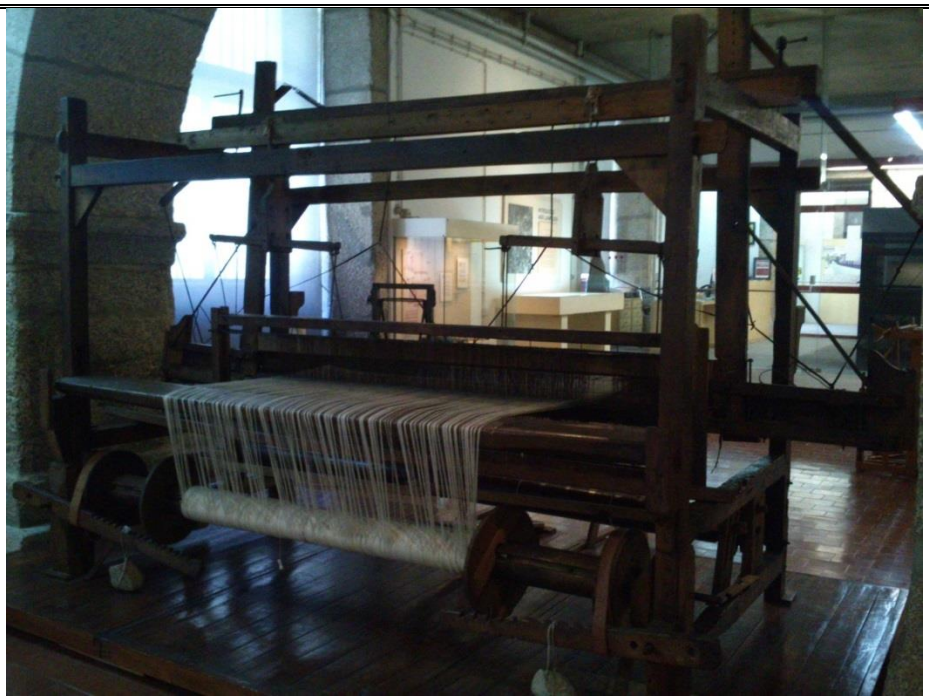


Figura 7 – Tear de Madeira na Sala de Tinturaria do Museu de Lanifícios – Real Fábrica de Panos. Fotografia da autora.

A Covilhã tornou-se um forte polo de atração e foi a cidade Portuguesa com maior crescimento neste período e um dos concelhos com maior ponderação da população ativa industrial (43% em 1890), ponderação apenas comparável à do Porto. Mas se o fator demográfico se mantém favorável ao crescimento industrial o mesmo não aconteceu com outro fator de produção essencial, a fonte energética. Repare-se que, existiam inúmeras fábricas junto às ribeiras e que o desenvolvimento dos lanifícios dependia diretamente da disponibilidade de energia hidráulica e da matéria-prima. Assim sendo, nos meses de estiagem, os recursos hídricos revelaram-se insuficientes para o abastecimento em simultâneo da agricultura e da indústria. Grande parte das

empresas era obrigada a diminuir ou interromper o trabalho, sobretudo o diurno, durante os meses de Verão.

A substituição da energia hidráulica pelo vapor era extremamente onerosa devido à falta de combustível na região. Mesmo quando o caminho-de-ferro chegou, não se apresentou qualquer solução devido aos preços do carvão que se mantinham, o que não foi vantajoso para a indústria que aguardava a sua diminuição. Exemplo disso, foi a abertura de uma fábrica em 1877 que organizou a sua estrutura com base na máquina a vapor e em breve teve de encerrar portas. Os motores a vapor instalavam-se devagar, apenas existiam 13 (202 cavalos) em 1881. Em 1890 já o seu número aumentara consideravelmente, 99 motores e a sua potência, de 892 cavalos, representava ligeiramente mais do dobro da potência das rodas hidráulicas, porém as turbinas hidráulicas apenas surgem em 1917. A solução que se propunha era fazer o transvase da Ribeira das Cortes, solução que não foi colocada em prática devido à conjuntura económica desfavorável.

O parcial estrangulamento tecnológico que se fazia sentir desde a década de 80 foi uma consequência do próprio crescimento. A produção de tecidos da Covilhã atingia 1.706.914$000 réis em 1878 – superior a toda a importação de tecidos de lã em Portugal, que atingira em 1879, 1.514.225$000 – e continuava a aumentar em 1890 (PEREIRA, 2002). O crescimento fazia-se acompanhar a par e passo pela qualidade e diversificação dos panos. A produção serrana, para além de fornecer os fardamentos para as tropas, era consumida internamente, a partir das feiras de Mangualde e de Viseu, onde numerosos comerciantes, sobretudo do Porto, as distribuíam para as províncias de Trás-os-Montes e do Minho ou as exportavam para a Galiza ou Rio de Janeiro. Quanto à distribuição covilhanense, as grandes empresas procediam diretamente à distribuição para Lisboa, de onde uma parte embarcava para o Brasil (PINHEIRO, 2008.

3.3.A lã: a excelência de uma matéria-prima.

"Se os filhos de Adão pecaram, Os da Covilhã sempre cardaram…"

(Ferreira de Castro, *A lã e a Neve*, 1990)

3.3.1. A fibra de lã

A lã como matéria-prima remete-nos às nossas origens e constitui uma das afirmações mais vivas da relação do homem com a natureza. Desde o III milénio a.C. que uma verdadeira civilização de lã e dos ovinos se estendia da Pérsia até ao Mediterrâneo. Nas práticas sacrificiais de diversos povos da Antiguidade Oriental, cordeiros e ovelhas encontram-se associados à mediação entre homens e os deuses assumindo-se como símbolos vivos da sacralização (PINHEIRO, 2008; 105).

A etimologia da palavra *lã* deriva do vocábulo *lanã*, remete-nos à cultura indo-europeia denotando a importância desta matéria-prima desde os tempos mais recuados da pré-história até à atualidade.

Apesar dos avanços da investigação científica contemporânea, nenhuma fibra sintética conseguiu até hoje, imitar a resistência, a beleza e o conforto desta fibra têxtil de origem animal; a sua produção é ecológica, natural e renovável. A sua cor abarca uma paleta que varia do branco ao negro, passando por diversas tonalidades de amarelo, castanho e cinzento, devido ao facto de existirem várias raças e sub-raças ovinas. A sua estrutura pode apresentar-se frisada ou retorcida em espiral, ondulada ou lisa, mais ou menos macia, variando ainda quanto ao lustro e ao brilho, bem como à tenacidade, força ou nervo, ou ainda quanto à elasticidade e alongamento que possa apresentar (PINHEIRO, 2008; 106)

As lãs destinadas à indústria podem distinguir-se, relativamente ao seu comprimento, entre curtas ou cardas (de 2,5 a 5 cm de comprimento), compridas ou de pente (podendo chegar até 30 cm) e mistas (PINHEIRO, 2008). A qualidade da lã difere ainda das partes do animal de onde é extraída, sendo mais lisa e fina nos quartos dianteiros e mais grossa nos quartos traseiros.

A lã é uma fibra que se apresenta como isolante da temperatura, absorvente da humidade, quente, lustrosa, elástica, amortecedora do som, sendo classificada como uma *fibra inteligente*[4]. Pode ser torcida e retorcida e retoma sempre a sua forma original. O seu tamanho pode aumentar até 30% sem se romper.

[4] É desta forma que a lã aparece qualificada na exposição sob o mesmo título levada a efeito pelo Centro de Documentacion i Museu Têxtil de Terrassa (Espanha) 2006, citada por Pinheiro, Elisa (2008).

Figura 8 – A lã, da tosquia ao fio de lã, presente na Real Fábrica de Panos. Fotografia da autora

3.3.2. Raças ovinas lanígeras

Portugal, caraterizado pela sua riqueza geomorfológica contribuiu para a diversificação das espécies ovinas nele existente. De entre elas, destaca-se pela sua importância, o *merino* da Beira Baixa, espécie caraterizada pela elevada resistência e capacidade de adaptação à precaridade das condições ambientais, produzindo as mais finas lãs nacionais. No território entre o Douro e a Serra da Estrela, distingue-se uma outra raça, a *mondegueira*, originária do Alto Mondego. Trata-se de uma espécie caraterizada pela sua elevada capacidade leiteira que está na origem da produção do genuíno queijo da Serra da Estrela. Esta raça, atendendo aos condicionalismos naturais onde se integra, desenvolveu uma capacidade de adaptação ao meio, caraterizando-se por apresentar uma singular rusticidade (PINHEIRO, 2008) que é transposta para a fibra de lã de tipo churra, que dá origem às mantas e tapetes.

Para além da diversidade estrutural apresentada pela fibra de lã em função da multiplicidade de raças existentes e dos cruzamentos realizados, é de salientar que esta diversidade é intrínseca ao próprio velo da ovelha. Este apresenta particularidades significativas em função das partes do animal de onde é extraído, sendo ainda variável, para além da cor, quanto à densidade de fibras que integra, ao número de tosquias sofridas pelo animal e à existência ou não de lã morta (PINHEIRO, 2008; 109). Todos estes fatores influenciam a qualidade das lãs. Na Península Ibérica a lã ainda hoje é uma mais-valia daí considerarmos a raça *merina* de extrema importância e qualidade; veja-se

que, atualmente, cerca de 20% do total de ovinos pertence a esta raça, originária do Norte de África. Foi no território Peninsular que encontrou as condições necessárias à sua fixação o que viabilizou o aparecimento de alguns centros laneiros de produção de matéria-prima e de fabricação de panos. Neste domínio, evidenciam-se, as regiões da Serra da Estrela e do Alentejo, onde se distinguem pela qualidade da lã, os afamados merinos da Beira Baixa e o Alentejano. Já em território Espanhol destacam-se as províncias da Extremadura, Castilha-Leon e Catalunha.

3.3.3. Produção e mercados

A lã foi a fibra têxtil mais utilizada pelos Homens desde a Antiguidade greco-latina e durante toda a Idade Média. A sua produção tem vindo sempre a aumentar, cerca de 200.000 toneladas por volta de 1810, um milhão por volta de 1900, dois milhões em 1950, na década de 80 estima-se que se produziam 2,9 milhões e na década de 90 cerca de 1,2 biliões.

Apesar de a raça ovina estar disseminada pro todos os cantos do globo a sua distribuição espacial e representatividade é muito desigual. Assim sendo, destacam-se como maiores produtores de ovinos, no Hemisfério Norte, a Rússia, a Índia, os Estados Unidos da América, a Turquia, a Espanha, a Grã-Bretanha, a China, a Bulgária, a Itália, a França, a Roménia, a Grécia, a antiga Jugoslávia, Portugal (com destaque para as regiões de Bragança, Viseu, Guarda, Castelo Branco e Portalegre) e a Alemanha. Já no Hemisfério Sul distinguem-se apenas, a Austrália, a Nova Zelândia, o Brasil, a Argentina e o Uruguai. Na produção de lã encontramos como maiores produtores a Escócia, a Irlanda, a Dinamarca, a Áustria, a Hungria, a Albânia, o Egito, Israel, o Iraque, a Arménia, a Arábia Saudita, a Síria e o Paquistão.

Quanto aos mercados laneiros, em 1972 estima-se que Portugal importou cerca de 9 mil toneladas de lã em rama, proveniente da Austrália (33%), da África do Sul (18%), da Nova Zelândia (18%), da França (10%) da Espanha (3%) e de outros países (18%) (BARATA, 1974).

Concluindo, na Beira Interior a origem da prática da pastorícia perdeu-se na obscuridade dos tempos contribuindo para acentuar a identidade de um território que,

desde a pré-história até à atualidade, se caracteriza por uma forte cultura *laneira*. Trata-se de um diversificado mosaico de paisagens que foi sendo afeiçoado, ao longo do tempo, pela presença humana, mas onde impera a força da natureza. O entrelaçamento de vigorosas montanhas com extensas superfícies de planície, desde as serras da Estrela, da Gardunha, da Malcata e da Marofa, até aos vales férteis da Cova da Beira e às campinas de Idanha, foi propício ao desenvolvimento de atividades silvo-agro-pastoris que contribuíram para o crescimento da indústria de lanifícios na Cova da Beira.

Atualmente compete ao Museu de Lanifícios, preservar as marcas e clarificar os contextos dessa identidade nas suas diferentes vertentes, divulgando junto do público os resultados do trabalho realizado em prol da salvaguarda de conhecimentos e de técnicas, artefactos, máquinas e produtos característicos dessa forte cultura *laneira*.

Figura 9 – Raça merina branca; Figura 10 – Raça merina preta. Fonte: *Google Imagens*

3.4. As Fábricas da Covilhã: alguns exemplos

3.4.1. Real Fábrica de Panos

Durante o século XV, na Covilhã, a aplicação de capitais disponíveis dos negociantes cristãos-novos terá conduzido à montagem das primeiras oficinas especializadas de lavagem de lãs e de acabamentos de tecidos, junto às Ribeiras da Carpinteira e da Goldra, (os lavadouros, tendas, pisões e tinturarias) dos quais ainda subsistem alguns vestígios em ambos os cursos de água (PINHEIRO, 2008). A tecelagem encontrava-se distribuída pelas habitações dos tecelões, onde, no rés-do-chão

eram instalados os teares de madeira, que cedo deram lugar a teares mais especializados.

A Covilhã protegida pela Serra da Estrela, aproveitou os socalcos da montanha para instalar ao ar livre os estendedouros de lãs e as râmolas de sol destinadas à secagem e estiragem ao ar livre dos panos de lã, após estes saírem molhados dos lavadouros, dos pisões e dos tintes. As oficinas concentravam-se nos limites geográficos impostos pelo aproveitamento da única força motriz existente além da força animal e humana: a água (MACEDO, 1982).

Deste modo, a Covilhã tornou-se um centro de lanifícios suscetível de servir de base à aplicação de uma nova política de desenvolvimento industrial do país. A primeira intervenção estatal ocorreu em 1677 com o Conde da Ericeira na qual foi criada, junto à Ribeira da Carpinteira, a primeira manufatura do estado, a Fábrica de Sarjas e Baetas, implicando a concessão de um contrato de exclusivo aos cristãos-novos (PINHEIRO, 2008).

Da mesma forma, no século XVIII no âmbito da política Pombalina de fomento da indústria de lanifícios nacional, a Covilhã foi novamente escolhida pelo poder central para ser o palco de uma das mais significativas medidas de política industrial. Próximo da Ribeira da Goldra foi fundada a Real Fábrica de Panos, uma manufatura estatal fundada pelo Marquês de Pombal, no reinado de D. José I, em 1764, e diretamente dependente da Junta de Comércio, que coordenava, promovia e tutelava os interesses do comércio com a indústria, concedendo licenças para a criação e ampliação de oficinas, assim como privilégios exclusivos quer de venda ou fabrico, quer de direitos de propriedade para a exploração de recursos em regime de monopólio, bem como isenções de direitos alfandegários quer de entrada das matérias-primas quer de saída dos produtos manufaturadas. Competia-lhe ainda fixar preços e projetos.

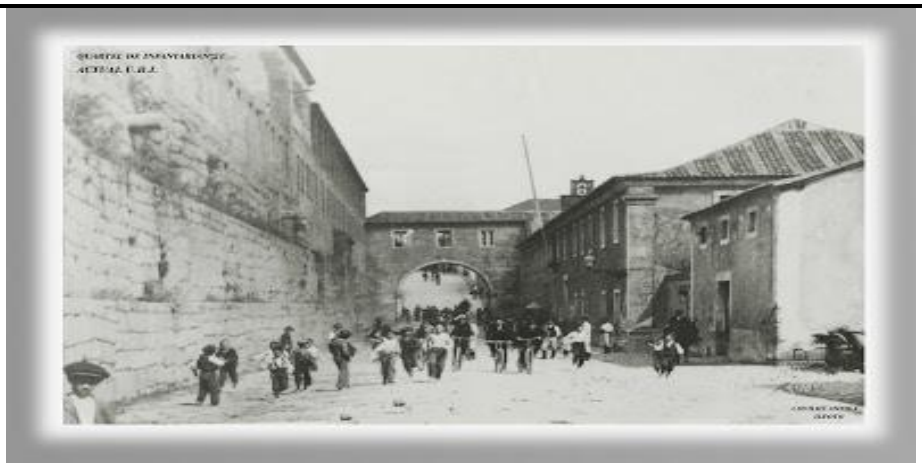


Figura 11 – Retrato da Real Fábrica de Panos. Local onde, atualmente, funciona a UBI e o Museu de Lanifícios. Fonte: *Google imagens.*

Ocupando uma localização privilegiada, podendo por isso disfrutar das potencialidades que a natureza lhe proporciona, a Covilhã precisava de uma intervenção urgente devido à conjuntura económica que se fazia sentir. Prova disso são os testemunhos dos seus habitantes, referidos nos Inquéritos Industriais Pombalinos: *"officiais cardadores e Thesseloens das pincipais fábricas como Covilhã, Manteigas e outros vão buscar ocupassão athe nas fábricas de Castella*" (Dias, 1958). Vivia-se uma crise provocada pela grave situação económica e financeira do país que se agudizou na sequência de uma conjuntura marcada pela quebra da extração do ouro, dos diamantes do Brasil e do comércio ultramarino de escravos, bem como por uma série de maus anos agrícolas, pela crise das pescas e do trigo, pelo terramoto de 1755 seguido de *tsunami* e ainda pela guerra de 1762. Assim, procurou-se desenvolver um programa que tinha por base tornar o país menos dependente das importações e recuperá-lo do marasmo.

De igual modo, também a carta a Luís da Cunha salientava-se então, apesar do notório exagero utilizado para acelerar a intervenção da Junta do Comércio, "(…) A vila da Covilhã acha-se em decadência, chegada à última ruína" (Dias, 1958). Em resultado da crise diagnosticada na região e do subsequente desemprego, cardadores e tecelões das fábricas da Covilhã e Manteigas emigravam para Espanha onde procuravam trabalho nas fábricas de Castela.

Foram vários os motivos que levaram a que fosse fundada a Real Fábrica de Panos na Covilhã. No entanto, distingue-se a necessidade de criação de uma instituição pública que contribuísse para a viabilização da política de fomento Pombalino, que tinha como base a modernização da produção de lanifícios nacional, que posteriormente iriam servir o exército e o reino Português. Segundo os Inquéritos Industriais Pombalinos, referidos por DIAS, encontravam-se em funcionamento, "na banda de cá da Serra" cerca de duzentos teares, sendo que cada tear produzia semanalmente dois panos dos *"quatrenos e dozenos"*[5]. Sublinha-se a diminuição da produção devido à falta de capitais que atingiu, sobretudo, a Fábrica do Fundão.

Desde o reinado de D. João V que a produção dos fardamentos estava entregue a particulares da Covilhã. Até 1764 eram providos pela Mesa de Administração dos Fardamentos da Covilhã[6] que foi extinta no âmbito da criação da Real Fábrica de Panos. Com o objetivo de coordenar e fiscalizar a qualidade da produção local, optou-se por concentrar nesta nova instituição, num edifício planificado para o efeito, as várias operações de fabrico e transformá-la numa verdadeira escola de aprendizagem, para servir de modelo aos fabricantes locais, certificar-lhes a qualidade da produção e apoiá-los, sobretudo, na realização das operações de tinturaria e acabamentos dos tecidos, que exigiam equipamentos e conhecimentos técnicos mais especializados (PINHEIRO, 2008).

Assim sendo, a Real Fábrica de Panos foi criada com o intuito de se transformar num polo dinamizador da indústria local que tinha as instalações, técnicas, mão-de-obra qualificada e maquinarias adequadas que pudessem fazer frente à concorrência Inglesa.

Posto isto, no último quartel do século XVIII, os negociantes e fabricantes abastados desta região começaram a concentrar os seus investimentos nas imediações da Real Fábrica de Panos com o propósito de ampliar os seus espaços oficinais. Foi o caso da Real Fábrica Veiga, que estudaremos mais adiante. Claro que, devido à intervenção e

[5] Panos que se caraterizavam por ter 1400 e 1200 fios respetivamente.

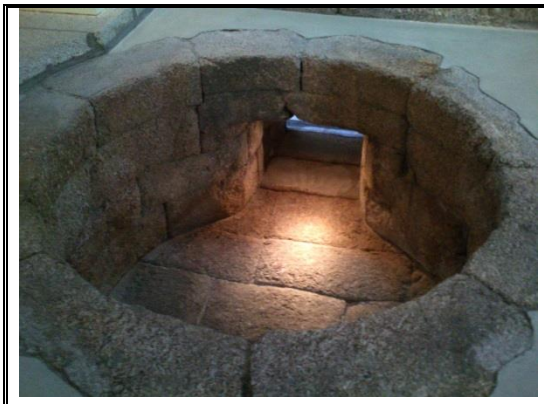
[6] http://antt.dgarq.gov.pt/ - Site da Torre do Tombo - "Livro 6º de registo" – Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Resolução que extingue a *Mesa* dos *Fardamentos da Covilhã*, criada Fábrica de Lanifícios da *Covilhã* e ficando encarregue da sua *administração.*

apoio estatal muitos dos mestres da época foram recrutados para trabalhar nas tinturarias da Real Fábrica de Panos, porém, após terem aprendido e aperfeiçoado as suas técnicas de trabalho foram monopolizados por particulares, desvinculando-se da manufatura real.

Feito o enquadramento político-económico da época correspondente à fundação da Real Fábrica de Panos convém apresentarmos mais especificamente os detalhes da construção e da produção desta manufatura estatal. Como já vimos, em 1761, D. José ordenou a construção, nas proximidades da Ribeira da Goldra, onde existiam já oficinas de tecelagem e de acabamentos, de um edifício destinado à instalação da Real Fábrica de Panos, (PINHEIRO, 2008) que iria servir de fábrica modelo fomentando o desenvolvimento da indústria local. Em 1769, o Rei ordenou a Paulino André Lombardi, Administrador da Real Fábrica, que na sua construção fossem utilizadas as pedras das muralhas do Castelo da Covilhã, que se encontravam destruídas desde o terramoto de 1755.

Segundo a memória sobre as Fábricas da Covilhã de 1758, referida por PINHEIRO (2008), a vila contava com "954 fogos, 3481 pessoas; excelentes edifícios e casas particulares". Na Ribeira da Goldra já existia " cinco oficinas de tingir, duas das quais com quatro dornas, destinadas a tingir pastel, e mais quatro em ruína, para além de dezasseis oficinas ou tendas de tosar e prensar, onde trabalhavam 42 oficiais, encontrando-se uma inativa e quatro em ruínas." Na Serra da Estrela existiam mais de 40 mil cabeças de gado (DIAS, 1958). Como refere Dias, em 1760, numa Relação dos panos arrolados pela Mesa da Administração do Fardamento, identificavam-se "166 donos dos mesmos panos", que fabricaram, ora como comerciantes, ora como negociantes, 1592 peças, num total de "63.680 côvados de fazenda, avaliados em 28.841$200 réis." Estes valores embora elevados, tendo em consideração os maquinismos da época, eram deficitários, face às necessidades de fardamento do Reino, sendo que eram precisos cerca de 136.750 côvados.

A Junta do Comércio possuía na Covilhã, desde 1759, um edifício que pertencera ao Sargento-Mor José Diogo Coutinho que o entregou. Neste edifício funcionava uma tinturaria e uma casa de prensa.



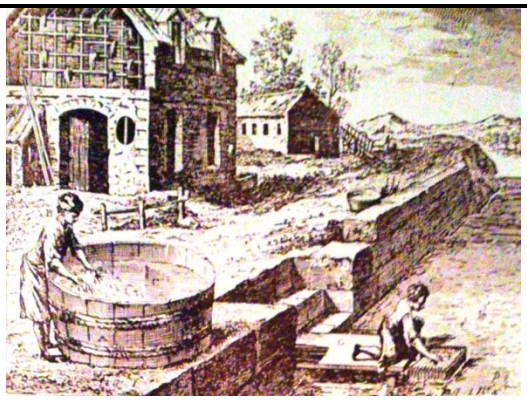


Figura 12 – Estrutura granítica utilizada no tingimento dos Panos – Real Fábrica de Panos. Fotografia da autora. Figura 13 – Mulheres a trabalhar nas dornas da tinturaria. Fonte: MUSLAN.

Para apoiar esta fábrica a Junta do Comércio mandou edificar casas para o pisão, junto à Ribeira da Carpinteira, que apenas começaram a laborar em 1770. Desde 1761 que se encontravam a trabalhar nesta fábrica técnicos estrangeiros, ingleses, especializados no fabrico de serafinas e baetas e na técnica de tosar e prensar, e espanhóis mestres na arte da tinturaria.

Figura 14 – Caldeira de cobre, utilizada no tingimento presente na Real Fábrica de Panos. Fotografia da autora. Figura 15 – Pisão. Fonte: MUSLAN.

Em 1763, a Junta do Comércio escolhera para mestre geral Pedro Bray e nomeara o guarda-livros da sua própria contadoria, Pedro António Avenante, a quem competia analisar a evolução da fábrica e elaborar um relatório detalhado sobre a sua produção. Deste modo, foi extinta a Mesa de Administração dos Fardamentos.

Ao longo dos anos, os mestres estrangeiros iam sendo substituídos e iam trazendo novos instrumentos. A fábrica passou a trabalhar com cinco mestres estrangeiros, com dois portugueses, sendo um *sortidor* de lãs e um carpinteiro, e com mais alguns oficiais e aprendizes (PINHEIRO, 2008).

Avenante cumpriu o seu trabalho e elaborou um relatório sobre as necessidades da fábrica, onde apresenta a seguinte proposta, como podemos observar na obra de DIAS (1962), "(que) se faça uma casa ou se aumente a que já está feita para o tinte (…) com armazéns para os materiais, com pisões e com as respetivas casas para os teares, para as tesouras, para as prensas e para guardar os panos, e enfim se principie a fabricar tecidos de primeira qualidade." Os administradores acabaram por propor o local para a nova construção, apresentando um orçamento e a respetiva planta em 1767, tendo obtido por despacho régio a aprovação a 9 de Maio de 1769. Este novo projeto visava que a nova manufatura estatal se transformasse num "polo dinamizador da indústria local, destinado a concentrar as várias operações de fabrico, bem como a incentivar uma melhoria da qualidade de produção local, pela prestação de serviços que exigiam instalações e equipamentos adequados bem como técnicos especializados e que a fabricação particular não comportava" (PINHEIRO, 2008). Esta manufatura iria ainda funcionar como escola de aprendizagem e como "instituição responsável pela certificação da mais especializada tinturaria e dos acabamentos dos tecidos", (PINHEIRO, 2008) procurando fazer face à concorrência inglesa.

Para alcançarmos uma manufatura com todas estas qualidades era necessário ter uma atenção redobrada; numa primeira fase, a compra e escolha das lãs teria de ser a melhor. A maior parte da lã era proveniente de Elvas e Campo Maior. "Era comprada suja, ensacada com a marca RF (Real Fábrica), vindo por Vila Velha de Rodão, conduzida em carretas até à Covilhã. Em períodos de crise (1780), a lã era comprada em Marrocos." (DIAS, 1962). As lãs de Castelo Branco e do Fundão também eram muito valorizadas. Em 1777 foram consideradas as lãs mais apropriadas para o estambre. Dentro da fábrica, as lãs eram guardadas na "*Casa do estambrador*" competindo ao mestre *estambrador* escolhê-las e separá-las. Na casa residiam, em regime de internato "doze operadores (…) seis rapazes e seis raparigas de idade de oito até doze anos" (DIAS, 1962). As crianças escolhidas, por norma, eram órfãos ou crianças abandonadas,

a quem se disponibilizada vestuário, alimentação e alojamento. Após esta fase eram obrigados a permanecer neste regime por mais seis meses, para compensar, através do trabalho, as suas falhas durante o processo de aprendizagem. Aos rapazes era-lhes ensinado a fiar à roda, cardar e estambrar e às raparigas a fiar à roda. Os horários de trabalho eram bastante rígidos e pesados e para além deste trabalho, estas crianças teriam ainda de limpar as instalações, tratar a roupa e preparar as refeições que eram tomadas em refeitórios distintos para rapazes e raparigas, onde se orava a Santa Ana, protetora da fábrica. Para além destes jovens, admitiam-se ainda outros aprendizes para tecer, tosar, prensar e tingir, os quais viviam no mesmo regime.

De acordo com a *"Relação das pessoas empregadas ao Serviço das Reias Fábricas de sua Magestade na vila da Covilhã*" (DIAS, 1962) podemos concluir que, mais de 80% dos empregados era da região da Covilhã e os restantes eram estrangeiros.

Na Real Fábrica concentrava-se o trabalho de tingimento e acabamento dos tecidos, porém, a tecelagem ainda se fazia em regime disperso realizado ao domicílio e a fiação e cardação distribuíam-se pelas escolas de Alpedrinha, Castelejo, S. Gião, Penamacor, S. Vicente e Penalva.

O "Resumo das Fazendas manufaturadas na Real Fábrica da Covilhã, desde o seu estabelecimento até 31 de Dezembro de 1787" (DIAS, 1962, referido por PINHEIRO 2008) delineou o seguinte quadro: durante os vinte e quatro anos de atividade, desde o seu início até ao final de 1787, decorreu uma forte intervenção do estado. "Foram produzidas 17.688 peças, das quais, 6.153 peças de pano, 163 cortes de pano, 94 peças soltas, 8.337 serafinas, 1.442 droguetes 696 duquesas, 123 casimiras, 669 silésias, 1 estofo, 5 camaleões, 3 tripes e 2 baetilhas." Merecem destaque as serafinas que começaram a ser produzidas apenas no terceiro ano de laboração da fábrica. Fora das quatro paredes da fábrica, a Junta de Comércio mandou manufaturar a particulares, "entre 1765 e 1778 mais de 5.823 peças (baetas, serafinas e baetões). Assim sendo, entre 1764 e 1787, foram produzidas na Covilhã, 23.511 peças, cerca de 1000 peças por ano.

Tendo em conta os maquinismos da época, estes quantitativos de produção parecem-nos ser bastante razoáveis, todavia, se os compararmos à produção da Real

Fábrica de Portalegre verificamos que a produção ficou um pouco aquém das expetativas, pois no período entre 1774 e 1786 (em treze anos) a manufatura de Portalegre produziu 18.272 peças, cerca de 1400 peças por ano. "O desfasamento entre as duas manufaturas terá seguramente radicado nas diferentes dinâmicas empresariais existentes nestas localidades" (PINHEIRO, 2008).

Na Covilhã, os fabricantes locais, apesar dos contratos estabelecidos com a Junta de Comércio e dos adiantamentos das verbas recebidas, continuavam a dar prioridade à sua própria produção e raramente cumpriam os prazos de entrega dos panos dos fardamentos. Um outro problema inerente a estes valores de produção foi o facto de se depositar grande confiança nos mestres estrangeiros contratados, que se comprovou não corresponder às expetativas criadas, não só a nível de desempenho e preparação, mas também, a nível de adaptação às novas funções e às novas condições de vida. Repare-se que foram vários os conflitos entre mestres, operários e administradores. Quanto a estes últimos, eram homens sem experiência em gerir grandes unidades de manufatura e reduziam-se a gerir o trabalho do quotidiano. As crises subsequentes de vários acontecimentos acabaram por levar a fábrica à rotura, ficando inativa entre 1812 a 1822, sendo depois privatizada, como veremos mais adiante.

Atualmente funciona como Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior (MUSLAN) e nele podemos observar estruturas arqueológicas e arquitetónicas preservadas *in situ*. Neste museu podemos ainda encontrar informações de natureza técnica – fabrico e tingimento dos panos de lã, nomeadamente, informações sobre as plantas tintureiras e as lãs escolhidas e os processos por que passavam. Encontram-se musealizados cerca de 700m^2, correspondentes aos espaços ocupados pelas antigas tinturarias pombalinas onde se integram as salas de tinturaria dos panos de lã, tinturaria das lãs em meada, tinturaria das dornas, tanque de água e os corredores das fornalhas. Adiante, no terceiro capítulo, iremos abordar especificamente o Museu de Lanifícios.

3.5. Manufaturas privadas na Covilhã – evolução no tempo.

Através do trabalho de Carvalho Dias é possível analisar alguns documentos mandados elaborar pela Junta de Comércio que nos permitem acompanhar a evolução da indústria de lanifícios entre 1780 e 1820.

Na *Relação das Fábricas de 1788*, publicada por DIAS em 1955, é possível verificar-se o desenvolvimento industrial do período pós-pombalino, o que, por sua vez, nos permite estabelecer uma comparação entre a política industrial pombalina, quando existiam 86 oficinas fabris, e os anos posteriores, no reinado de D. Maria I, durante o qual chegaram a laborar 263 oficinas. Foram então só abrangidas as manufaturas de estado e as privilegiadas de iniciativa e administração particular, que, sendo denominadas de fábricas reais eram de particulares (PINHEIRO, 2008). Saliente-se que, foram retiradas deste cômputo 76 oficinas, por não serem passíveis de integrar em qualquer dos períodos identificados, devido à carência de dados sobre a data de fundação.

É de sublinhar que, no Reinado de D. Maria I, Felisberto Januário Cordeiro[7] endereça uma carta a D. Rodrigo de Sousa Coutinho[8], informando que a maior parte das oficinas erigidas no reinado de D. José I já não existiam, encontrando-se várias em decadência ou registando poucas melhorias na produção e exportação. A situação era justificada pela carência de capitais necessários para suprir as eventuais perdas verificadas, pelos baixos salários e deficiência de mão-de-obra, resultante da incorporação dos operários no exército e na marinha; pela elevada concorrência decorrente da existência de muitas fábricas e pela preferência dos portugueses pelos panos estrangeiros.

Neste período o conceito de fábrica aplicava-se ainda de uma forma vaga e imprecisa, justificando-se como o local onde se verificava a "concentração dos instrumentos e métodos de trabalho, sob o mesmo teto e sob a mesma direção" ou onde se realizavam todas ou algumas operações de transformação de qualquer produto (DIAS, 1955). Assim sendo, as tinturarias e ultimações das fábricas de lanifícios encontram-se omitidas, identificando-se apenas as oficinas especializadas. Os

[7] Oficial da Secretaria da Junta de Fazenda da Marinha
[8] Primeiro Conde de Linhares.

estabelecimentos de bureis e saragoças, bem como os panos de Minde e de varas e de tecidos genericamente grosseiros, não sendo privilegiados, não constam desta relação apesar de constituírem a "mais larga e importante fonte de produção do país" (DIAS, 1955).

Os mesmos dados estatísticos permitem-nos, ainda, estabelecer uma diferença entre a indústria livre e a indústria privilegiada. A primeira corresponde a um tipo de indústria mais tradicional e doméstica, constituída por oficinas especializadas, tendas e pisões. A segunda era uma consequência da necessidade de defender a produção interna do comércio estrangeiro através da instalação de manufaturas de estado e do regime de privilégios (PINHEIRO, 2008). Este era constituído por regime de exclusividade, por incentivos à produção, isenção de direitos de produção e de direitos de entrada de equipamentos, de matérias-primas e de combustíveis; proibição de exportação de matérias-primas necessárias à indústria nacional; entrada livre nos portos do ultramar; proibição à entrada de produtos concorrentes estrangeiros. Estava ainda sujeito a um regime de preços máximos e mínimos para a lã, de modo que o estabelecimento de matérias-primas não ficasse comprometido. Tabelaram-se os salários, desobrigaram-se os operários do cumprimento do serviço militar e praticou-se o regime de aprendizagem. (PINHEIRO, 2008).

No reinado de D. Maria I manteve-se o regime protecionista, concedendo-se privilégios da mesma natureza, todavia, alargados a todas as manufaturas da mesma categoria, numa tentativa de atenuar o regime monopolista e impulsionar a concorrência entre a indústria livre e a privilegiada. Assim sendo, a produtividade e o número de unidades fabris aumentou.

As indústrias régias, localizadas em centros tradicionais, beneficiando dos conhecimentos técnicos e da experiência acumulada desenvolveram-se como indústrias de luxo, destinadas aos produtos de maior qualidade e aperfeiçoamento. Por norma, adquiriam os produtos semiacabados, melhorando-os na fase de acabamento, incentivando, desta forma, a produção doméstica. Posto isto, podemos afirmar que existiam relações de colaboração mas também de interdependência entre as indústrias régias e as industrias livres.

Como refere Carvalho Dias (1955) na Covilhã e também em Portalegre, os empresários locais, a partir de 1820, irão assumir a exploração dos antigos edifícios régios, "as fábricas reais buscaram as tradicionais fontes de abastecimento de matérias-primas, de água, de força motriz, de mão-de-obra especializada ou facilmente especializável (…) mas os maiores benefícios surgiram quando as condições económicas do país se deprimiram (…) nesta altura a indústria livre, já desenvolvida, conseguiu facilmente, através dos melhores e mais ricos dos seus industriais, tomar a direção das fábricas reais e até integrá-las no seu património particular. Eis o que aconteceu com as fábricas de lanifícios de Portalegre e da Covilhã. Mortos os primeiros administradores, dissolvida a Sociedade pelo desaparecimento dos ricos potentados herdeiros da antiga Junta de Comércio, foram descendentes dos mercadores da Covilhã (…) os continuadores das Fábricas Reais."

3.5.1. Manufaturas no contexto nacional.

A nível nacional entre 1750 e 1788, a Relação das Fábricas de 1788 contabiliza 425 unidades de produção, das quais 32 correspondiam a estabelecimentos de lanifícios, sendo que, 16 eram destinadas à produção de tecidos de lã e as restantes, 16, a tinturarias. A indústria dos tecidos de lã encontrava-se desigualmente distribuída por Azeitão (2), Lisboa (3), Cascais (1), Coimbra (1), Covilhã (4), Fundão (1), Penafiel (1), Portalegre (1) e Porto (2). A estes estabelecimentos juntam-se ainda as râmolas, unicamente existentes na Covilhã (3) e as tinturarias, existentes em Lisboa (12), Covilhã (3) e Bragança (1).

Na Covilhã destacavam-se quatro fábricas, a Real Fábrica de Panos fundada em 1764, a fábrica de Bento José da Costa Mattos, licenciada em 1779, a de José Henriques de Castro, em 1782 e a de Simão Pereira da Silva, sem licenciamento. Aparece ainda, um estabelecimento de água-forte de Manuel António Megre (1782), as três tinturarias, a de José Henriques de Castro (1779), a de Diogo Mendes Seixas e Cª (1780) e a de Simão Pereira da Silva (1788) e três râmolas dos mesmos proprietários das tinturarias.

Neste rol, distingue-se o Capitão-mor Simão Pereira da Silva que introduziu na sua fábrica as primeiras máquinas de cardar e fiar os lanifícios, que até então não existiam no Reino, somente existiam para o algodão.

Relativamente ao ano de 1793, segundo os dados constantes na *Relação das Fábricas da Comarca de Castelo Branco,* é possível identificar os locais de maior consumo e produção de lã. Assim, destaca-se a freguesia de Cebolais, com 1.406 arrobas de lã consumida e 16.430 peças de pano produzida; segue-se a freguesia de Belmonte com 318 e 10.880, respetivamente; os panos produzidos eram diversos daí os valores divergirem um pouco. Distinguem-se ainda, algumas localidades pelo consumo de lã mas sem produção própria. Trata-se das escolas de fiação e cardação que trabalhavam para fábricas da Covilhã, nomeadamente, para a Real Fábrica de Panos, especialmente, Penamacor, S. Vicente da Beira, Vale de Lobo, e Sortelha (ver Anexo IV, quadro 1).

No século XIX, o *Inquérito Industrial de 1802* apresenta a distribuição geográfica da indústria de lanifícios, que se localiza principalmente nas províncias da Beira e do Alentejo. No Norte do país merece destaque a Comarca de Viana, nomeadamente, Ponte de Lima onde se localizava uma fábrica de cobertores de lã. Na província de Trás-os-Montes, distingue-se a Comarca de Torre de Moncorvo, em Sambade, onde eram produzidas 1.000 peças de panos e 20 a 30 varas de burel de cor natural e azul, utilizada na confeção de túnicas em alguns conventos; em Alfândega da Fé produziam-se alguns buréis que eram exportados para o Arquipélago da Madeira. Na Comarca de Coimbra, em Celas, existia uma fábrica que consumia 600 arrobas de lã para a manufatura de baetões. Em Ourém, quase todos os habitantes trabalhavam no campo e produziam buréis, panos de vara, alforges e mantas para o exército. Fora destas áreas tradicionais encontramos a vila de Cascais, onde laborava uma fábrica que empregava 307 trabalhadores.

Como já vimos anteriormente, na Beira existia uma intensa produção de lanifícios. Destacavam-se, particularmente, as seguintes unidades de produção:

- Na Comarca de Linhares, em Vila Cortez, laborava uma fábrica que empregava 24 operários e produzia 250 peças de panos ordinários; em Videmonte, sem fábrica estabelecida, laboravam 25 produtores de panos grosseiros; em Figueiró da Serra existiam 28 trabalhadores; em Freixo 8 e em Linhares apenas 3 operários;

- Em Sortelha encontravam-se 460 produtores de lã;
- A aldeia de Alverca, Comarca de Trancoso contava com 2 fábricas que produziam grude, utilizado na tecelagem e destinados à vila da Covilhã;
- Na Comarca de Castelo Branco encontramos 98 operários na vila com o mesmo nome; em Alpedrinha contabilizavam-se 126 operários; em Belmonte, 670; em Castelo Novo, 9; no Sabugal, 172; em S. Vicente, 303; em Vila de Touro, 187 e em Idanha-a-Nova, 61 trabalhadores.
- Na cidade da Guarda trabalhavam cerca de 1500 operários, distribuídos por diversos serviços (técnicos de equipamentos, cardadores e fiandeiras).
- Na Covilhã laboravam 1.129 operários, apesar da crise que se começou a fazer sentir neste setor da indústria de lanifícios. Como refere o Desembargador Superintendente das Fábricas da Covilhã e Comarcas anexas, a produção diminuiu, porém, foi compensada pelo desenvolvimento da produção verificado noutras localidades da região. Saliente-se ainda que havia alguma carência de matéria-prima, devido às quebras acentuadas da criação de gado, motivadas pelos rigores climáticos. E também a abertura dos portos do Brasil suscitou consequências económicas, que afetaram em particular a produção industrial da Covilhã, uma vez que esta era a única que concorria com o mesmo tipo de produção inglesa.

Quanto à região Sul do país, destacam-se as fábricas em Portalegre, Redondo, S. Miguel de Machede, Serpa, Castelo de Vide, Alpalhão, Niza, Marvão e Amieira.

Segundo os dados existentes, em 1803, podemos retirar as seguintes conclusões sobre a produção dispersa de lanifícios, verificada na província Beirã:

- Nas Comarcas de Guarda, Castelo Branco e Trancoso existiram 5.904 trabalhadores de lanifícios, em regime de fabrico disperso. Destes, salientavam-se, na Covilhã 1.129, enquanto que na cidade da Guarda seriam 1.500 efetivos. Ter-se-ão produzido cerca de 11.142 peças de lã, das quais 6.656 na Covilhã, ou seja, cerca de 60% da produção. Só nesta localidade encontravam-se concentrados 183 teares, 24 pisões, 4 prensas, 10 tintes e 11 râmolas (ver Anexo IV, quadro 3).

Em 1803, a vila da Covilhã, destacava-se não só pelo seu número de trabalhadores e pelos seus equipamentos mas também, pelas fábricas completas com privilégio régio. Contabilizavam-se 5 fábricas (ver Anexo IV, quadro 2):

- A Real Fábrica de Panos da Covilhã, que possuía secções de escolha e preparação de lãs, cardação, tecelagem, pisões, tinturaria, carpintaria, râmolas tenda e acabamentos. Contabilizavam-se 75 teares, sendo 34 largos e 41 estreitos.
- As fábricas Simão Pereira da Silva, Real Fábrica da Viúva Castro (de Brites Maria Theodora), e de António José Raposo possuíam, respetivamente, 20, 12 e 16 teares. A primeira unidade fabril possuía ainda, um engenho de cardação e fiação em Celorico da Beira, onde laboravam 20 trabalhadores.
- A Real Fábrica Veiga (de José Mendes Veiga) tinha um menor número de operários, no entanto, possuía secções de cardação, tecelagem, pisão, tinturaria, tesouras, prensas e râmolas.

Continuando a analisar alguns dados estatísticos (DIAS, 1955 referido por PINHEIRO, 2008), em 1819, a produção de peças aumentou, passando de 6.656 para 7.220 peças e 21.500 côvados de panos, enquanto que as tinturarias e os pisões finalizaram 16.270 peças. Repare-se que, em média uma peça tinha 40 côvados de comprimento, logo 21.500 côvados correspondem a 537 peças. Para além das peças finalizadas fizeram-se ainda, 7.734 peças de pano nestas manufaturas. A estes valores acrescia-se ainda, 748 peças laboradas e ultimadas no Teixoso e Tortosendo.

Figura 16 – Museu de Lanifícios da Covilhã – Núcleo Museológico da Real Fábrica Veiga. Fonte: *Google imagens.*

Segundo PINHEIRO (2008), apesar da localização periférica da Covilhã, a nível de mecanização esta vila encontrava-se atualizada, particularmente, no que se refere à fiação e cardação. "O invento da *Jenny*, cuja designação vem de *engine*, data de 1764, enquanto que o da *water frame*, engenho movido a água se encontra reportado a 1769 (…) em 1775 surgiu a *mule* cujo invento se encontra atribuído a Crompton. Todavia, estas máquinas de cardar só foram difundidas na Catalunha em 1802, na França setentrional em 1804/05, na França meridional em 1809/1815, na Bélgica em 1800/04 e no Piemonte (Itália) em 1816/1820. A introdução dos engenhos de fiar e cardar movidos a sangue terá ocorrido na fábrica de Simão Pereira da Silva entre 1795 e 1800. Com a destruição desta unidade, no âmbito da terceira invasão francesa, procedeu-se à introdução, na sua segunda fábrica, em 1814/15, dos engenhos movidos a energia hidráulica." Foi a partir deste momento, de forma muito lenta, que se iniciou um modelo de industrialização aplicado aos lanifícios portugueses, que se iniciou na Covilhã.

Começa-se a dar importância à energia hidráulica colocando-se à margem a energia a vapor. Se a utilização da primeira se reporta ao início do século XIX, já a energia a vapor surge apenas em 1853 na fábrica de Morões & Cª em Castelo Branco.

O início do processo de industrialização surge entre 1807 e 1820, porém, o seu desenvolvimento ressentia-se de uma forte limitação, não só por causa do mercado interno, mas também devido à fraca urbanização do país e à baixa densidade demográfica. Outros aspetos a ter em conta são as invasões francesas (1807-1810), a subsequente instabilidade política e o Tratado do Comércio de 1810, que liberalizou a entrada de tecidos ingleses, o que gerou desorganização e crise na indústria nacional, sobretudo na Covilhã, onde diversas fábricas acabaram por encerrar. A título de exemplo, veja-se a Real Fábrica de Panos da Covilhã que estivera inativa entre 1812 e 1822, que mais tarde acabou por ser privatizada por um mercador, de seu nome, António Pessoa de Amorim que a associou à Fábrica dos herdeiros de Simão Pereira da Silva, vindo a constituir desta forma, a primeira fábrica completa da Covilhã. No âmbito da restauração do Absolutismo, esta fábrica foi palco de campanhas políticas entre liberais e absolutistas. O proprietário, liberal convicto, foi acusado de práticas maçónicas e acabou por fugir para Lisboa.

Durante este processo muitos fabricantes tiveram os seus teares parados o que obrigou Pessoa de Amorim, para cumprir o seu contrato com o Estado, a comprar serafinas inglesas, para manter a fábrica. Em 1833 a situação já estava normalizada e a Real Fábrica já se encontrava a laborar; no entanto, ainda tinha um vínculo para com o Estado. Já a fábrica fundada por Simão Pereira da Silva era privada e mecanizada.

Todos estes aspetos em consonância, levaram a que muitas fábricas ficassem em ruínas, não havia dinheiro para as conservar nem para as renovar. Fazendo uma analepse, exemplo disso é a decadência em que caiu a Real Fábrica de Panos em 1815, que abarcava 71 homens, tinha 76 teares grandes e 50 teares estreitos que se encontravam em ruína; dos 39 teares de serafinas e baetas encontrar-se-iam a trabalhar 23; das 14 dornas instaladas nas tinturarias, apenas 4 estavam em funções, 2 delas consideravam-se aproveitáveis e as restantes (8) foram dadas como irreparáveis; das 8 caldeiras de tingir apenas 4 funcionavam e das 10 prensas instaladas somente 8 estavam em exercício.

Em 1784 um negociante de lãs e panos, José Mendes Veiga, natural de Belmonte, fundou nas imediações da Real Fábrica de Panos, junto à Ribeira da Goldra,

uma manufatura de tinturaria e acabamento de tecidos que ficou conhecida pela "Real Fábrica Veiga " ou "Real Fábrica de Tecidos e Lã." A sua fábrica merece particular destaque, porque em 1803 para além da tinturaria e casa para tesouras e prensas, já possuía um engenho de cardar e fiar, uma casa de teares e seis râmolas de sol. Apesar de estabelecida na Covilhã, esta fábrica laborava em diferentes povos, onde fiava e cardava, nomeadamente no Castelejo, Barroca, Vale de Lobo, Casteleiro e Santo Estevão, sendo o seu quadro constituído por 71 trabalhadores em 1815. Encontrava-se, até à data, em boa atividade e produzira, para todo o Reino, 4.000 côvados de saragoças, 1.600 panos, 600 côvados de casimiras, 600 côvados de silésias e 1.000 côvados de borelinas e ainda ultimou e tingiu 2.500 peças de panos e baetões. Claro que também nesta fábrica se observava alguma decadência, não só pelos efeitos da guerra mas também pela falta de saída dos panos manufaturados.

No ano de 1815, eram várias as fábricas a laborar. De acordo com dados estatísticos (DIAS, 1955) existiam 35 estabelecimentos industriais, em que trabalhavam 736 operários, porém, apenas três fábricas eram consideradas completas, as Fábricas Reais de Lanifícios (Covilhã e Fundão), a Real Fábrica de Tecidos de Lã e a Fábrica de António José Raposo.

Para não se perder o "fio à meada", fazendo uma prolepse, após um período de crise suscitado pelas Invasões Francesas, foi a Revolução Liberal de 1820 que contribuiu para o fim do Antigo Regime e conduziu a uma mudança estrutural que permitiu criar algumas condições necessárias ao arranque da indústria de lanifícios nacional (PINHEIRO, 2008). Claro que, ao longo do tempo assiste-se a vários arranques e recuos. Procuram-se aplicar alguns dos princípios do ideário liberal, assiste-se, em contraponto, na indústria, ao reforço dos princípios de natureza protecionista (idem, 2008). Primeiramente, foi feita a abolição do Tratado do Comércio de 1810 e foram promulgadas em 1837, no âmbito da Revolução de Setembro de 1836, novas Pautas Alfandegárias que visavam proteger e desenvolver a indústria de lanifícios nacional.

3.5.2. Dois casos em destaque: a Real Fábrica Veiga e a Fábrica Campos Melo.

Os casos que refiro particularmente são importantes, o primeiro por ser um exemplo de evolução tecnológica decorrente entre o século XIX e XX, o segundo por ser um modelo de empreendedorismo.

Tal como já foi dito anteriormente, o proprietário e fundador foi José Mendes Veiga, um negociante de lãs natural de Belmonte. A Real Fábrica de Panos e Tecidos ou Real Fábrica Veiga foi instalada junto à Real Fábrica de Panos, na Ribeira da Goldra.

Em 1803 para além da tinturaria e casa para tesouras e prensas, já possuía um engenho de cardar e fiar, uma casa de teares e seis râmolas de sol.

Após a sua morte, é a sua viúva e os seus filhos que vão administrar a empresa passando a designar-se de "Viúva Veiga & Filhos", numa primeira fase, (1817-22) e seguidamente, "José Mendes Veiga e Irmão" (1822-29).

Os filhos de José Mendes Veiga tinham ideologias liberais e partidárias de D. Pedro, o que os obrigara a exilarem-se. Assim sendo, a fábrica passou a ser dirigida apenas pela mãe, designando-se "Viúva Veiga" (1829-34).

No final da Guerra Civil e de regresso à Covilhã, José Mendes Veiga (filho) assumiu a direção da empresa.

Em 1834 veio a estabelecer, junto ao Convento de S. Francisco, na Covilhã um novo engenho de cardar e fiar movido a "energia a sangue" (bois) (PINHEIRO, 2010). Tratava-se de um complemento à modernização industrial que iria, seguidamente, empreender nos edifícios fabris que possuía junto à Ribeira da Goldra.

Figura 17 – José Mendes Veiga. Fonte: *MUSLAN.*

Já na segunda metade do século XIX apresentava-se como uma empresa vertical, sendo um dos complexos empresariais da Covilhã e também do país. "Em 1864, a fábrica foi reconhecida pela Comenda da Ordem de Cristo. Assim sendo, esta fábrica beneficiou de privilégios reais nomeadamente, a isenção de fiscalização pelos juízes e vedores dos panos, bem como de um regime de exclusividade de diversos métodos, técnicas e produtos que lhe garantiam vantagens na produção." (PINHEIRO, 2010).

Em 1881 a empresa empregava 400 trabalhadores, tinha duas rodas hidráulicas, uma máquina a vapor e produzia 180.000kg de lã. No final do século XIX integrava 14 unidades fabris, algumas escolas de fiação e cardação dispersas pela *Terra Chã.*

Considerada uma fábrica de renome, aquando da inauguração da linha de caminho-de-ferro da Covilhã a 6 de Setembro de 1891, o rei D. Carlos e D. Amélia visitaram-na e ficaram hospedados no palacete do sobrinho e herdeiro de José Veiga, o comendador Marcelino José Ventura. Após a morte do tio, este passa a dirigir o complexo industrial até 1904 com o nome "José Mendes Veiga e Sucrs". Nos finais do século XIX o comendador contou com a ajuda do seu afilhado, o 1º Conde da Covilhã, Cândido Augusto de Albuquerque.

Até ao seu desmantelamento no século XX, foram várias as firmas ocupantes deste imóvel. Contribuíram para o seu fim vicissitudes de diversa ordem, nomeadamente um desmoronamento que afetou várias áreas do complexo industrial devido a um forte temporal. Também, vários incêndios ocorridos nas duas primeiras décadas e posteriormente na década de 60 e 90 levaram a que a fábrica fosse desativada.

No ano de 1997, a Universidade da Beira Interior adquiriu o complexo tornando-o, Núcleo Museológico da Industrialização e Centro de Documentação / Arquivo Histórico dos Lanifícios. Neste edifício de três andares podemos observar diferentes maquinarias, equipamentos e documentos que retratam a história da indústria das lãs da Covilhã, que veremos mais detalhadamente no capítulo seguinte.

Em relação à Fábrica Campos Melo, esta será referenciada, por ser uma fábrica um pouco distante da Real Fábrica de Panos e da Real Fábrica Veiga e também por se tratar da obra dos irmãos Campos Melo, que ainda hoje são recordados na Covilhã, por serem ousados empreendedores.

Também conhecida por Fábrica Velha tem esta designação por se encontrar num dos espaços arqueológico-industriais mais importantes da Covilhã, junto à Ribeira da Carpinteira.

Trata-se do local onde o Conde da Ericeira em 1677 instalou a Fábrica Nacional de Sarjas e Baetas, que em 1780 veio a ser ocupada por uma tinturaria de José Henriques de Castro e posteriormente pelos seus herdeiros.

Os irmãos Campos Melo, "hábeis comerciantes" instalaram uma fábrica em 1845, sob a "designação comercial de "Gregório Nunes Geraldes & Sócios", destinada à cardação, fiação, apisoamento, tosa e percha. (PINHEIRO, 2010) No entanto, em 1851 esta fábrica foi alvo de um incêndio e os Irmãos Campos Melo adquiriram as instalações da antiga Fábrica Velha, submetendo-a profundas transformações." (PINHEIRO, 2010)

Em 1864 encontravam-se já criadas as firmas "Mello Geraldes & Irmão" especializadas em acabamentos e contabilizando 57 trabalhadores. Passados vinte anos (1884) o então Ministro, António Augusto de Aguiar, que pertencera à Comissão

Central do Inquérito Industrial de 1881, apercebeu-se do grande atraso do país relativamente ao ensino técnico industrial. Subscrito por ele e por Hintze Ribeiro instituiu-se de "novo" o ensino técnico através do Decreto-Lei de 3 de Janeiro de 1884, que criou 8 escolas de desenho industrial e a primeira escola industrial no país, na Covilhã – a Escola Industrial Campos Melo. Esta escola desempenhou um papel fundamental na formação de técnicos especializados. Em 1889 a Fábrica Campos Mello foi distinguida com a medalha de prata na Exposição Internacional de Paris.

Figura 18 – Escola Secundária Campos Melo na Covilhã. Fonte: Google Imagens.

A empresa entrou em expansão, criaram-se casas filiais e depósitos em diferentes locais do país, Lisboa, Santarém, Porto, Guimarães, Braga e Coimbra. Os irmãos tratavam de dinamizar a empresa e a administração ficava a cargo de Gregório Nunes Geraldes.

A comitiva real, também visitou esta fábrica, tal como aconteceu com a Real Fábrica Veiga, pela sua qualidade em acabamentos de tecidos.

Avançando um pouco na história, em 1908, de sociedade familiar passou a sociedade por quotas de responsabilidade limitada e foi transferida a administração para Lisboa.

"Em 1935 no decurso de uma grave crise, foi sócia fundadora da "Nova Penteação e Fiação da Covilhã Lda." tendo, para realizar a sua cota, transferido para a

nova sociedade os direitos sobre vários imóveis e também a cedência de autorização para instrução e exercícios da indústria de penteação, fiação e lãs que lhes fora concedido por despacho ministerial em 1933." Estes terrenos foram adquiridos em 1938 por aquela empresa à firma "Campos Mello & Irmão".

No âmbito do Plano Marshall, na década de 40 foi adquirida pela empresa um moderno lavadouro de lãs com capacidade para lavar 2.000kg de lã por hora.

Os irmãos Campos Mello tinham um espírito muito empreendedor, "progressista e filantrópico" e foram os responsáveis pela criação de várias instituições – Biblioteca Frei Heitor Pinto, Associação Infância Desvalida, Misericórdia da Covilhã e a Escola Industrial Campos Melo. Foram ainda autores do livro, "Lans e Lanifícios" que aborda todo a tratamento dado à lã, os animais e as plantas responsáveis pela lã de qualidade que encontramos na Covilhã. Destaca-se ainda a contratação de superiores técnicos estrangeiros de alta qualificação (Suíços, Belgas e Catalães).

Atualmente este edifício encontra-se à espera de uma intervenção arqueológica que coloque a descoberto estruturas da primeira manufatura do Estado fundado no século XVII. Supõe-se que este local seja transformado, num futuro próximo, num Hotel.

3.6. O Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior (MUSLAN)

O Museu de Lanifícios, também designado por MUSLAN, constitui um centro pertencente à Universidade da Beira Interior (UBI), sendo um organismo com autonomia administrativa e também financeira salvaguardada pelo Ministério da Ciência e Tecnologia do Ensino Superior. Este museu está integrado na rede de museus desde 2002, e tem por objetivos, salvaguardar o património associado à indústria dos lanifícios. Ao visitá-lo rapidamente nos apercebemos que nele estão presentes testemunhos vivos que relatam a história de outros tempos, sendo por isso o lema do museu, "Os fios do passado a tecer o futuro."

Localizado no centro urbano da Covilhã, dentro das instalações da UBI, foi instituído por despacho a pedido do Reitor. Numa primeira fase, foi criado com a finalidade de preservar e recuperar a área das tinturarias da Real Fábrica de Panos fundada pelo Marquês de Pombal em 1764. No âmbito da intervenção arquitetónica, realizada para reconverter a Real Fábrica em instalações universitárias, contribuindo para apoiar pedagogicamente o curso de Engenharia Têxtil, procurou-se salvaguardar todo o espólio arqueológico encontrado. Durante vários anos, trabalhou-se neste local para colocar toda a sua história a descoberto até que em 1992 se deram por concluídas todas as obras, sendo inaugurado e aberto ao público o dito Museu.

É desta forma que o Museu de Lanifícios se apresenta polinucleado, apresentando três núcleos distintos. Se numa primeira intervenção, apenas se colocou a descoberto o espólio pertencente à Real Fábrica de Panos, posteriormente, também as râmolas de sol junto à Ribeira da Carpinteira e a Real Fábrica Veiga vieram a ser palco de intervenções arqueológicas e arquitetónicas.

Obedecendo à cronologia dos acontecimentos, primeiramente, será abordado o Núcleo Museológico referente à Real Fábrica de Panos. Este núcleo tem cerca de 10.000 m^2 e nele estão bem preservadas *in situ* as estruturas arqueológicas e arquitetónicas. O projeto de musealização procurou articular informações de natureza técnica (fabrico e tingimento dos panos de lã) e de natureza arqueológica e histórica. Apesar de contar com uma área bastante maior, apenas se encontram musealizados 700 m2, correspondentes aos espaços ocupados pelas antigas tinturarias pombalinas, onde se integram as salas de tinturaria dos panos de lã, tinturaria das lãs em meada e tinturaria das dornas, o tanque de água e os corredores das fornalhas (Anexo IV, mapa 1).

No piso de entrada do museu, encontramos a tinturaria dos panos de lã. Era aqui que se tingiam os mais variados panos nas mais variadas cores. Aqui, também, encontramos expostos alguns instrumentos ligados à fiação e à tecelagem. Preservam-se estruturas graníticas de suporte às cadeiras de cobre, usadas no tingimento, a quente, dos panos de lã depois de terem saído dos teares; encontramos, também, um tear de pisos também conhecido por tear de pau devido à sua construção em madeira que era trabalhado por homens; as lançadeiras, utilizadas no cruzamento dos fios da teia com os

fios da trama que davam origem aos panos, a roda de fiar a pedal, utilizada pelas mulheres tinha por função estirar a lã cardada e fazer fio para ser utilizado nos teares e as caneleiras com um banco de pequenas dimensões, provavelmente utilizado por crianças órfãs, são alguns dos instrumentos que encontramos.

Na tinturaria dos panos de lã encontram-se duas fornalhas em granito alimentadas por bocas existentes nos corredores para a lenha, que era colocada sob as caldeiras (de cobre) pelo fornalheiro, o que permitia o tingimento por ebulição. Aqui eram tintos tecidos azuis com a ajuda de rodos para fazer mergulhar e imergir os panos. Neste espaço, encontramos ainda, vitrinas onde podemos observar arcas manuais e vegetais, relógios de sol da fábrica, faianças, cerâmicas, azulejaria pombalina, tijolo "burro" e telhas portuguesas.

Numa outra sala, paredes meias com a sala da tinturaria dos panos de lã e das lãs em meada encontramos os tanques de água, fundamentais para o tingimento dos tecidos, daí, também, as fábricas se localizarem junto a cursos de água.

Na sala de tinturarias das lãs em meada apresentam-se os processos de tingimento a quente, das lãs em fio ou em meada. Encontramos uma fornalha, várias estruturas graníticas para as caldeiras, vitrinas que ilustram o tratamento inicial da lã até chegar ao seu estado final e pisões que eram utilizados nos acabamentos dos tecidos.

A área dos corredores das fornalhas é caraterizada pela interseção de duas galerias perpendiculares. Localiza-se próximo da antiga casa da lenha e demonstra a funcionalidade com que este edifício foi planeado. Bastava apenas um homem para controlar as dez fornalhas existentes. Neste corredor, encontramos uma barca de tingir e uma máquina de vapor vertical invertida que acionava o funcionamento das barcas de tingir, que anteriormente funcionavam manualmente.

Figura 19 – Máquina a vapor vertical invertida – Real Fábrica de Panos. Fotografia da autora.

Por último, na sala de tinturaria das dornas encontram-se preservados poços cilíndricos graníticos e dornas de madeira, que tinham por finalidade tingir os panos de cor pastel ou anil através de um processo de fermentação. Nesta sala é possível observar várias imagens que retratam os fardamentos utilizados pelo exército e ainda, as plantas utilizadas no tingimento dos tecidos.

Um outro núcleo museológico existente é o da Real Fábrica Veiga, que se encontra aberto ao público desde o dia 17 de Maio de 2011. Este edifício foi intervencionado arquitetonicamente com a finalidade de nele ser instalado um núcleo que represente a evolução tecnológica ocorrida no campo dos lanifícios durante os séculos XIX e XX. Para tal, reuniu-se um enorme espólio fabril. Atualmente funciona não só como museu, mas também, como Centro de Interpretação dos Lanifícios e Centro de Documentação / Arquivo Histórico. Este museu encontra-se dividido por três pisos, sendo o piso de entrada o Piso O onde está patente uma exposição que faz a contextualização geográfica da lã, da indústria dos lanifícios, do mundo fabril e empresarial.

Ao longo do percurso expositivo está bem demarcada uma linha orientadora, da manufatura à maquinofatura e à automação.

Descendo até ao Piso – 1, o que nos salta logo à vista é uma caldeira de vapor, subordinado às temáticas das energias e dos combustíveis, dos transportes e do escoamento da produção através do caminho-de-ferro. Aparecem ainda, maquinarias relativas à tinturaria, aos acabamentos, à cardação e à penteação. No espaço exterior encontramos atividades associadas à educação ambiental (ovelhas) e também uma roda hidráulica.

Subindo agora, de elevador, ao Piso 1 o percurso expositivo apresenta as operações de fiação, preparação para a tecelagem, tecelagem, acabamentos e o armazém das fazendas. Neste piso assim como no piso anterior é bem visível a evolução tecnológica relativa ao século XIX e XX.

Por último, mas não menos importante, temos as râmolas de sol, trata-se de um núcleo museológico ao ar livre situado junto à Ribeira da Carpinteira, que foi preservado e integrado num parque de estacionamento da UBI, tendo sido inaugurado a 30 de Abril de 2008. Este núcleo é o resultado da preservação *in situ* de um conjunto de râmolas de sol e de um estendedouro de lãs, que pertenciam a Ignácio da Silva Fiadeiro.

4. Atividade Pedagógica

4.1.Visita de estudo à Serra da Estrela e ao Museu de Lanifícios da Covilhã.

Após a apresentação científica do tema escolhido, é o momento de avançar para a parte final deste trabalho. Tal como referido na introdução, um dos aspetos a considerar é delinear uma estratégia pedagógica interdisciplinar, como tal decidi, como já referi anteriormente, realizar uma visita de estudo no âmbito do trabalho realizado.

Inicialmente, coloquei a hipótese de fazer uma visita de estudo à Serra da Estrela, Museu de Lanifícios e por fim às Campinas de Idanha, ou seja, o objetivo seria procurar fazer um dos percursos das rotas da transumância, onde os alunos em questão possam ter contacto com a natureza, com o meio ambiente, com a cultura e tradições dos pastores e ainda com as Fábricas de lanifícios, localizadas na Covilhã, associadas a esta tradição milenar, onde poderão observar a arte do pastoreio, o tosquiar dos animais e as máquinas que foram surgindo ao longo dos tempos e a evolução destas.

No entanto, este roteiro era um pouco ambicioso para ser feito apenas em um dia, por isso refiz o percurso e os locais a visitar, optando apenas por visitar a Serra da Estrela e o Museu de Lanifícios na Covilhã.

A visita de estudo será aplicada a uma turma de Geografia do 7º ano, nomeadamente no tema, *Os recursos Naturais – O Relevo* e na mesma turma de História. Em Geografia a visita de estudo será utilizada como consolidação de conhecimentos e em História como preparação para o ano seguinte, o 8º ano, em que os alunos irão abordar o tema, *A Civilização Industrial do século XIX – o caso Português.* Evidentemente que, todos os professores de História de 8º ano que quiserem participar na referida viagem terão liberdade para o fazer.

A nossa viagem terá início em Coimbra, junto à Escola Secundária José Falcão, a saída ficou marcada para as 8h00, daí ter solicitado aos Encarregados de Educação e aos alunos para às 7h30 estarem na Escola.

Ao longo de toda a viagem, cabe aos professores alertar os alunos para a necessidade de estarem atentos e observarem o ambiente que os rodeia. A primeira paragem da visita de estudo será feita na cidade de Seia, para que os alunos possam tomar calmamente o pequeno-almoço, ir à casa de banho, entre outros aspetos.

Seia, situada na encosta Sudoeste da Serra da Estrela assume-se como um local privilegiado de encontro com a natureza. Nesta cidade os alunos já terão oportunidade de respirar ar puro, observar diversas formas de relevo, como as lagoas, as encostas ingremes, os vales férteis, os rios e ribeiras as aldeias de montanha e todo um riquíssimo património histórico/cultural e ambiental.

Seguimos a nossa viagem até ao topo da Serra da Estrela, fazendo, sempre que possível, algumas pausas para observarmos detalhadamente algumas formas de relevo que caraterizam a Serra da Estrela. Esta serra inserida na Cordilheira Central é de facto a mais importante de Portugal devido à sua altitude e ao seu valor impar em termos de património geográfico e geológico do nosso país. Ao longo de vários milhões de anos, os agentes erosivos e os movimentos tectónicos deram uma configuração única à Serra. À medida que vamos subindo podemos observar diferentes formas de relevo, blocos em escadaria, formas graníticas únicas, depósitos glaciários, lagoas e charcos provocados por abatimento, circos e vales glaciares e moreias. Podemos ainda, observar a alterações na vegetação, provocadas pela altitude. Nos covões é habitual ocorrerem pastagens de cervum, proporcionando bons pastos de verão que acolhem os rebanhos que passavam o Inverno nas Terras Baixas.

Chegada a hora de almoço, às 13h, optamos por fazer esta pausa a 1500m de altitude, nas Penhas da Saúde. Neste local, figuraram pequenas casas típicas da montanha, os chamados "*Chalet* de Montanha" e ainda os famosos cães raça serra da Estrela.

A viagem prossegue e é hora (15h) de visitar o Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior, localizado no coração da cidade da Covilhã. O objetivo desta visita em primeiro lugar é para que os alunos compreendam a relação entre o meio natural e o Homem, já que, esta cidade desenvolveu-se graças aos recursos hídricos disponíveis que fomentaram e contribuíram para o progresso e expansão a indústria de lanifícios. Dentro do Museu é possível observar diferentes núcleos, nomeadamente, a história da indústria de lanifícios bem como o património industrial da Beira Interior e particularmente o da Covilhã. Nesta cidade, são bem visíveis vestígios industriais de

outrora, evidenciando-se longas chaminés e fábricas abandonadas, por entre o traçado urbano, junto às principais Ribeiras – Goldra e Carpinteira.

De regresso à escola, não esquecendo a hora do lanche, escolhi como percurso a A23 da Covilhã até Castelo Branco, seguindo posteriormente pela IC8, para que os alunos compreendam e observem as diferentes altitudes, já estivemos a 1993 metros e passamos para os 390m de altitude apenas, estamos na designada "Plataforma da Beira Baixa" que se estende até ao Alentejo. Para além da diferença de altitude e formas de relevo, outro aspeto que nos salta à vista é a vegetação, menos verdejante, mais seca e menos diversificada.

Quase a terminar esta viagem, é importante selecionar as fotografias que retratem a nossa visita de estudo para que na última semana de aulas possamos realizar uma exposição fotográfica na nossa Escola **(ver Guião e planificação, em Anexo).**

4.2.**A importância da visita de estudo como estratégia pedagógica.**

Ao concluirmos a parte científica deste trabalho é necessário delinear uma estratégia pedagógica.

Como sabemos, o mais comum entre as práticas pedagógicas circunscreve-se ao uso de manuais, de fichas, as apresentações de PowerPoint para projeção de textos, figuras, mapas normalmente acompanhado pela exposição dos professores. Todas estas práticas foram colocadas em prática ao longo do ano letivo, desta forma, achei pertinente elaborar algo diferente e que não tivesse o espaço escolar como pano de fundo, porque considero fundamental os alunos saírem das quatro paredes para poderem observar tudo aquilo que nos rodeia, assim sendo, escolhi como estratégia pedagógica a realização de uma visita de estudo.

Potencializadoras ao nível da aquisição de valores e atitudes a despertar aos alunos as visitas de estudo podem contribuir para criar o sentido de responsabilidade, criar o sentido de solidariedade, despertar espontaneidade, desenvolver a criatividade e

proporcionar um enriquecimento cultural e o contacto com a realidade (PESSOA, 2001).

A visita de estudo é uma das estratégias que mais estimula os alunos, dado o carater motivador que constitui a saída do espaço escolar. Trata-se de uma componente lúdica que propícia o em estar entre professores e alunos.

MONTEIRO (1995) refere que, é na realidade exterior que reside o suporte de aprendizagens ativas, significa socializadoras afirmando a necessidade do processo ensino-aprendizagem não ser limitado nem pelas paredes nem pelos muros da escola. Também as orientações curriculares do 3º ciclo do Ministério da Educação sugerem que se devem fazer este género de atividades.

A visita de estudo é muito mais que um passeio, constitui um momento único de aprendizagem que favorece não só a aquisição de conhecimentos como a consolidação dos mesmos (MONTERIO, 1995).

Relativamente ao valor atribuído pelos alunos às visitas de estudo (ALMEIDA, 2008) defende que estes inicialmente encaram, na maioria dos casos, as visitas de estudo apenas como um espaço privilegiado de relação mais próxima com o professor e os colegas e não lhes reconhecem qualquer utilidade do ponto de vista de aprendizagem cognitiva com efeitos na sua motivação pela disciplina. No entanto, no decorrer de uma visita acabam por evidenciar vários comportamentos que revelam interesse, curiosidade e, até mesmo, envolvimento.

Assim sendo, na visita de estudo deverão ser feitas paragens, pausas, deverá haver momentos para alimentação, lazer e também deverão ser recordados alguns aspetos ou orientações e ainda uma sistematização do trabalho que está a ser feito (ALMEIDA, 2008).

Em suma, consideramos que a visita de estudo deverá ser utilizada como atividade de consolidação de conhecimentos, aplicação e revisão de conteúdos e é uma forma de reforçar a relação aluno-professor e de manter os alunos motivados, dando-lhes a oportunidade de fazer algo diferente.

Para realizarmos uma visita de estudo há todo um conjunto de procedimentos a seguir, contactos, autorizações para os Encarregados de Educação, seguro escolar, transporte, burocracias financeiras, escolher os locais, definir os objetivos da viagem e elaborar um guião que oriente e promova a realização de pequenas atividades durante a visita.

Para além da visita de estudo o objetivo é fazer uma fotorreportagem. Para isso, importa referir que a aula que irá anteceder a visita de estudo servirá para elucidar os alunos do percurso que iremos fazer assim como alertá-los para a necessidade de levarem uma máquina fotográfica, claro que, os alunos que não disponham deste instrumento poderão juntar-se a um outro colega, para que todos participem na atividade proposta. Posteriormente será feita uma exposição na escola das fotografias tiradas na visita de estudo que devem estar corretamente legendadas pelos alunos. Em anexo segue o guião de trabalho a ser utilizado na visita de estudo.

4. Glossário

Glossário

A

Acarrar – Deitar.

Alforges - Bolsa grande dividida em dois compartimentos.

B

Baetas - Pano de lã felpudo não pisoado.

Baetilhas – Espécie de flanela.

Badalos – Sinos.

Búreis - Pano grosseiro de lã.

C

Canadas - Canadas, na gíria popular são os denominados "caminhos de cabras".

Casimiras – Pano de lã fino e estrançado.

Chocalhos – Sino colocado no pescoço dos animais.

Choças - Abrigos feitos de pedra e palha, que protegiam os pastores da chuva.

Cocho – é um recipiente fundo de cortiça muito utilizado no meio rural. Ainda hoje, junto aos poços e noras é comum encontrarmos o cocho que serve de recipiente para beber água. Falando por experiência própria, a água até tem um sabor diferente quando bebida pelo cocho.

Conduto – Alimento que serve de acompanhamento ao pão.

Côvados - Medida de comprimento que foi usada por diversas civilizações antigas. Era baseado no comprimento do antebraço, da ponta do dedo médio até o cotovelo. Cerca de 45 cm.

Corna - Aproveitava-se os cornos dos bois para se colocar comida, estes eram tapados com uma rolha de cortiça.

D

Droguetes – Espécie de tecido estreito de lã.

Duquesas – Espécie de tecido de lã.

E

Epizoóticas - Doença que afeta vários animais em simultâneo da mesma área geográfica.

Esborranchar - Esmagar.

F

Fábrica -

Ferrada – panela com aro de arame onde se coziam os alimentos.

Forrageiras - Prados temporários semeados e espontâneos, para corte e ou pastoreio.

G

Gatchos - Cacho de uvas.

H / I

Inselbergs – monte ilha.

J / K / L

Loja - antigamente era o espaço no rés-do-chão das casas onde eram colocados os animais, desde porcos, galinhas, cabras (…). Atualmente, é rara a casa, que tem este espaço a funcionar como tal. Nesta vila em particular, Alpedrinha, era comum as casas terem este espaço que hoje é habitado mas que durante a Festa da Transumância é um espaço para receber quem visita a vila.

M

Marchantes - Vendedores ambulantes que vendem de tudo um pouco.

N/O/P

Pascigo – Ato de apascentar ou de pastorear.

Pelica - Casaco, sem mangas, de lã de ovelha, forrado a fazenda de xadrez.

Percha -

Pisão - Máquina para pisoar panos.

Poquetechinha - Um pouco.

R

Râmolas do Sol -

Rodo - Instrumento de madeira comprido utilizado para calcar e misturar os tecidos. Este instrumento, ainda hoje é utilizado nas vindimas, para calcar as uvas enquanto estão a fermentar.

Russa –expressão utilizada pelo povo que significa geadas.

S

Safões - Meias-calças de peles usadas pelos pastores.

Saragoças – Tecido grosseiro de lã preta.

Serafinas - Tecido de lã, próprio para forros.

Silésias –

T

Tosar - Tosquiar (animais lanígeros).

Transumância - O termo transumância tem raiz no latim e é composto a partir do prefixo trans (além de) e húmus (terra) mais o sufixo ância (que exprime a ideia de ação) ou seja, corresponde à ação de deslocamento dos gados para além do território de origem. A causa principal deste movimento é a necessidade de procurar noutros lugares

a subsistência que durante uma parte do ano se torna mais difícil ou mesmo impossível nos territórios de origem, traduzindo-se num movimento sazonal. (FERREIRA, 2008).

Travia - Soro (leite) das cabras.

Tripes – Estofo aveludado de linho ou de algodão e lã.

U / V / X / Y / Z

Considerações Finais

O estágio pedagógico supervisionado é um processo essencial na formação individual de docente. Este é o ano de transição em que deixamos de ser meros estudantes e passamos a ser alunos estagiários e futuros professores. Fazendo um balanço final do ano letivo 2013/2014 concluo que foi um ano muito trabalhoso em que empenhei todo o meu esforço, energia e dedicação, tentando ser o mais profissional possível e adaptando-me da melhor forma a este novo ritmo de trabalho.

Porém, ao fim de tanto esforço e chegada à reta final só me apraz dizer que, foi uma experiência única e imprescindível na minha formação enquanto professora. Para além do ano de estágio ser por si desgastante porque exige o máximo de nós a elaboração dos trabalhos de seminário de Geografia e História aumenta ainda mais a dificuldade, pois, é necessário conciliar o trabalho que é desempenhado na Escola e o trabalho que tem de ser feito na Faculdade.

O presente relatório resulta do trabalho desenvolvido ao longo do ano na Escola José Falcão e da pesquisa de vários artigos científicos sobre o tema em questão. Foram bastantes as obras que consultei e das quais retirei informação, porém, saliento o facto de serem poucas as obras científicas com informação esclarecedora e coerente sobre o tema, já que a grande maioria dos artigos publicados faz apenas breves referências a este tema, expondo-o de forma muito geral. No entanto, o trabalho coordenado pela Dr.ª Elisa Pinheiro, intitulado *Rotas da Lã Traslana* foi uma preciosa ajuda na elaboração dos trabalhos de Seminário de Geografia e História e consequentemente na realização deste relatório de estágio.

O tema por mim escolhido foi as *Rotas da Transumância*, escolhi este tema por ter a capacidade de ser interdisciplinar e de se enquadrar nas áreas disciplinares de Geografia e História e ainda por estar relacionado com os temas propostos nas *Orientações Curriculares do 3º ciclo de Geografia e História*. Na parte de Geografia dediquei-me a explicar no que consistiam os movimentos Transumantes impulsionados pelas condições fisiográficas e climáticas, escolhendo como caso de estudo uma rota em particular, desde a Serra da Estrela até às Campinas de Idanha. Em relação a história, optei por abordar como assunto principal a indústria de lanifícios da Covilhã que se

desenvolveu graças à localização geográfica da cidade, no sopé da Serra da Estrela, aproveitando desta forma os recursos hídricos e a lã.

Como estratégia pedagógica delineei uma visita de estudo à Serra da Estrela e ao Museu de Lanifícios da Covilhã. Todavia, como o estágio pedagógico teve início um pouco mais tarde que o normal e quando chegamos à escola o calendário das atividades anuais já tinha sido elaborado, não sendo por isso possível realizar a visita proposta.

Tive, particular satisfação na realização deste relatório, pois, como sou beirã, é sempre um prazer conhecermos ainda melhor as nossas origens, os nossos costumes e as nossas tradições.

Como aluna e professora estagiária é importante referir que foi um ano surpreendente, foi uma experiência sem igual ao qual me dediquei totalmente. Porém, tendo em conta o trabalho que desempenhamos ao longo do ano letivo na escola que nos acolheu e a carga letiva exigida pela Faculdade, concluir este trabalho foi um caminho árduo e penoso. Perdão pelo desabafo, mas acho que seria fundamental reverem o plano curricular referente ao mestrado em ensino de História e Geografia, pois, se um Professor, enquanto profissional, se dedica apenas e exclusivamente à escola e tem o seu tempo limitado, nós, enquanto estagiários não temos mesmo tempo, sequer, para respirar.

Bibliografia

ABREU, Maria Manuela Paiva de Araújo (1972) *As visitas de estudo no ensino da história*. Revista Portuguesa de Pedagogia, nº6, Coimbra.

ALMEIDA, António José correia (1998) *Visitas de estudo, Conceções Didáticas e Eficácia na Aprendizagem*. Livros Horizonte, Lisboa.

Associação Portuguesa de Arqueologia Industrial (coord.) *Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior*. Edição – UBI, Covilhã, 1998.

AUGUSTO, Jerónimo (2011). *O Cão da Serra da Estrela.* Turismo Serra da Estrela. Norprint.

BASTOS, Carlos (1950). *Comércio e Indústria Têxtil em Portugal*. Porto

BRUM FERREIRA, D. DE (2005) – "Parte III – O Ambiente Climático" in Geografia de Portugal – O Ambiente Físico. Ed. MEDEIROS, C. A.; FERREIRA, A. B. Círculo de Leitores, Rio de Mouro.

CASTRO, Ferreira. (1959) *A lã e a neve*. Guimarães Editores.

CHAMBINO, Eddy (2008). *Pastores, guardiões de uma paisagem*. Município de Idanha-a-Nova.

Coletânea de Textos e Fotografias (1997), *Orlando Ribeiro e as Terras de Idanha*, Centro Cultural Raiano.

DAVEAU, Suzanne (1990). *O Ambiente Geográfico Natural*. Edições João Sá da Costa, Lisboa.

DELGADO, Rui (2001). *História da Covilhã (1800 a 1926).* Escola Secundária Frei Heitor Pinto, Covilhã.

DIAS, Luiz Fernando de Carvalho (1958) *História dos Lanifícios, 1750-1834*. Lisboa.

DIAS, Luiz Fernando de Carvalho (1962) *História dos Lanifícios, 1750-1834*. Lisboa.

DIAS, Luiz Fernando de Carvalho (1965) *História dos Lanifícios, 1750-1834*. Lisboa.

DIAS, Luiz Fernando de Carvalho. *A Relação das Fábricas de 1788*. Lisboa, s/d.

Dicionário de História de Portugal.

FEIO, Mariano, **DAVEAU**, Suzanne (2004). *O Relevo de Portugal- Grandes unidades regionais.* Coimbra.

FERREIRA, Narciso, **VIEIRA**, Gonçalo (1999). *Guia Geológico e Geomorfologia do Parque Natural da Serra da Estrela*. Lisboa.

FREIRE, Leonor & **LAINS**, Pedro (2011) *História Económica de Portugal 1143-2010*. Lisboa, Esfera dos Livros.

GODINHO, V. M (1955) *Prix et monnaies au Portugal, 1750-1850*, Paris, A. Collin.

HERMENEGILDO, Jorge (orientador) *Indústria de Lanifícios Portugueses – breve análise das explorações e principais mercados de destino*. ICEP Portugal, s/d.

JACINTO, Rui (coord), **BENTO**, Vergílio, **CUNHA**, Lúcio, **FERREIRA**, Rui (2006) *O Interior Raiano do Centro de Portugal: Outras Fronteiras, Novos Intercâmbios.* Campo das Letras Editores S.A

JACINTO, Rui. (2005) *Entre Margens e Fronteiras Para uma Geografia das ausências e das identidades raianas*. Campo das Letras.

LEMA, Paula Bordalo, **REBELO**, Fernando (1997). Geografia de Portugal – *Meio Físico e Recursos Naturais*. Universidade Aberta.

MACEDO, J. Borges de (1963) – *Problemas de história da indústria portuguesa no século XVIII*, Lisboa, Editorial Querco.

MACEDO, J. Borges de (1989) – *A situação económica no tempo de Pombal (alguns aspetos)* 3ª ed., Lisboa, Gradiva.

MARQUES, Carlos Alberto (1996). *A Serra da Estrela Estudo Geográfico*. Assírio & Alvim.

MATTOSO, José, **DAVEAU**, Suzanne, **BELO**, Duarte. (2010) *O Sabor da Terra. Um retrato histórico e geográfico por Regiões.* Círculo de Leitores.

MELLO, J. M. Campos (1907) *Lans e Lanificios*. França Amado, Editor. Coimbra

MOITEIRO, Manuela (1995). *Intercâmbios e visitas de estudo* in *Novas metodologias em Educação*, Porto Editora.

Orientações Curriculares - 3º ciclo. Ministério da Educação.

PEREIRA, Miriam Halpern (1998). *Os Lanifícios da Covilhã e da região serrana: uma discreta expansão oitocentista* in *Atas das Jornadas de Arqueologia Industrial*. Covilhã.

PESSOA, A M (1991) *Como organizar uma visita de estudo*. Escola Superior de Educação Setúbal.

PINHEIRO, Elisa (coord.) *Rotas de Lã Translana.* Museu de Lanifícios Universidade da Beira Interior, Edição 2008.

RIBEIRO, Orlando. *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico.* Letra Livre 2011.

RIBEIRO, Orlando**, LAUTENSACH**, Hermann.(1988) *Geografia de Portugal* Vol. II - *O Ritmo Climático e a Paisagem*. Edições João Sá da Costa. Lisboa.

RIBEIRO, Eva, **LOPES**, Rui Teixeira, **CUSTÓDIO**, Sandra. (2012) *GPS A Terra: Estudos e Representações Meio Natural*. Porto Editora

SANTOS, João Martinho dos (coord), **CATANA**, António Silveira. *Memória e História Local Colóquio Internacional realizado em Idanha-a-Nova.*

SERRÃO, J. Veríssimo (1993) – *O quadro económico: configurações estruturais e tendências de evolução* in *História de Portugal*, vol. IV, Ed. Vicente, José, Lisboa, Círculo de Leitores.

SERRÃO, Joel (dir) *Dicionário de História de Portugal.* Iniciativas Editoriais, Porto, 1979.

SIMÕES, Viriato (1979). *A Serra da Estrela e as suas beiras*. Edição do autor. Lisboa.

TORGA, Miguel (1967). *Portugal.* 3ª Edição, Coimbra.

Recursos eletrónicos:

http://www.ipv.pt/millenium/Millenium31/12.pdf(17-01-2013)
http://www.ceg.ul.pt/finisterra/numeros/1969-07/07_02.pdf (17-01-2013)

http://www.uc.pt/grasses/geologia_e_vegetacao/clima (18-01-2013)

http://www.uc.pt/grasses/geologia_e_vegetacao/vegetacao (18-01-2013)

http://www.esav.ipv.pt/transumancia/links.html (18-01-2013)

http://www Cm-seia.pt (20-01-2013)

http://www.cm-idanhanova.pt/ (20-01-2013)

http://www.cm-fundao.pt/ (20-01-2013)

http://www.atnatureza.org/#!atnatureza/cjg9 (22-01-2013)

http://atnatureza.blogspot.pt/ (22-01-2013)

http://www.guiadacidade.pt/pt/poi-idanha-a-nova-20449 (25-01-2013)

http://www.guiadacidade.pt/pt/poi-alpedrinha-15026 (25-01-2013)

http://www.guiadacidade.pt/pt/poi-covilha-14539 (25-01-2013)

http://www.museudaciencia.org/gfx//bd/090702164457_O_ceu_dos_pastores_III.pdf (27-01-2013)

http://www.ceg.ul.pt/finisterra/numeros/2009-87/87_05.pdf (27-01-2013)

http://www.ceg.ul.pt/finisterra/numeros/1966-02/02_02.pdf (27-01-2013)

http://www.guiadacidade.pt/pt/poi-penhas-douradas-16976 (29-01-2013)

http://www.guiadacidade.pt/pt/poi-penhas-da-saude-17105(29-01-2013)
http://www.cinologia.com/documentos/antologia/a_Pastoricia_e_os_Caes_de_Gado_II.pdf (29-01-2013)

http://www.museu.ubi.pt/download/Plano-Anual-de-Atividades-Educativas-2012-2013.pdf (30-01-2013)

http://www.museu.ubi.pt/(30-01-2013)
http://olhares.sapo.pt/ (site consultado ao longo de todo o trabalho para recolha de imagens)

http://www.museu.ubi.pt (02 de Março de 2013)

http://www.ubimuseum.ubi.pt/n01/docs/ubimuseum-n01-pdf/CS3-pinheiro-elisa-silva-manuel-santos-a-covilha-paisagem-cultural-evolutiva.pdf (3 de Maio de 2013)

https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/2084/1/DISSERTA%C3%87%C3%83O.pdf (5 de Maio de 2013).

http://www.museu.ubi.pt/download/Plano-Anual-de-Atividades-Educativas-2012-2013.pdf (10 de Junho de 2013)

Outros recursos:

Folhetos informativos do Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior.

Postais ilustrativos do MUSLAN.

Anexo I – Caraterização da Turma

Escola Secundária José Falcão

Ano letivo 2012/2013

1. Caracterização da turma Y do 7º ano.

A caracterização de turma teve como única base documental, as respostas dadas pelos alunos ao formulário adoptado pela Escola. O formulário aplicado aos alunos tem como objectivo, conhecer melhor cada um deles e com base nessas informações definir estratégias educativas.

A turmaY do 7º ano de escolaridade é constituída por 25 elementos, sendo que, 13 são raparigas e 12 são rapazes **(Figura 1).**

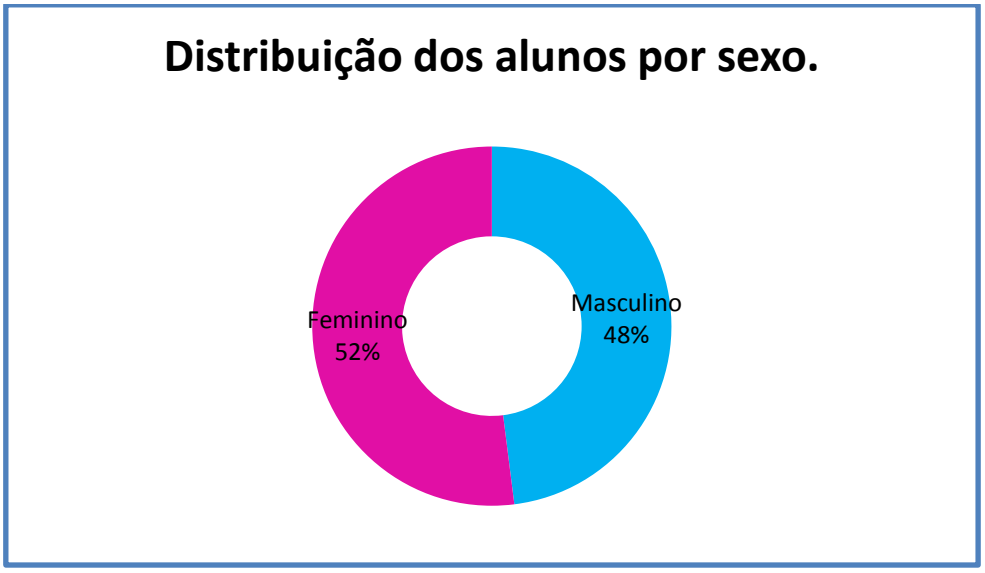


Figura 1 – Distribuição dos alunos por sexo.

Quanto à idade dos alunos que compõem a turma, esta varia entre os onze e os dezasseis anos. Sendo que, a média de idades é de doze anos. Na **tabela 1** podemos

observar a seguinte distribuição dos alunos pelos diferentes níveis etários: seis alunos com onze anos, onze alunos com doze anos, cinco alunos com treze anos, um aluno com catorze anos, um aluno com quinze anos e um outro aluno com dezasseis anos.

Assim sendo, podemos concluir que temos algumas repetências em anos anteriores.

Idades	Nº de alunos
11	6
12	11
13	5
14	1
15	1
16	1

Tabela 1 – Distribuição das idades dos alunos (a Outubro de 2012).

É de salientar que, dos 25 alunos, 22 são de nacionalidade portuguesa, dois de nacionalidade Cabo-Verdiana e uma aluna de nacionalidade Brasileira.

2. Vida escolar

Relativamente aos hábitos de estudo, de um universo de vinte e cinco alunos, dezasseis deles afirmam estudar diariamente. Por outro lado, quatro alunos responderam que apenas estudam na véspera dos testes. Os restantes, raramente estudam (**Figura 2).**

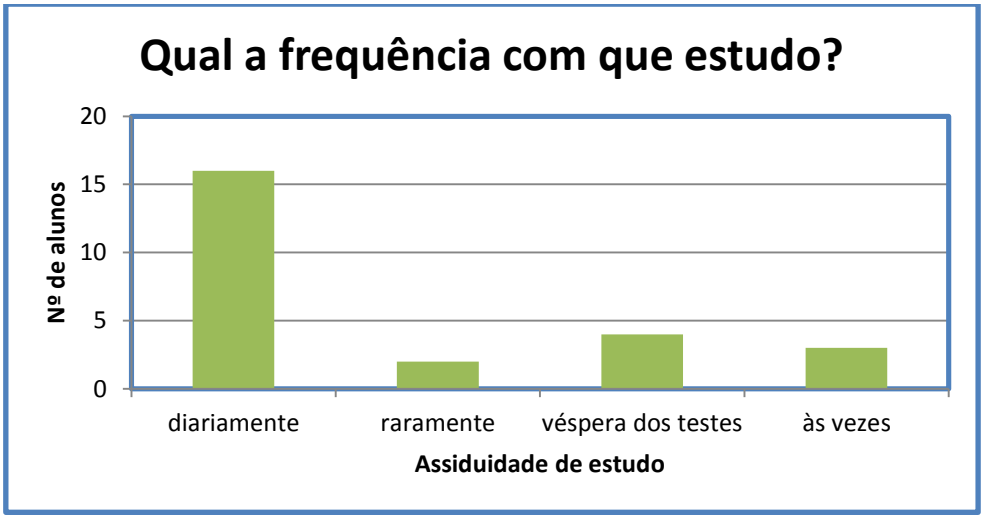


Figura 2 – Hábitos de estudo dos alunos.

Em relação à forma como os alunos preferem estudar, dezanove alunos (76%) preferem fazê-lo individualmente, enquanto 24% prefere estudar em grupo (**Figura 3).**

Foi também questionado aos alunos, no formulário, se frequentavam a Biblioteca e mais de metade da turma, catorze alunos, responderam que não têm por hábito frequentar a biblioteca **(Figura 4)**. Saliente-se ainda que, todos os alunos responderam que estudam em casa.

Figura 3 – Como preferes estudar?

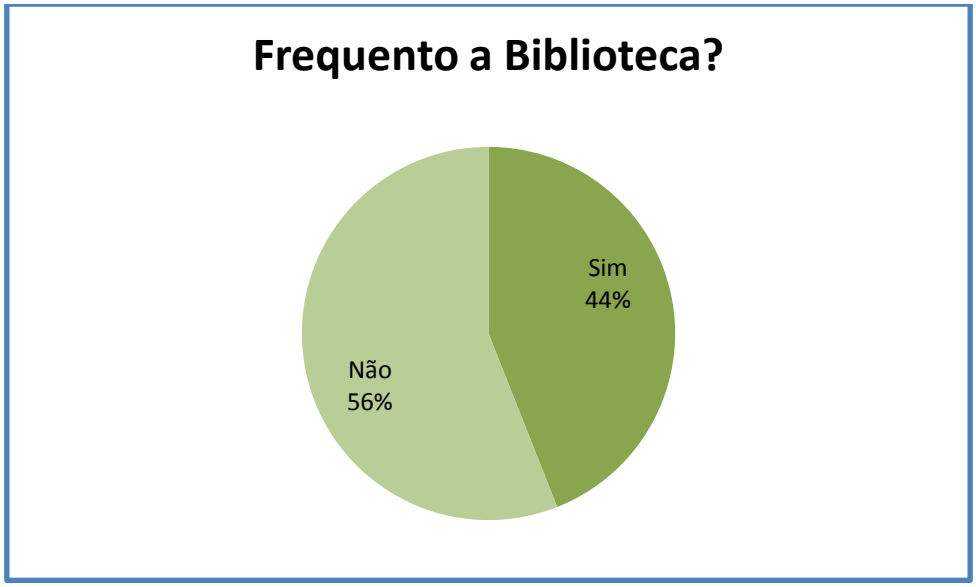


Figura 4 - Frequento a Biblioteca

No que concerne à ocupação dos tempos livres, houve alguma diversidade de respostas. Praticar desporto, estar no computador/ jogar *playstation* e ver televisão são as actividades mais comuns dos discentes. Outros alunos referem que a leitura, o convívio com os amigos e andar de bicicleta são as suas actividades de eleição. Outras actividades se destacam, entre elas, praticar ballet, brincar com animais, passear, ouvir música, pintar e escrever. (**Figura 5).**

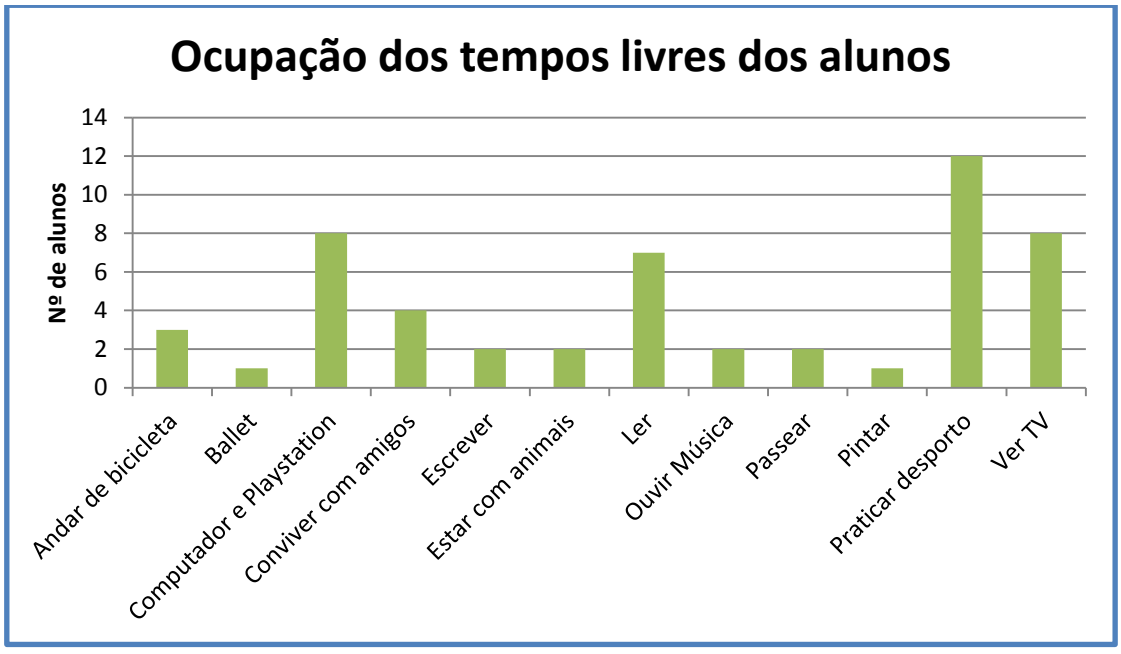


Figura 5 – Ocupação dos tempos livres.

4 – Saúde e bem-estar.

Alguns alunos colocaram observações quanto à sua saúde e bem-estar, assim sendo, temos a indicar dois alunos asmáticos, um aluno diabético que utiliza bomba infusora de insulina, um outro aluno que tem alergia ao pó e bronquite e um discente alérgico ao amendoim, ao leite animal e também tem um problema na mão.

Adiante-se ainda que, um dos alunos referiu nas observações do formulário que a mãe faleceu.

5. Encarregados de Educação

Quanto ao Encarregado de Educação (E.E) os alunos, os que responderam, afirmam que são os seus progenitores os seus E.E. Na maior parte dos casos, 56%, a mãe é a E.E, enquanto que, 28% dos alunos tem o pai como E.E. Os restantes 16% não sabem ou não responderam à questão (**Figura 6).**

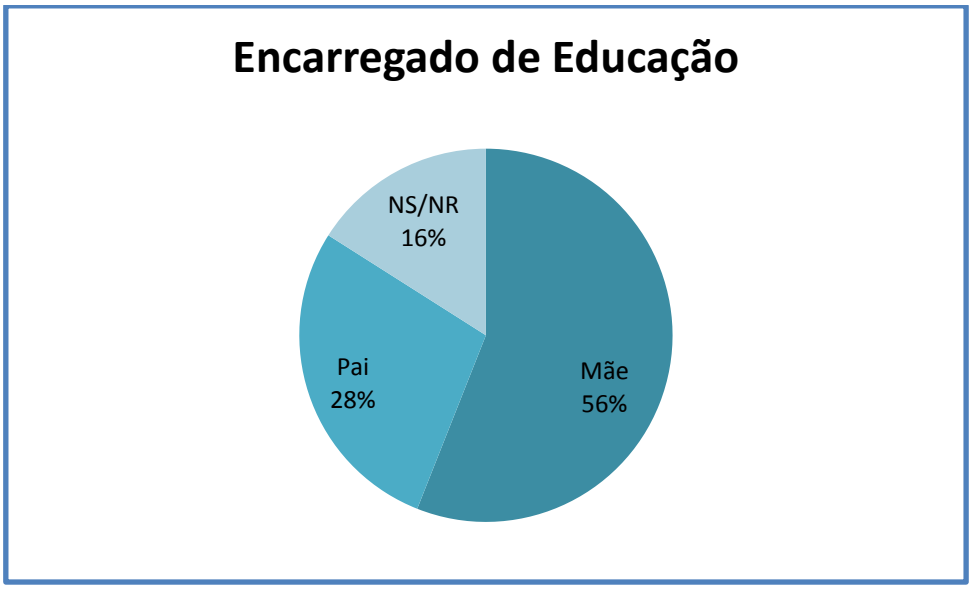


Figura 6 – Distribuição dos Encarregados de Educação**.**

Quanto à idade dos Encarregados de Educação, como as respostas foram variadas, optou-se por agrupar por classes etárias as idades dos E.E. para que o gráfico fosse de fácil leitura.

Assim sendo, a classe etária mais repetida, com oito E.E é entre os 41 e 45 anos, segue-se a classe etária entre os 36 e 40 anos com seis E.E. Entre os 46 e 50 anos temos quatro E.E. e entre os 51 a 55 anos temos dois E.E. Na classe etária dos 26 a 30 anos temos apenas um E.E. **(Figura 7).**

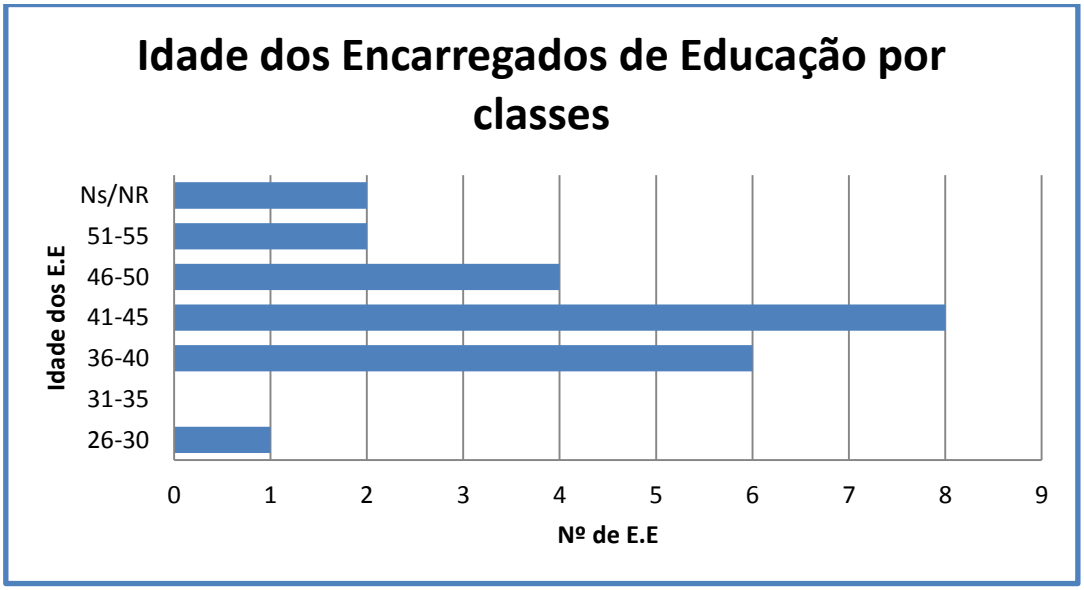


Figura 7 – Idade dos E.E por classes etárias.

Uma outra questão que se colocou aos alunos foram as habilitações literárias dos Encarregados de Educação, no entanto, nove dos vinte e cinco alunos não responderam ou não sabem quais são as habilitações literárias dos seus E.E. Seis alunos referem que

o seu E.E tem 12º ano de escolaridade, oito deles que os E.E são licenciados e os restantes referem que os seus E.E têm o grau de mestre (**Figura 8).**

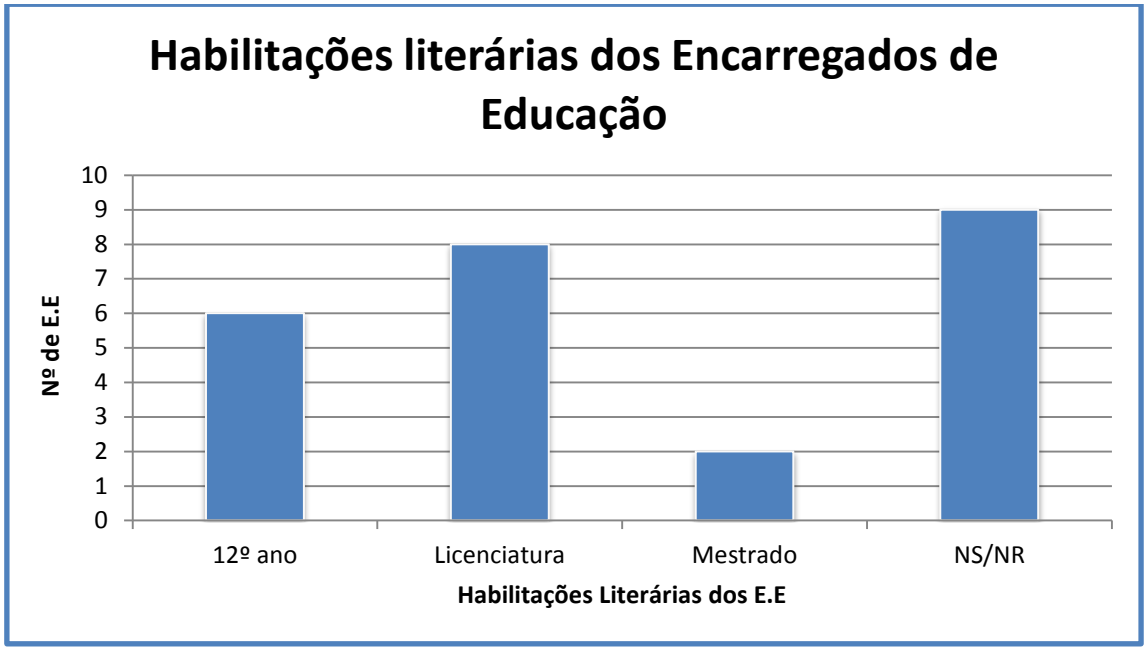


Figura 8 – Habilitações literárias dos Encarregados de Educação.

Na **figura 9** encontram-se assinaladas as profissões dos Encarregados de Educação. À data a que os alunos responderam ao questionário registava-se uma situação de desemprego de um E.E que não figura no gráfico.

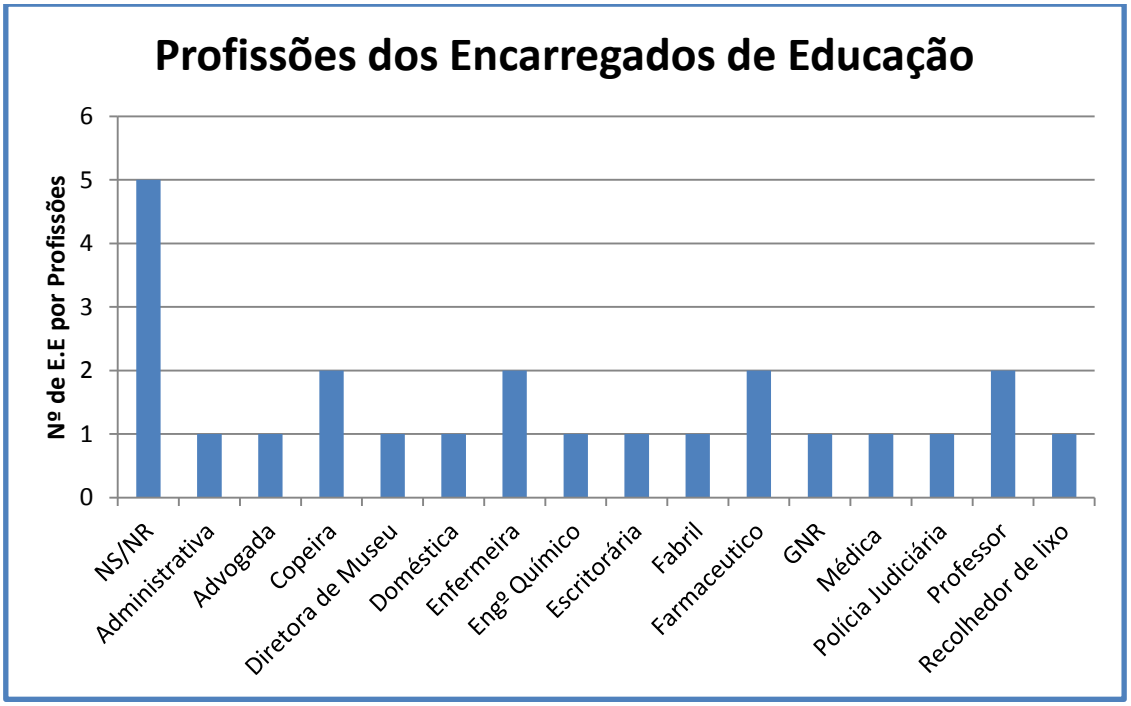


Figura 9 – Profissões / Actividades exercidas pelos Encarregados de Educação.

Anexo II – Planificações anuais de Geografia e História

Escola Secundária José Falcão

Ano letivo 2012/2013

- **Planificação Anual dos conteúdos a lecionar – 7º ano de Geografia.**

1º Período	Nº de Aulas (50 minutos)
Tema 1 – A Terra: estudos e representações	
Subtema 0 – A Geografia	**1**
• O que é a Geografia • Como investigar em Geografia? • Conhecer a superfície da Terra ○ Continentes e oceanos	
Subtema 1 – Descrição da paisagem	**2**
• Elementos que constituem a paisagem • Paisagens naturais e humanizadas • Diferentes paisagens do mundo	
Subtema 2 – Representações da superfície terrestre	**6**
• Formas de representar a superfície terrestre • Vantagens e desvantagens dos mapas e globos • Tipos de mapas • Projeções da superfície terrestre • Elementos fundamentais dos mapas • Escalas	
Subtema 3 – Localizações	**6**
• Formas de localização • Localização relativa • Formas de orientação • Limites naturais da Europa	

• Localização relativa de Portugal
• Nomenclatura de Unidades Territoriais
• Localização absoluta
  ○ Rede cartográfica
  ○ Coordenadas geográficas
  ○ Pontos extremos da Europa	

Subtema 4 – À descoberta do mundo	**3**
• Descobrindo a Europa • Espaços geográficos da Europa • Microestados da Europa • Europa Física • Construção da União Europeia • Objetivos da União Europeia	
2º Período	
Subtema 4 – À descoberta do mundo	**1**
• Descobrindo a América • Descobrindo a África • Descobrindo a Ásia • Descobrindo a Oceânia • Descobrindo a Antártida	
Tema 2 – Meio Natural	
Subtema – Clima e formações vegetais	**13**
• Zonas climáticas • Estado de tempo e clima • Elementos e fatores climáticos • Temperatura • Os fatores que influenciam a temperatura • Distribuição da temperatura • Pressão atmosférica • Centros de pressão e estados do tempo	

• Fatores que influenciam a humidade atmosférica
• Humidade atmosférica
• Fatores que influenciam a humidade atmosférica
• Distribuição da precipitação
• Construção de gráficos termopluviométricos
• Distribuição e características dos climas
  ○ Climas quentes
  ○ Climas temperados
  ○ Climas frios
• Distribuição e características das formações vegetais	

3º Período	
Subtema 2 – Relevo	**14**
• Relevo mundial • Evolução do relevo • Altitude • Diferentes formas de relevo • Relevo da Europa; África; América; Ásia; Oceânia e Antártida • Relevo de Portugal • Construção de um perfil topográfico • Rede hidrográfica mundial • Dinâmica de uma bacia hidrográfica • As três secções dos rios • Formas de relevo fluvial • Rede hidrográfica na Europa • Rede hidrográfica em Portugal Continental • Rede hidrográfica dos Arquipélagos • Bacias hidrográficas de Portugal • Gestão das bacias hidrográficas • Dinâmica do litoral	

• Formas do litoral • Acidentes do litoral • Ocupação do litoral • Acidentes do litoral português	
Subtema 3 – Riscos e catástrofes	**2**
• O que distingue riscos de catástrofes • Tempestades • Excessos de água, calor e frio • Sismos • *Tsunamis* • Vulcões	

Escola Secundária José Falcão

Ano letivo 2012/2013

Simone Rei

Planificação Anual dos conteúdos a lecionar – 7º ano de História

Temas	Conteúdos/Avaliação	Tempo previsto
A. Das Sociedades Recolectoras às Primeiras Civilizações.	A. 1 Das Sociedades Recolectoras às Primeiras Sociedades Produtoras • As Sociedades Recolectoras • As Primeiras Sociedades Produtoras; A. 2 As Primeiras Civilizações • As Primeiras Civilizações •O Egipto – A Grande Civilização do Nilo • Novos Contributos Civilizacionais no Mediterrâneo Oriental	3 blocos 4 blocos
B. A Herança do Mediterrâneo Antigo.	B. 1 Os Gregos no Século V a. C. *Realização de dois testes sumativos, proposta de um trabalho de pesquisa.*	3 blocos 3 blocos

2º PERÍODO

Temas	Conteúdos/Avaliação	Tempo previsto
B. A Herança do Mediterrâneo Antigo.	B. 1 Os Gregos no Século V a. C. B.2 O Mundo Romano no Apogeu do Império B.3 Origem e Difusão do Cristianismo	1 bloco 4 blocos 1 bloco
C. A Formação da Cristandade Ocidental e a Expansão Islâmica.	C. 1 A Europa do Século VI ao Século IX C. 2 A Sociedade Europeia nos Séculos IX a XII; *Realização de dois testes sumativos.*	2 blocos 1 bloco 2 blocos

3º PERÍODO

Temas	Conteúdos/Avaliação	Tempo previsto
C. A Formação da Cristandade Ocidental e a Expansão Islâmica.	C. 2 A Sociedade Europeia nos Séculos IX a XII; C. 3 Cristãos e Muçulmanos na Península Ibérica.	2 bloco 3 blocos
D. Portugal no Contexto Europeu dos Séculos XII a XIV.	D. 1 Desenvolvimento económico, Relações Sociais e Poder Político. D.2 Cultura, Arte e Religião; *Realização de um teste sumativo.*	4 blocos 1 bloco 1 bloco

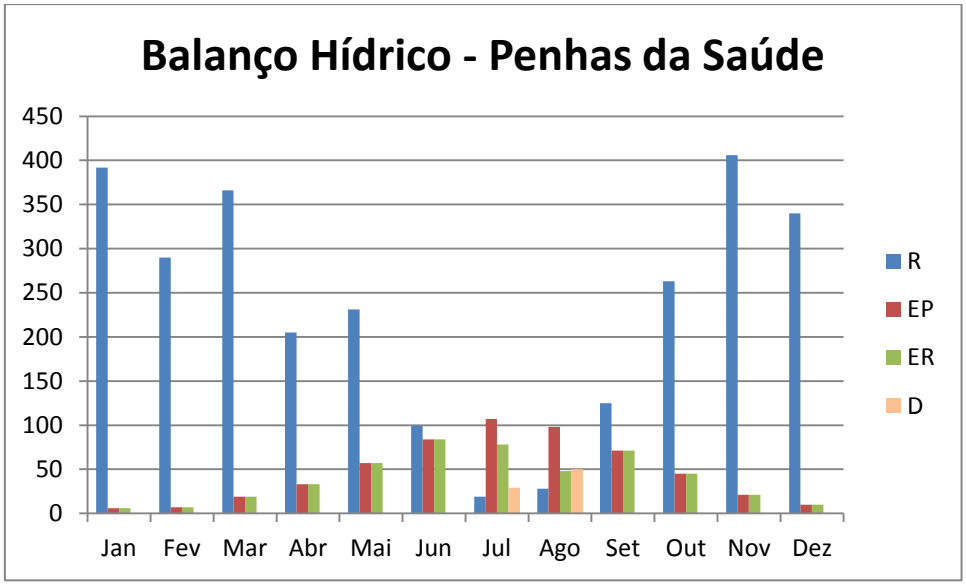
Anexo III – Dados climáticos das Penhas da Saúde e de Castelo Branco

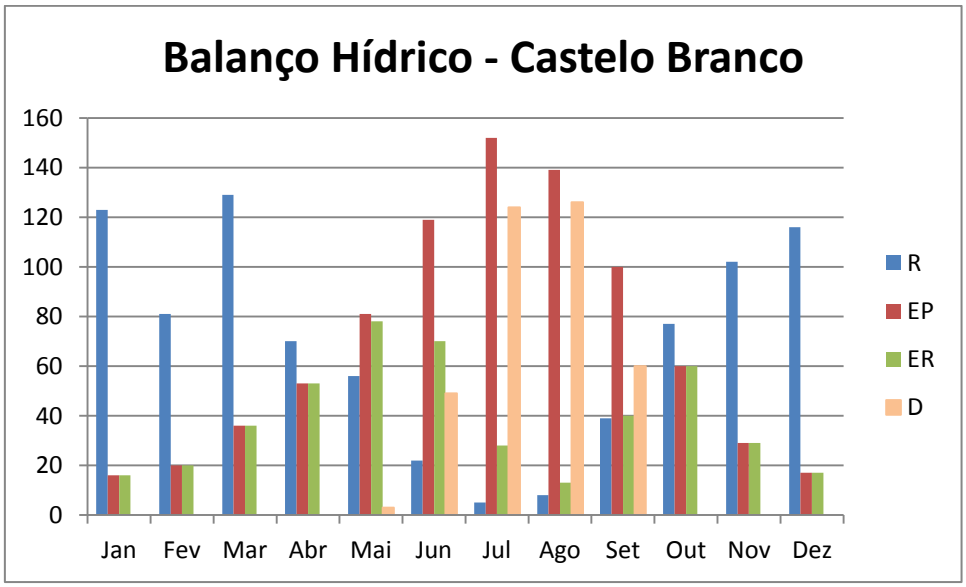
Penhas da Saúde - 1510 m							
	T	**R**	**EP**	**R-EP**	**ER**	**D**	**S**
Jan	1,2	392	6	386	6	0	386

Fev	1,4	290	7	283	7	0	283
Mar	3,2	366	19	347	19	0	347
Abr	5,2	205	33	172	33	0	172
Mai	8,4	231	57	174	57	0	174
Jun	12,6	99	84	15	84	0	15
Jul	16	19	107	-88	78	29	0
Ago	15,8	28	98	-70	48	50	0
Set	12,8	125	71	54	71	0	0
Out	8,5	263	45	218	45	0	193
Nov	4,4	406	21	385	21	0	385
Dez	2,1	340	10	330	10	0	330
ANO	**7,6**	**2764**	**558**		**479**	**79**	**2285**

Castelo Branco - 390 m

	T	R	EP	R-EP	ER	D	S
Jan	7,9	123	16	107	16	0	107
Fev	9,1	81	20	61	20	0	61
Mar	11,6	129	36	93	36	0	93
Abr	14	70	53	17	53	0	17
Mai	16,9	56	81	-25	78	3	0
Jun	21,4	22	119	-97	70	49	0
Jul	24,6	5	152	-147	28	124	0
Ago	24,4	8	139	-131	13	126	0
Set	21,5	39	100	-61	40	60	0
Out	16,5	77	60	17	60	0	0
Nov	11,6	102	29	73	29	0	0
Dez	8,4	116	17	99	17	0	90
ANO	15,7	828	822	6	460	362	368





1931-1960		Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
Castelo Branco	P	123,1	80,7	128,6	69,9	56,4	22,3	4,6	7,8	38,9	77,0	101,9	116,1	827,3
Castelo Branco	T	7,9	9,2	11,6	14,0	16,9	21,4	24,6	24,4	21,5	16,5	11,6	8,4	15,7
Penhas da Saúde	P	392	290	366	205	231	99	19	28	125	263	406	340	2764
Penhas da Saúde	T	1,2	1,4	3,2	5,2	8,4	12,6	16,0	15,8	12,8	8,5	4,4	2,1	7,6

Anexo IV – Dados estatísticos sobre a Indústria

Localidades	Lã consumida (arrobas)	Pessoal	Produção (côvados)
Alcains	445	46	4.896
Belmonte	318	290	10.880
Cebolais	1.406	55	16.430
Ozendo [Quadrazais]	8	3	150
Penamacor	226	189	a)
Retaxo	202	14	2.720
S. Vicente da Beira	460	277	a)
Sabugal	126	54	1.920
Sortelha	664	269	b)
Souto	6	8	100
Vale d Espinho	20	6	386
Vale de Lobo	48	42	a)
Vila de Touro	-	6	370

a) Produção destinada à *Real Fábrica de Panos* da Covilhã
b) Produção destinada à fábrica de *António José Raposo*, da Covilhã
Elaboração própria. Fonte: Dias, 1976:1.444-1.447.

Quadro 1 – Produção de Lanifícios na Comarca de Castelo Branco (1793). Retirado de PINHEIRO, (1998) pág 260.

Fábricas	Administradores	Pessoal técnico/de apoio	Preparação/Fiação	Tecelagem	Acabamentos	Oficinas de apoio	Escolas fiação/ cardação	Fiação doméstica	Total de trabalhadores	Peças
Real Fábrica Covilhã	4	21	29	159	137	6	219	1.375	1.950	3.448
Real Fábrica Fundão a)	1	5	54	85	-	2	-	1.335	1.482	-
Viúva Castro	2	5	6	29	19	4	20	-	85	1.174
António José Raposo	1	4	7	41	23	6	186	-	268	240
Simão Pereira da Silva	5	13	31	29	40	5	Não menc.	Não menc.	123	164
José Mendes Veiga	1	4	11	11	38	-	4	-	69	104
Total	**14**	**52**	**138**	**354**	**257**	**23**	**429**	**2.710**	**3.977**	**5.130**

Elaboração própria. Fonte: Dias, 1976: 1.431- 1.444
a) Apresentam-se os dados referentes à *Real Fábrica do Fundão* porquanto esta dependia administrativamente da *Real Fábrica da Covilhã*.

Quadro 2 – Pessoal e produção das fábricas da Covilhã (1803). Retirado de PINHEIRO, (1998) pág 260.

Localidades Guarda	Equipamentos instalados						Peças produzidas a)	Pessoal
	Teares	Pisões	Prensas	Tendas	Tintes	Râmolas		
Alcaide	2	-	-	-	-	-	-	2
Alvoco	6	2	-	2	-	-	80	78
Caria	3	-	-	-	-	-	16	24
Celorico	2	5	-	-	-	-	-	14 b)
Covilhã - Fabrico disperso	183	24	4	-	10	11	6.656	1.129
Folgosinho	5	1	-	-	-	-	30	49
Fundão	4	3	-	-	1	-	-	10
Gouveia	30	4	-	6	2	-	300	358
Guarda e termo	96	9	4	-	4	4	800	1.500 c)
Jarmelo	14	-	-	-	-	-	60	82
Loriga	12	4	-	6	-	-	300	172
Manteigas	24	8	-	6	4	-	600	268
Melo	5	-	-	2	1	2	20	83
São Romão	25 d)	6	-	8	-	-	700	203 e)
Seia	20	2	-	4	-	-	80	190
Valezim	13 f)	1	-	2	-	-	100	74
Vila Cova	9	2	-	4	-	-	30	82
Total Guarda	**453**	**71**	**8**	**40**	**22**	**17**	**9.772**	**4.318**
Moreira	12	-	-	-	-	-	30	77
Trancoso - Fabrico disperso	22	-	-	-	-	-	-	134
Total Trancoso	**34**	-	-	-	-	-	**30**	**211**
Belmonte	29	-	-	-	-	-	420	268
Castelo Branco e termo	50	2	-	-	-	-	850	1004
Castelo Novo	1	1	-	-	1	-	20	7
Idanha-a-nova	2	1	-	-	-	-	20	61
Vila do Touro	2	-	-	-	-	-	30	35
Total Castelo Branco	**84**	**4**	**-**	**-**	**1**	**-**	**1.340**	**1.375**
Total geral	**571**	**75**	**8**	**40**	**23**	**17**	**11.142**	5.904

Elaboração própria. Fonte: Dias, 1976: 1.424-1.430

a) O valor apresentado é estimado a partir dos dados referentes ao primeiro semestre do ano de 1803, que passou a duplicar-se, seguindo o critério utilizado pelo relator, que, para diversas localidades, para além do cômputo semestral, estimou o anual para o dobro daquele.

b) Não se inclui o número de peças e fiandeiras porque se integravam na produção da fábrica de *Simão Pereira da Silva*, contabilizada na Covilhã.

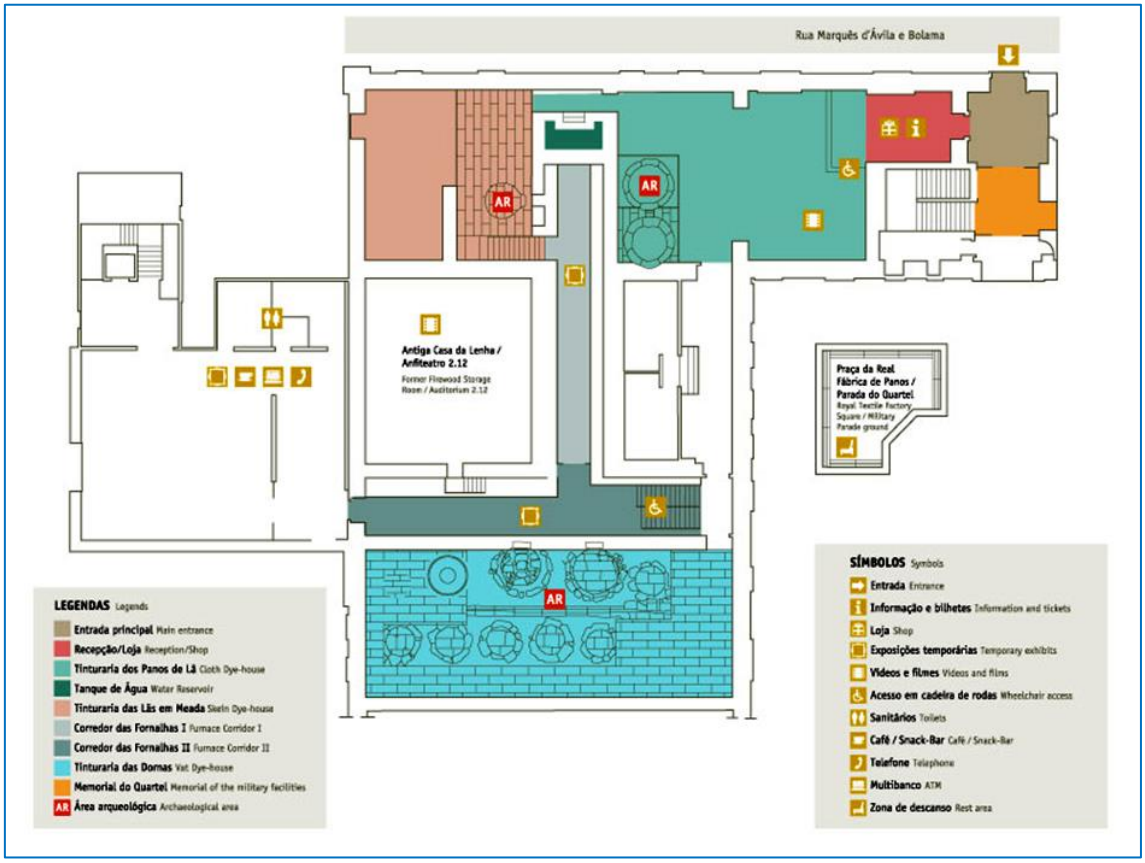
c) Destes, 208 trabalhavam com os equipamentos identificados, 342 eram cardadores e 950 eram fiandeiras.

d) Tratava-se de teares estreitos.

e) Neste número incluem-se 70 cardadores e 90 fiandeiras.

f) Tratava-se de teares estreitos.

Quadro 3 – Equipamentos, pessoal e produção de lanifícios nas Comarcas de Guarda, Trancoso e Covilhã – fabrico disperso (1803). Retirado de PINHEIRO, (1998) pág 261.



Mapa 1 – Planta do Museu de Lanifícios, nomeadamente do Núcleo Museológico da Real Fábrica de Panos. Retirado do *site* MUSLAN.

Anexo V – Guião e respetiva Planificação da Visita de Estudo

Escola Secundária José Falcão –

Grupo de História e de Geografia e Núcleo de Estágio de História e Geografia

Ano Letivo 2012/2013

Planificação de Aula prática **– Visita de Estudo interdisciplinar no âmbito das unidades curriculares de Geografia e História à Serra da Estrela e ao Museu de Lanifícios da Covilhã – *Muslan*.**

1.Locais a visitar	**Serra da Estrela e ao Museu de Lanifícios da Covilhã – *Muslan*.**	
2.Data prevista	28 de Maio de 2013.	
3.Horário	Saída às 07:30.	Chegada às 20h30
4. Itinerário	07h30	Saída da Escola José Falcão
	09h30	Paragem de 20 min. - pequeno almoço na aldeia de Ponte das Três Entradas.
	11h00	Serra da Estrela
	13h00	Almoço.
	14h30	Museu de Lanifícios da Covilhã
	18h00	Lanche e Saída da Covilhã
	20h30	Chegada à Escola José Falcão
5. Participantes	Alunos do 7º ano, turma X; e alunos do 8º ano, turma Y.	
6. Finalidade da Visita	✍ Desenvolver uma cultura de escola que promova a qualidade do conhecimento; ✍ Promover o sucesso dos alunos, melhorando o seu desempenho e os seus resultados; ✍ Oferecer aos alunos atividades extracurriculares diversificadas que favoreçam a sua ligação à escola e contribuam para o seu desenvolvimento equilibrado;	

	↝ Proporcionar momentos de convívio entre alunos e entre estes e os professores.
7. Objetivos da Visita de Estudo.	↝ Suscitar curiosidade pelo conhecimento de espaços históricos; ↝ Conhecer a Serra da Estrela e apreciar toda a sua beleza e recursos naturais; ↝ Perceber em que medida podemos aproveitar os recursos naturais; ↝ Conhecer a indústria de lanifícios em Portugal; ↝ Aprofundar conhecimentos sobre a Indústria; ↝ Identificar o Museu de Lanifícios como símbolo dos nossos antepassados mais recentes; ↝ Desenvolver competências básicas, como a observação e a descrição, que são fundamentais na história;
8. Número de grupos a formar.	2 Grupos. (7º X e 8º Y).
9. Transporte a utilizar.	Autocarro.
10. Autorizações a solicitar para as visitas.	↝ Autorização às entidades a visitar; ↝ Autorização aos Encarregados de Educação. ↝ Solicitar à secretaria da Escola José Falcão acionar o seguro escolar dos alunos em questão.

Coimbra, 02 de Maio de 2013

O Professor responsável pela visita.

_____

Pareceres				
Diretor de Turma	Ano / Turma	Informação	Data	Rubrica
Dr.	7º X			
Dr.	8º Y			
Conselho Pedagógico				

Processo			
Autorizações de entidades a contatar e / ou visitar.	**Pedido de visita**	**Autorização**	**Observações**
	Pedido de autorização de visita guiada ao Museu de Lanifícios da Covilhã.		

Autorização da Direção	**Data** _____	**Rubrica** _____

ITINERÁRIO

A	Escola Secundária José Falcão, Coimbra
B	Seia
C	Serra da Estrela Natural Park
D	Museu de Lanifícios, Covilhã
E	Castelo Branco
F	Coimbra

Itinerário da Visita de Estudo

7h30—Saída da Escola Secundária José Falcão

9h30— Pequeno Almoço em Seia;

11h00—Serra da Estrela

13h00—Almoço nas Penhas da Saúde

15h00—Museu de Lanifícios da Covilhã

18h00—Lanche e saída da Covilhã

21h00—Chegada à Escola Secundária José Falcão.

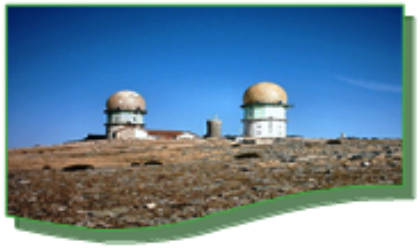
Organização

NÚCLEO DE ESTÁGIO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA

Escola Secundária JOSÉ FALCÃO

Av. D. Afonso Henriques
3000—054 Coimbra
Telefone: 239 487 170

VISITA DE ESTUDO À SERRA DA ESTRELA E AO MUSEU DE LANIFÍCIOS DA COVILHÃ.



GUIÃO DE VISITA DE ESTUDO À SERRA DA ESTRELA E AO MUSEU DE LANIFÍCIOS DA COVILHÃ

Hoje a nossa aula de Geografia e História será diferente do habitual, realizar-se-á fora da sala de aula e fora da escola. Disfrutem desta atividade, não esquecendo que o objetivo é aprender fora do contexto escolar. Ao longo da viagem devem procurar estar atentos para conhecerem melhor o nosso país.

Vamos fazer uma **Fotorreportagem,** para isso precisas de usar a tua máquina fotográfica!

Lembra-te que o objetivo é tirar fotografias não só aos teus colegas mas, sobretudo, às formas de relevo que vamos encontrando ao longo do nosso trajeto, fazendo posteriormente uma exposição fotográfica na biblioteca da escola.

A nossa primeira paragem aproxima-se, iremos tomar o pequeno almoço na vila de Seia. Observa o meio natural que te rodeia, podes começar a tirar as tuas primeiras fotografias.

Fica atento à explicação e responde às seguintes questões:

Qual a forma de relevo que podemos observar a partir deste miradouro?

_____

Que Rio corre no fundo deste vale?

_____

Qual é a altitude deste local?

_____

A nossa viagem continua, até à Torre...

Acabamos de passar pela nascente de um rio. A que rio nos referimos_____

Este é o ponto _____ de Portugal. Qual será esta Serra?

_____.

Qual é a sua altitude?

_____.

Esta na hora de almoço, vamos descer até aos 1500m de altitude, estamos nas Penhas da Saúde, aproveita para descontrair, observar os chalés de montanha e os cães raça Serra da Estrela.

De barriguinha cheia, vamos continuar a descer.

Situada na encosta da Serra da Estrela, voltada a nascente está situada a cidade da _____. A _____ de altitude, esta cidade tem na sua indústria de _____ uma das suas principais caraterísticas.

Agora iremos visitar o Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior.

Atenção, aqui não podes tirar fotografias.

Fica atento à visita guiada para que possas compreender o processo artesanal da transformação da lã. O primeiro núcleo museológico que iremos visitar é a Real Fábrica de Panos do séc. XVIII, posteriormente, iremos visitar a Real Fábrica Veiga do séc. XIX, como podes verificar há uma evolução tecnológica bem evidenciada de um núcleo museológico para o outro.

Justifica a importância da água na indústria dos lanifícios? _____

Observa a cidade da Covilhã e descreve sucintamente quais os aspetos que caraterizam esta cidade como património industrial .

_____

_____

Não te esqueças de entregar este guião ao teu Professor!

Rotas da Transumância

Uma Atividade Agroindustrial de Natureza Física e Cultural

Simone Rei